VOLUME III

DOCUMENTO CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura de Santo André

DOCUMENTO CURRICULAR REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTO ANDRÉ

VOLUME 3

2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura de Santo André

Prefeito de Santo André
Paulo Henrique Pinto Serra

Vice-Prefeito
Luiz Zacarias

Secretária de Educação
Dinah Kojuck Zekcer

Secretária Adjunta
Gilzane Santos Machi

Diretora de Departamento de Educação Infantil e Fundamental – DEIF
Silvia Regina Grokowski Baldijão

- Gerência de Projetos Pedagógicos, Educacionais e Curriculares
- Gerência de Laboratórios Pedagógicos
- Gerência de Ensino Fundamental
- Gerência de Educação Infantil
- Gerência de Projetos Educacionais

Diretora de Departamento de Educação de Jovens e Adultos – DEJA
Cilene Maria Lunardi Paludetti

- Gerência de Gestão Administrativa da EJA
- Gerência de Gestão Pedagógica da EJA
- Gerência de Formação Continuada

Diretor de Departamento de Gestão de Recursos e Projetos Especiais – DGRPE
Marcelo Szehjzog

- Gerência de Administração de Pessoal da Educação
- Gerência de Centros Educacionais de Santo André – CESA
- Gerência de Contas da Gestão Democrática da Educação
- Gerência de Educação Inclusiva
- Gerência de Materiais da Educação
- Gerência de Orçamento e Finanças da Educação

Organização:

Etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Adriana Maria Biaggio Frenham
Clarice Schöwe Jacinto
Daniela Silva e Costa Santana
Elisabete Filomena dos Santos
Kátia Lubliner
Luciane Vezzaro Izidoro Fialho
Nanci Carvalho Oliveira de Andrade
Regiane Ibanhez Gimenes Berni

Componente Curricular de Educação Física Escolar
Aida Christine Silva Lima do Nascimento
Fabiana Stival Morgado Gomes

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Carla Maria Menezes
Fernanda Savordelli Barbosa Lima
Gilzane Santos Machi
Luciane dos Santos Mansano
Márcia Messias Fernandes
Vanessa Silva de Souza

Modalidade de Educação Especial
Denise de Cassia Benetton Piveta
Jorge Marcos Ramos
Kelen Cristina Silveira Santos
Luciana de Lyra
Maraligia da Silva
Rejane Marques da Silva Lins
Rosemeire Fernandes
Sandramara Morando Gerbelli
Tatiana Zanini da Silva Patiño
Viviane Ferrareto da Silva Pires

Revisão Textual
Aline Pereira; Simone Cruz; Solange Aguiar e Silva; Talita Pereira da Silva.

Documento curricular analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Santo André, mediante Parecer 003/2019 complementado pela Indicação 002/2019, com homologação da senhora Secretária de Educação em 17 de dezembro de 2019, conforme indicado na Lei de nº 9.723/2015 de 20 de julho de 2015, meta 7, estratégia 7.2.

LISTA DE QUADROS

QUADRO	CONTEÚDO	PÁG.
1	Componente Curricular de Português – EJA I	34 – 38
2	Componente Curricular de Português – EJA II	39 – 41
3	Componente Curricular de Matemática – EJA I	44 – 45
4	Componente Curricular de Matemática – EJA II	46 – 62
5	Componente Curricular de Arte – EJA I	65 – 67
6	Componente Curricular de Arte – EJA II	68 – 70
7	Componente Curricular de Geografia – EJA I	73 – 74
8	Componente Curricular de Geografia – EJA II	75 – 77
9	Componente Curricular de História – EJA I	80
10	Componente Curricular de História – EJA II	81 – 84
11	Componente Curricular de Ciências – EJA I	87 – 88
12	Componente Curricular de Ciências – EJA II	89 – 91
13	Componente Curricular de Inglês – EJA II	94 – 96
14	Arco Ocupacional – Imagem Pessoal	106 – 109
15	Arco Multimídia: Conhecimentos Tecnológicos Livres	113 – 115
16	Arco Ocupacional – Alimentação	117 – 118
17	Arco Ocupacional – Construção Civil	120
18	Arco Ocupacional – Administração	122 – 123
19	Formação Técnica Geral – FTG	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPLAR	Criação da Educação Popular
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DEJA	Departamento de Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial Continuada
FTG	Formação Técnica Geral
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MCP	Movimento de Cultura Popular
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PSA	Prefeitura de Santo André
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	
Abordagens Pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos ligadas à Concepção de Educação Básica – Rede Municipal de Ensino	08
1. Concepção de Educação de Jovens e Adultos – DEJA/Santo André.	09
2. Concepção de Escola	25
3. Concepção de Educadora/Educador	27
4. Concepção de Educanda/Educando	29
Componentes Curriculares – EJA I e EJA II	31
Componente Curricular de Português	32
Componente Curricular de Matemática	42
Componente Curricular de Arte	63
Componente Curricular de Geografia	71
Componente Curricular de História	78
Componente Curricular de Ciências	85
Componente Curricular de Inglês	92
A Profissionalização na Educação de Jovens e Adultos – EJA FIC	97
O Arco Ocupacional – Imagem Pessoal	102
O Arco Multimídia – Conhecimentos Tecnológicos Livres	110
O Arco Ocupacional – Alimentação	116
O Arco Ocupacional – Construção Civil	119
O Arco Ocupacional – Administração	121
Formação Técnica Geral – FTG	124
Currículo e Avaliação na Educação de Jovens e Adultos	128
O papel da observação e do registro	129
Sistematização na perpectiva do Currículo Integrado – Escuta das/os Educandas/os	129
Avaliação na Educação de Jovens e Adultos	137
Práticas tradicionais de avaliação	137
Avaliação na perspectiva do Currículo Integrado	138

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ABORDAGENS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS LIGADAS À CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

1. Concepção de Educação de Jovens e Adultos – DEJA/Santo André[1]

Ao longo das últimas décadas, as concepções de Educação de Jovens e Adultos transformaram-se de acordo com os momentos históricos, políticos e culturais pelos quais o país passou. Observando o percurso, é possível afirmar que a EJA abarca conhecimentos e práticas construídas em distintas dimensões da vida familiar e social, que ultrapassam os conhecimentos escolares, porém, ainda é muito comum vermos a EJA mensurada apenas pelas vertentes da alfabetização e da escolarização.

A urgência de alcançar uma escolaridade tardia levou parte do grupo dos que foram excluídos do ensino regular, seja na adolescência ou na idade adulta, a buscar na EJA uma nova chance de escolarização. Contudo, a aprendizagem desenvolvida para essas/es, geralmente, acontece a partir de uma proposta curricular distante da realidade desse público a que se destina (ALMEIDA, 2012).

O papel da EJA não é simplesmente o de garantir o acesso à escolarização, mas a continuidade escolar com respostas na qualificação da/o cidadã/ão envolvida/o nesse processo. Assim, há que se considerar sua especificidade própria, marcada pela diversidade que a caracteriza (BRASIL, 1988, 1996, 2000) e o que se requer da EJA é a capacidade de inovação e adequação às circunstâncias diversas e adversas na medida em que até poderá se contrapor ao "*status quo*" (SOARES, 2005).

A Educação de Jovens e Adultos visa a uma ação educacional com foco na integração do ensino com a vida, conhecimento e ética, reflexão e ação numa visão crítica e reflexiva da própria realidade (AGUADO, 2003; FREIRE, 2001). Educar para que o sujeito possa interagir com a sua identidade cultural e com os outros em todas as dimensões da vida, encontrando seu caminho intelectual, emocional, profissional com o qual se realize e contribua para modificar a sociedade da qual faz parte (ALMEIDA, 2012).

Dentro da concepção de Di Pierro, Jóia e Ribeiro (2005) entende-se que:

> [...] A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 58).

Segundo Di Pierro e Galvão (2007), faz-se necessário compreender a/o educanda/o da EJA como uma/um participante ativa/o do processo que se desenvolverá na sala de aula, considerando sua representação social. Afinal, ela/e pode não dominar o Sistema Alfabético de Escrita, mas é detentora/or de um conjunto de conhecimentos que lhe dá o direito de participar como contribuinte do

[1] Esta parte do documento, que visa contextualizar a história da Modalidade de EJA na Educação Básica do país, foi elaborada pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos / Santo André, mediante pesquisas e levantamento de materiais a respeito.

processo de letramento múltiplo, necessário ao mundo das/os alfabetizadas/os e letradas/os na atualidade.

De acordo com Arroyo (2011), o tempo atual é propício para reconfigurar a EJA, o que existe de mais esperançoso nesta Modalidade da Educação Básica é o protagonismo da juventude. Ao pensar na configuração da EJA como campo específico da educação, entende-se que é preciso contextualizar as diferentes esferas, pois durante muito tempo essa mesma Modalidade foi compreendida como "etapa preparatória para a vida de adulto, um tempo provisório", contudo nas últimas décadas, a EJA, veio se revelando como "[...] tempo humano, social, cultural, identitário, que se faz presente nos diversos campos da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura [...]" (ARROYO, 2011, p.21).

Nos dias atuais, a EJA, apresenta marcas de socialização e sociabilidade, de formação e intervenção, como tempos de direitos humanos e também de sua negação. É preciso superar a "[...] visão reducionista que, por décadas, foram olhadas/os as/os educandas/os da EJA, e investir no protagonismo social e cultural desses tempos, alterando a falácia de que a finalidade da EJA seja apenas suprir a carência de escolarização, mas sim construir uma educação de jovens e adultos que oportunize e garanta os direitos dos sujeitos que os vivenciam [...]" (ARROYO, 2011, p.21).

Arroyo (2012) defende que:

> [...] A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos de vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos. Tem de partir de formas concretas de viver seus direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno (ARROYO, 2011, p. 22).

Os direitos destacados por Arroyo (2011) encontram-se em conformidade com os estabelecidos na LDBEN nº 9.394/1996 que em seus Art. 1º. e 2º. institui:

> Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e suas manifestações culturais.
>
> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dayrrel (2011), ao referir-se à educação na EJA, indica que é preciso compreender que o termo "ensino", não se reduz a "escolarização, à transmissão de conteúdos", mas sim diz respeito a processos educativos mais amplos relacionados à formação humana. O próprio nome: "jovens e adultos" já deixa explícito que é uma Modalidade que abrange sujeitos, e não simplesmente "as/os educandas/os" ou qualquer outra categoria generalizante, e mais, são sujeitos que estão situados num determinado tempo de vida e possuem especificidades próprias. Entende-se que a Modalidade de EJA lida com dois tipos distintos de sujeitos e que pela realidade do tempo em que vivem "[...] possuem realidades específicas e necessidades também

específicas [...]" (DAYRREL, 2011, p. 53).

A afirmação do autor está em acordo com o Art. 37, inciso I da LDBEN de 1996 que institui:

> [...] Art. 37, inciso I Os sistemas de ensino assegurarão gratuidade aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, LDBEN nº. 9.394/1996).

No Brasil, a luta histórica pela igualdade do direito à educação e o enfrentamento de inúmeras formas de exclusão culminaram na garantia da EJA, enquanto Modalidade de Educação Básica, sob a responsabilidade dos Sistemas Públicos de Ensino, os quais passaram a responder pela "[...] disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade, permanência e elevação da escolaridade de jovens e adultos com ações integradas e complementares [...]" (CAPUCHO, 2012, p.22).

De acordo com Capucho (2012):

> [...] Jovens e adultos e idosos precisam ser reconhecidos como sujeitos de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, a ausência do Estado na garantia de direitos, lhes foi negado o direito é educação no passado, e lhes é dificultado no presente. O que valida a reivindicação de caráter afirmativo às políticas destinadas a essa população com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades históricas (CAPUCHO, 2012, p. 23).

A EJA está inserida em um cenário no qual são "[...] camufladas as razões estruturais dos diferentes processos de distribuição desigual de bens e destituição dos direitos da classe trabalhadora [...]", apesar de aparecer com novas configurações, sob diversas nomenclaturas (CAPUCHO, 2012, p. 25).

Historicamente, a concepção de formação para a cidadania esteve de forma predominante ligada à tese neoliberal que apregoava a imaturidade e despreparo das camadas populares para conviverem socialmente, o que resultou na contenção dos anseios populares e a submissão das massas. Essa concepção traduz a necessidade de investimento no exercício da cidadania, pois esta se constitui num saber fazer, ou seja, é passível de ser ensinada e aprendida, para assim preparar jovens e adultos para formar e conformar a ordem estabelecida (CAPUCHO, 2012).

O estabelecimento de uma EJA, seja fora ou dentro do espaço escolar, foi defendido por inúmeros intelectuais brasileiros, dentre eles Paulo Freire (1921-1997). Em 1960, sua proposta de alfabetização de adultos, com a experiência em Angicos, no Rio Grande do Norte, alfabetizou 300 pessoas em 40 horas, tornando-se um sucesso que impulsionou um método de alfabetização pela leitura de mundo e as experiências trazidas pelas/os educandas/os, como "palavras geradoras". Assim, em 1961, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização – Paulo Freire e no ano de 1963, a criação do Movimento de Cultura Popular – MCP e Criação da Educação popular – CEPLAR, que impulsionadas por movimentos populares começavam a ganhar força.

As orientações e metodologia do trabalho desenvolvido por Freire na capital pernambucana foram seguidas por Marcos Guerra[2] e sua equipe que se instalaram em Angicos e deram início à experiência educacional que marcaria não só a população local, mas o todo o Brasil. Segundo Carvalho e Barbosa (2011) iniciaram a experiência pela investigação da realidade linguística das/os educandas/os para escolha do universo vocabular a ser trabalhado. Do universo do grupo de educandas/os foram retiradas as palavras e temas geradores, geralmente originados de debates e empregados no processo de alfabetização, sendo a escolha realizada de acordo com a relevância e significado social para o grupo envolvido.

Na educação brasileira destacam-se momentos importantes para compreender a EJA, após a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) abriu-se no país um período de redemocratização que foi brutalmente interrompido pela ditadura, imposta a partir do golpe militar de 1964. Contudo nesse pequeno espaço de tempo, onde as liberdades democráticas foram respeitadas, o movimento educacional ganhou impulso a partir de dois grandes movimentos: "[...] pela educação popular e em defesa da escola pública [...]", sendo o primeiro voltado predominantemente para a EJA (GADOTTI, 1999, p. 233).

O ponto alto foi em 1958, no Congresso Nacional de EJA e em seguida em 1964, com a Campanha Nacional de Educação de Adultos, coordenada por Freire, que defendia uma concepção libertadora da educação. O segundo momento importante foi o debate em torno da LDBEN, em 1960, e passou a ser mais concreta a partir de 1988 com o Movimento da Educação Pública Popular.

De acordo com a proposta curricular para a EJA (BRASIL, 2001) durante o golpe de 1964, momento que os programas de alfabetização e educação popular estavam se multiplicando, houve forte repressão aos promotores e o governo somente permitiu programas de alfabetização de jovens e adultos assistencialistas e conservadores, nesse contexto surge o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização:

> [...] Era a resposta do regime militar à ainda grave situação do analfabetismo no país. O Mobral constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos. Em 1969, lançou-se numa campanha massiva de alfabetização. Foram instaladas Comissões Municipais, que se responsabilizavam pela execução das atividades, mas a orientação e supervisão pedagógica bem como a produção de materiais didáticos (BRASIL, 2001, p. 26).

Na década de 1970, o MOBRAL se expandiu para todo o Brasil com tentativas de diversificar sua atuação junto aos jovens e adultos brasileiros. Outros grupos religiosos, associações de moradores oriundos de movimentos populares que lutavam contra a ditadura e ligados a Educação Popular continuavam realizando

[2] Marcos Guerra, advogado, foi um dos membros da equipe de Paulo Freire que conseguiu alfabetizar centenas de angicanos. Na época, ele era um jovem estudante do curso de Direito. Anos depois, atuou como Secretário Estadual de Educação no Rio Grande do Norte, na década de 1990. Sempre atuando ativamente nas causas educacionais, em anos recentes, foi eleito Vice-Presidente estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RN, também lecionou Direito Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, além de ser membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz na Comissão Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, participando da campanha do "Projeto Ficha Limpa".

experiências em todo o Brasil, com propostas mais críticas (BRASIL, 2001).

Demonstrando assim que não existe neutralidade nas ações educativas, mas sim a ilusão de neutralidade, já que em cada momento histórico produz uma ação educativa que age em acordo com o ideal de Homem e de sociedade vigente e isso as posiciona no campo político, enquanto um forte instrumento de legitimação e reprodução das relações sociais (FREIRE, 1992).

De acordo com Gadotti (1999), o pensamento positivista influenciou fortemente a educação brasileira, os interesses eram centrados nos métodos e defendiam o uso de tecnologia na sala de aula: rádios, cinema, televisão, vídeo, o computador e as máquinas de ensinar, contudo a inserção da tecnologia somente não oportunizou grandes mudanças e acabaram por deixar as/os educadoras/es confusas/os diante de tantas inovações. A partir da metade do século XX teve início uma visão crítica a respeito da escola novista, denunciado por Freire, pois:

> [...] Toda educação é política e que ela, na maioria das vezes, constitui- se, em função dos sistemas de educação implantados pelos Estados modernos, num processo através do qual as classes dominantes preparam a mentalidade, a ideologia, a conduta dos alunos para reproduzirem a mesma sociedade e não transformá-la (GADOTTI, 1999, p. 147).

Nessa conjectura, de acordo com Freire a escola podia servir tanto como educação como prática da dominação, como prática de liberdade, muitas vezes a escola nova renunciava à direção educativa e apenas apontava as influências com as quais a burguesia domina, nos países capitalistas, os mais poderosos meios de comunicação, de informação e de formação de mentalidade popular e isso se traduz na afirmação que: “[...] educar não é ser omisso, ser diferente, ser neutro diante da sociedade atual [...]”, pois a omissão também é uma forma de intervenção (GADOTTI, 1999, p.148).

A função ideológica dos Sistemas de Ensino é difícil de ser detectada, de acordo com Bourdieu e Passeron (1975) a percepção das funções de classe do Sistema de Ensino está geralmente associada à tradição teórica, a uma representação instrumentalista das relações entre a escola e as classes dominantes, e quando é realizada a análise das características de estruturas de funcionamento que o Sistema de Ensino deve à sua função própria tem quase sempre a observação que “[...] a cegueira face às relações entre escola e as classes sociais, como se a comprovação da autonomia supusesse a ilusão de neutralidade do sistema de ensino [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, *apud* GADOTTI, 1999, p. 195).

Gadotti (1999) cita Leme (1988) para propor uma forma de educação fundamental, “[...] que é aquela que faz com que o indivíduo passe a compreender a própria estrutura da sociedade em que vive o sentido das transformações que estão se processando nela [...]” e isso ressalta na passagem de mero protagonista inconsciente a membro atuante da sociedade, essa é a educação política, conforme defendem:

> [...] Educar politicamente é revelar ao indivíduo a verdade sobre o contexto social em que vive e sua posição nele, para que essa verdade exerça todo o poder mobilizador que somente a verdade possui. É por isso justamente que os setores da sociedade interessados em manter as condições existentes, de que são beneficiários, fazem o maior esforço e empregam

> todo o seu poderio para manter sob seu domínio a formação das novas gerações e os meios de divulgação através dos quais canalizam "a verdade" que lhes é favorável (LEMME, 1988, p. 74 *apud* GADOTTI, 1999, p. 249).

A ação do sujeito na relação com as estruturas sociais e a escola é compreendida como um confronto de interesses, de um lado uma organização oficial define conteúdos, atribui funções, organiza, separa e hierarquiza o trabalho e do outro lado os sujeitos: educandas/os, educadoras/es, funcionárias/os que criam suas próprias interrelações e transformam a escola em um espaço em constante construção social (DAYRREL, 1999, p.2).

Libanêo et al. (2012) defendem: "[...] A educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social [...]" (LIBANÊO et al, 2012, p. 102). Nessa busca por compreender a escola como construção social é preciso entender que os sujeitos não são agentes passivos, mas ao contrário é uma relação de conflitos, de negociações em função de circunstâncias determinadas, assim a escola é um espaço sócio-cultural próprio, ordenado em dupla dimensão, institucionalmente, como um conjunto de normas e regras e cotidianamente por uma complexa trama de relações sociais entre pessoas que se aliam ou não (DAYRREL, 1999).

Contudo, na prática tais conhecimentos são reduzidos ao caráter de produtos, resultados e conclusões, sem considerar o valor determinante do processo, Dayrrel (1999) aponta que são centrados a programas e livros didáticos, o conhecimento se torna "o objeto", "a coisa" a ser transmitida. Nesse contexto, ensinar é transferir conhecimento e aprender é assimilar para passar na prova, o que valoriza são notas e resultados.

Segundo Pinto (1982) a "educação é um processo", ou seja, é o decorrer de um fenômeno – a formação do sujeito – no tempo, assim é também um fato histórico, primeiro representa a história individual de cada Ser Humano e, segundo, por estar vinculada a fase vivida pela comunidade em constante evolução, dessa forma:

> [...] A educação é um fato social. Refere-se à sociedade como um todo. É determinada pelo interesse que move a comunidade a integrar todos os seus membros à forma social vigente. A educação também é um fenômeno cultural. Não somente os conhecimentos, experiências usos, crenças, valores, etc., mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua ação educativa (PINTO, 1982 *apud* GADOTTI, 1999, p. 251).

É preciso superar a educação centrada na perspectiva de que não é necessário estabelecer relaçãos entre o que é vivido pelas/os educandas/os com o que se aprende, pois a Escola não está articulada com a vivência das/os educandas/os. Esse tipo de educação afasta as/os educandas/os, pois é um processo de ensino-aprendizagem que ocorre de forma homogênea, sem levar em conta diferenças existentes entre as/os educandas/os. Atrás do discurso de democratização da escola, dentro dessa perspectiva homogeneizante, há um projeto político pedagógico que informa ações e, geralmente, expressa uma lógica instrumental que acaba por reduzir a compreensão a instrução e transmissão de conhecimentos, onde não são valorizados os processos (DAYRREL, 1999).

Contudo, a diversidade está presente no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das/os educandas/os, que veem na escola, apenas, a desigualdade e as injustiças das origens sociais a que já são expostas/os diariamente. Mas, é possível segundo Dayrrel (1999) outra forma de entender as/os aprendizes, enxergá-las/os como sujeitos socioculturais.

De acordo com Dayrrel (1999) é possível ver de outra ótica e superar a visão homogeneizante e estereotipada da visão de educanda/o ao tentar compreender que cada ser é único, possui historicidade, tem sua própria visão de mundo, escala de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamentos e hábitos, e sendo assim é preciso considerar a experiência vivida de cada uma/um delas/es.

A abordagem sociocultural tem como uma das suas referências Paulo Freire (1921-1997). A elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de conscientização. A escola deve formar o sujeito crítico. A criticidade é a crescente apropriação do contexto. Deve-se promover a superação da relação oprimido-opressor, por meio de uma educação dialógica. Podem-se buscar temas geradores para trabalhar a realidade social. A escola deve promover uma educação problematizadora.

Segundo Freire (1996, p.25):

> [...] A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

É a abordagem que considera o conhecimento como sendo criado e elaborado a partir do mútuo condicionamento entre pensamento e prática (superação da dicotomia sujeito-objeto). Nessa concepção o processo de ensino-aprendizagem está focado em uma educação problematizadora ou conscientizadora (superação da relação opressor-oprimido) (FREIRE, 1996).

Para Freire (1996) é a reflexão crítica e consciente que desenvolve na/o educanda/o uma relação mais abrangente da sociedade, pois a partir de uma consciência mais crítica sobre a sociedade é que essa/e educanda/o irá intervir e promover mudanças e transformações, percebendo assim o caráter histórico, cultural e mutável das relações sociais, que é condição indispensável para uma participação mais ativa na sociedade.

O fracasso escolar gera inúmeras reformas, que se alimentam "[...] das exigências imperiosas e incontornáveis da economia de mercado [...]". A Política neoliberal propõe o "[...] desmantelamento do estado de bem-estar e a concepção de educação como um serviço público [...]" (GÓMEZ, 2001, p.133) e isso têm trazido prejuízos à construção de um relacionamento efetivo entre os atores do processo educativo. Na ótica de mercado, o Sistema Educativo deve se pautar no eficientismo

e na mercantilização da educação, e com as inovações tecnológicas acelerando os processos sociais e educativos, a sociedade ética, filosófica e política acaba por perder a sua legitimidade diante do discurso neoliberal usado para desregular e privatizar o referido Sistema.

De acordo com Afonso (2001), a construção de Estado-nação baseada na concepção essencialista de identidade nacional, que fez surgir, especialmente, nos dois últimos séculos, uma escola de "identidades dispersas, fragmentadas e plurais", que teve a intervenção do Estado no desenvolvimento das massas (o que entendemos por escola pública, obrigatória e laica), que consolidou ainda mais o poder do Estado ao transmitir e legitimar o discurso de um projeto social integrador e homogeneizador. A crise na educação que tanto se fala hoje vem a partir da negação das "[...] múltiplas subjetividades e identidades culturais, raciais, linguísticas e religiosas [...]" (AFONSO, 2001, p. 18) que reforçam ideias ambivalentes de cidadania.

Capucho (2012) defende que a formação para a cidadania vai além dos muros da escola, e deve ser forjada no cotidiano das relações de sujeitos e organizações sociais, pois "[...] a cidadania é uma situação política, social e econômica dependente de condições concretas [...]". Destaca que a formação não pode se circunscrever-se apenas ao espaço escolar, contudo não é possível desconsiderar que a escola seja o espaço privilegiado para que Jovens e Adultos tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido. Dessa forma, a EJA se configura como "[...] espaço potencial para o desenvolvimento da democracia e da promoção da cidadania [...]" (CAPUCHO, 2012, p. 37).

De acordo com Romão (2017), o alto índice de analfabetas/os entre jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica na idade regular e acabaram marginalizadas/os deu origem a Educação de Adultos, que hoje se configura como EJA, sendo fortemente caracterizada por essa dimensão compensatória e assistencialista, onde as/os excluídas/os do processo escolar retornariam à escola para serem alfabetizadas/os e incluídas/os no mercado de trabalho. Incorpora, progressivamente, as categorias e ideais da educação permanente, projetando-se mais como educação continuada do que como "recuperação do atraso escolar", contudo ainda apresenta uma ideologia profissionalizante voltada para a potencialização da produtividade da força de trabalho.

Diante dessa visão Di Pierro (2005) destaca que:

> [...] Ao dirigir o olhar para a falta de experiência e conhecimento escolar dos jovens adultos, a concepção compensatória nutre visões preconceituosas que subestimam os alunos, dificulta que os professores valorizem a cultura popular e reconheçam os conhecimentos adquiridos pelos educandos no convívio social e no trabalho (DI PIERRO, 2005, p.1.118).

A EJA com objetivo de construção de conhecimento e pensamento crítico pode possibilitar ao sujeito a compreensão da realidade social e a busca, se assim o desejar, de um engajamento que lhe permita atuar na sociedade de forma a conquistar transformações não somente em sua realidade, assim como na quea/ o cerca.

Quem, melhor que a/o oprimida/o, reconhecerá o significado inclemente de

uma sociedade opressora? Quem perceberá, melhor que elas/es, as implicações da opressão? Reconhecer o imperativo da libertação? Libertação que não conquistarão por acidente, mas pela ação de sua busca; pela compreensão da necessidade de lutar por ela. Luta que, pelo desígnio que lhe derem, será um ato de amor, através do qual se oporão ao desamor contido na opressão, até mesmo quando esta se apresenta na falsa generosidade aludida (FREIRE, 1987).

A aprendizagem ao longo da vida pode ser diferenciada a partir do "modelo do capital humano" e o "modelo humanitário". No modelo do capital humano a aprendizagem ao longo da vida é vista como um estratagema para incentivar o crescimento econômico e a competitividade, cuja finalidade de qualificação profissional se remete à responsabilidade do indivíduo de aprender para adaptar-se às mudanças no cenário econômico – social, ou seja, o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso na vida profissional. É um modelo sustentado pela União Europeia, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio. Enquanto, no modelo humanitário, a aprendizagem ao longo da vida é vinculada à justiça econômica, à equidade, ao respeito aos direitos humanos, ao reconhecimento da diversidade cultural, e acima de tudo, busca valorizar a cidadania e a democracia. É um modelo sustentado pela Associação Internacional de Educação de Adultos (GADOTTI, 2016, p.1).

Tem-se, portanto, que atentar para identificar na concepção de Educação ao Longo da Vida o mesmo enfoque da Educação Popular, considerando "a vida" como base da educação e assimilando essa educação como parte da vida diária, da vida cultural, do mundo do trabalho[3], ou seja, uma educação voltada às diversas dimensões da vida do Ser Humano e não apenas como um método formal ligado a meras burocracias, quando se perde sua característica de ser uma educação voltada para a participação e para a cidadania e se foca apenas nas exigências de mercado (GADOTTI, 2016, p.1).

A educabilidade é uma ação especificamente humana, isto é, o Ser Humano se educa nas suas relações sociais, em função de seu inacabamento ou inconclusão, como diz Freire, "[...] a educação, tendo o inacabamento humano como suporte, constitui-se em um processo inerente ao existir humano, ao seu projeto de formação como pessoa humana e cidadão [...]" (FREIRE, 2002 *apud* GADOTTI, 2016, p.1). A educação se apresenta, então, como uma situação de conhecimento e de intervenção do Ser Humano no mundo e uma forma de comunicação humana.

A proposta de Freire é importante no sentido de devolver o poder a escola, mas um poder que permita a participação da comunidade, que ajude as/os

[3] "[...] o trabalho, referência da produção do conhecimento, como transformação da natureza e do próprio homem, como processo de humanização do homem é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais" (MARX, 1983, p.153).

educandas/os a superar as condições precárias, que compreendam a as condições culturais do jovem e do adulto, para tanto é preciso uma organização coletiva, assim "[...] é preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um animador cultural, um articulador, um organizador, um intelectual [...]" (GADOTTI, 2012, p. 40).

Para Freire (1996) é a reflexão crítica e consciente que desenvolve na/o educanda/o uma relação mais abrangente da sociedade. Permite, a partir de uma consciência mais crítica sobre a sociedade, que essa/e educanda/o possa intervir e promover mudanças e transformações, percebendo assim o caráter histórico, cultural e mutável das relações sociais, que é condição indispensável para uma participação mais ativa na sociedade.

É importante destacar que "[...] pensar certo não tem nada de fórmulas pré-estabelecidas, mas sim tem a ver com rigorosidade metódica e consciência que o ser humano é um ser inacabado, um ser capaz de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de optar, de realizar grandes feitos, testemunhar dignamente [...]", e também são seres capazes de "injustiças, baixezas, indignidades, atrocidades", daí a necessidade de se evitar determinismos e insistir na problematização do futuro. Para tanto é preciso que se proponha uma formação ética em torno do inacabamento de cada um (FREIRE, 1996, p. 56).

A partir do entendimento de Freire (1996, p. 56) é possível compreender que:

> [...] A consciência do inacabamento entre nós, mulheres e homens, nos fez seres responsáveis, daí a eticidade de nossa presença no mundo. Eticidade, que não há dúvida, podemos trair. O mundo da cultura que se alonga em um mundo da história é um mundo de liberdade, de opção, de decisão, mundo de possibilidade em que a decência pode ser negada, a liberdade ofendida e recusada.

Para Cortella (2012, p. 9), o primeiro e mais importante ponto a ser discutido é a necessidade de rever as práticas educativas: "[...] precisamos rever, olhar de outro jeito, alterar o modo como fazemos e pensamos as coisas [...]", sem se esquecer da devida cautela, a fim de evitar um problema ainda maior. As práticas do passado atenderam outro momento, outro estilo de vida e de Ser Humano, mas na atualidade "educar" precisa ser com os olhos no futuro, observar as mudanças e não estagnar, mesmo que o panorama seja negativo e a realidade triste, diante do descompasso em que a escola se encontra, é preciso acreditar na mudança.

As práticas do passado precisam ficar no passado, já que estão estreitamente ligadas àquelas condições de então, àquelas/es estudantes da época. É preciso uma ação coletiva imediata, mas imediatista, nem baseada no ímpeto e nem tão pouco na imobilização, mas sim na harmonia entre ambos.

Cortella (2012) adverte as/os profissionais: "[...] Não adianta ser saudosistas; somos agentes de mudança [...]", contudo muitos profissionais são resistentes a mudança, são saudosistas, e transformam sua práxis pedagógica num círculo sem fim. O maior desafio é ser flexível, ou seja, "[...] ser capaz de alterar determinadas posturas sem perder a rota [...]", mas não confundir flexibilidade com atitudes volúveis, assim é preciso compreender que todas/os são "agentes de mudança", já que resistir a elas acaba por relegar a prática a um círculo sem fim (CORTELLA,

2012, p.33).

Cortella (2012) define que a humildade e coragem de enfrentar o novo não é a ausência do medo, mas ao contrário enfrentar o medo e não ficar paralisada/o diante dessa prática excludente e cruel. Para isso necessita de enfrentamento, coragem para rever as imperfeições, o “não saber” e assim estar disposta/o a qualificar o trabalho e realmente oportunizar uma prática que se diga de qualidade.

Freire concorda que a responsabilidade da/o educadora/or é enorme e sua presença é exemplar, e propõe que as/os educadoras/es possam “[...] saber escutar, reconhecer a educação como ideológica [...]”, estar disponível ao diálogo é o papel que se espera das/os educadoras/es, não importando em qual a Etapa ou Modalidade de ensino em que elas/es trabalhem, pois é um trabalho realizado com pessoas, “[...] com gente em permanente processo de busca [...]”, formando-se, mudando-se, crescendo, reorientando-se, mas também “[...] capaz de negar valores, de distorcer, de recusar, de transgredir [...]” (FREIRE, 1996, p. 144).

Homens e mulheres se educam em suas relações com o mundo, em um processo permanente, bem como a educação tem como fim a própria formação do Ser Humano. A educação é também um processo histórico e sociocultural, porque se desenvolve no tempo humano, através das histórias de vida dos indivíduos e da história da sociedade. Como afirma Brandão (1982, p. 7), “[...] ninguém escapa da educação, a qual está relacionada à vida humana [...]”.

Brandão ainda destaca que:

> [...] A educação é por toda a vida, pelo fato de ser uma “vivência solidária de criação de sentidos ao longo da vida e em cada um dos momentos da vida de cada ser humano”, não podendo ser pensada como uma “preparação para a vida”. Neste sentido, a educação deve “acompanhar, ao longo da vida, pessoas que se recriam ao reaprenderem sempre, e que devem estar inseridas em comunidades de saber (BRANDÃO, 2002, p. 293-294).

Atualmente, na Rede de Santo André, o trabalho pedagógico tem como norte a concepção sócio-histórico-cultural. Na EJA, optou-se por trabalhar na perspectiva do Currículo Integrado tendo o trabalho como princípio educativo. De acordo com Bernstein (1996), o Currículo Integrado coloca as Áreas do conhecimento e assuntos isolados numa perspectiva relacional, de maneira que favorece a promoção de maior integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos das/os educandas/os, opondo-se, assim, à visão hierárquica do conhecimento. O autor acredita na possibilidade das Áreas integradas garantirem uma forma de socialização apropriada do conhecimento, capaz de atender às exigências da sociedade contemporânea, que já demonstra forte evidência de não mais responder alguns paradigmas epistemológicos e já não se ajusta às necessidades dessa cultura.

Como mostra Macedo et al. (2008; 2011 *apud* AGNE et al., 2016), o currículo é tecido todos os dias no interior das escolas e sua materialidade só pode ser encontrada no saber e nas experiências dos sujeitos que o praticam, evidenciando a relação teoria-prática e descartando a imagem da prática cotidiana unicamente como “experiência e subjetividade” e do conhecimento científico como “generalidade totalizadora” (MACEDO et al., 2008; 2011 *apud* AGNE et al, 2016).

Forquin (1993, p. 10) diz que: “[...] Incontestavelmente, existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica [...]”. Essa intimidade, de que nos fala Forquin (1993), tem a ver com o propósito da própria educação dentro do projeto de civilização moderna, qual seja a de recepcionar os novos indivíduos dentro de uma dada cultura que representava seu próprio projeto de vida e de felicidade. Sendo assim, uma concepção de Currículo Integrado pretende contribuir para a construção de uma educação mais igualitária, com vistas à superação de muitos problemas sociais frente aos sistemas de valores próprios das sociedades industriais avançadas.

O Currículo Integrado entra em debate na perspectiva de formação integral, omnilateral e busca definir quais são as finalidades da educação escolar para as necessidades da formação humana. Ele sugere que adolescentes e adultos trabalhadoras/es possam compreender a própria realidade e possam ter condições de transformá-la.

Questões como – Qual o conhecimento deve ser ensinado? Como representamos esse conhecimento? Como percebemos as coisas? Quem são as/os excluídas/os? Do que, propriamente trata essa exclusão? Quem está autorizada/o a conhecer o mundo? Quem está autorizada/o a representar o mundo? – não passam mais despercebidas. E, diante disso, uma concepção curricular pautada em fragmentação dos saberes começa a ser questionada, em detrimento da proposta de um Currículo Integrado.

A educação na perspectiva do Currículo Integrado passa a ser a reconstituição de um todo entre conceitos criados a partir de diferentes recortes da realidade, de diversas Áreas de conhecimento. Isso tem como pretensão viabilizar a compreensão do significado dos conceitos pelos quais se pode conhecer o real e se apropriar dele. Essa concepção traz a ideia de formação geral atrelada à formação técnica e política, e tem o trabalho como princípio educativo. Desse princípio, que se torna eixo epistemológico e ético-político de organização curricular, decorrem os outros dois eixos do Currículo Integrado, como: a ciência e a cultura. O Currículo Integrado organiza o conhecimento e promove o processo de ensino e aprendizagem de maneira que os conceitos sejam absorvidos como um conjunto de relações de uma totalidade que se pretende explicar e entender (GADOTTI, 1995).

É importante enfatizar que o trabalho como princípio educativo considera que o Ser Humano é sujeito de sua história, produtor de sua própria realidade, e é capaz de transformá-la. O trabalho como princípio educativo, remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do Ser Humano.

Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (MARX, 1979). Nessa perspectiva, ele propicia o entendimento do processo histórico de produção científica e tecnológica como saberes desenvolvidos e adequados socialmente para a transformação da existência humana. Portanto, o trabalho como princípio educativo é norteador dos processos

de humanização e de atualização histórica do próprio ser humano e tem como um de seus fundamentos a integração entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia.

Contudo, não podemos desconsiderar o fato de que é possível identificar nesse princípio duas facetas em que uma contribui para a educação da/o trabalhadora/or e permite que ela/e possa reconhecer-se no produto de sua obra, aprendendo a se organizar, reivindicar seus direitos, desmistificar ideologias, dominar conteúdos do trabalho, compreender as relações sociais e a função que nela desempenham; e outra que posiciona o trabalho apenas na formação social do capitalismo, instituindo-se como alienação, impondo limites à emancipação humana. Desse modo, devemos estar atentos a uma concepção que abarque o trabalho como princípio educativo, na perpectiva de emancipação humana.

Educar Jovens e Adultos é inclui-las/os socialmente, é assegurar seus direitos e é torná-las/os iguais as/aos que tiveram oportunidades que lhes foram tolhidas. A concepção da EJA, nesse contexto, deve ser coerente com práticas educacionais o mais próximas possível da realidade dessas/es educandas/os, assegurando seu direito à alfabetização, à educação e à compreensão do mundo que as/os cerca.

Consequentemente, EJA no Município de Santo André/SP entende que a ação educativa nessa Modalidade deve compor uma ação que envolva educar, acolher, ouvir, encorajar e apoiar, assim como enfrentar o desafio de lidar com o outro, com a alteridade e seus desafios inscritos na teia das relações humanas e suas complexidades.

Referências

AFONSO, Almerindo J. A. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade***,* ano XXII, n. 75, ago, 2001.

AGNE, Sandra A. A.; GREGIO, Saionara; PASQUALLI, Roberta; SILVA, Adriano L. da. **O currículo integrado na sala de aula***.* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/o_curriculo_integrado.pdf/615 1bc15-d409-b17b-1efd-3f21e89314e3>. Acesso: set/2018.

AGUADO, Teresa. O. **Pedagogía intercultural***.* Madrid: Mc-Graw Hill, 2003.

ALMEIDA, Maria Josefa de. **A pedagogia intercultural na formação docente:** aportes para a educação de jovens e adultos em Sergipe. Tese de Doutorado, UAA, Paraguai, 2012.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-41, 2011 (Estudos em EJA).

BEISIEGEL, Celso de R. **Estado e educação popular:** um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico:** classe, códigos e controle. Vozes: Petrópolis, 1996.

BRANDÃO, Carlos R**. O que é educação?** São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1982.

BRANDÃO, Carlos R. **Educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação popular na escola cidadã.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Educação para Jovens e Adultos:** ensino fundamental: proposta curricular 1º segmento/ Coordenação e Texto Final Vera Masagão Ribeiro-São Paulo: Ação Educativa. Brasília, MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf. Acesso: fev/2018.

CANDAU, Vera M.; MOREIRA, Antônio Flávio B. **Currículo e Cultura.** Brasília: MEC, 2008.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção educação em direitos humanos, vol. 3).

CARVALHO, Maria Elizete G. e BARBOSA, Maria das Graças da C.. Memórias da Educação: a alfabetização de jovens e adultos em 40 horas (ANGICOS/RN, 1963). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 43, p. 66-77, set. 2011. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3227/2859>. Acesso: fev/2018.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Educação, Escola e Docência:** novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

DAYRREL, Juarez T. A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais- novos sujeitos. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** (orgs.) 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-41, 2011 (Estudos em EJA).

DAYRREL, Juarez T. **Os múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte-MG: UFMG, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a construir:** relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DI PIERRO, Maria Clara de. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1115-1139, Especial – Out. 2005.

DI PIERRO, Maria Clara de; GALVÃO, Ana Maria de O. **Preconceito contra o analfabeto.** Col. Preconceitos, v.2, São Paulo: Cortez, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; JÓIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XXI, nº 55, p. 58-77 novembro/2001. Disponível em: <http//dx.doi.org/10.1590/s0101-32622001000300005>. Acesso: out/2018.

FORQUIN, Jean-Claude. As abordagens sociológicas do currículo: Orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: v. 21, n. 1, p. 187-198, jan/jun., 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed - São Paulo, Cortez, (Coleção Questões de Nossa Época; v.23). 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da História.** São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas.** Série Educação. São Paulo: Ática, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular e Educação ao Longo da Vida.** Coletânea de Textos. CONFITEA Brasil +6. Brasília: MEC/Secadi, 2016.

GÓMEZ, Angel I. P. A cultura Institucional. In. **A cultura escolar na sociedade neoliberal.** São Paulo: Artmed, 2001, p.131-204.

LIBÂNEO, José. C; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHE, Mirza S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ Coordenação Selma Garrido Pimenta.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feurbach).** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ROMÃO, José. E. Educação profissional do séc. XXI. **Boletim Técnico do Senac. A revista da Educação Profissional**, 2017.

SAES, Décio A. M. de. A ideologia docente em A reprodução, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. **Revista Metodista.** Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/EL/article/viewFile/129/139>. Acesso: ago/2018.

SINGER, Paul A. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. In: MELLO E SOUZA, Alberto (Org.). **Dimensões da avaliação educacional.** Petrópolis: Vozes, 2005.

TORRES, Rosa Maria (Org.). **Educação popular:** um encontro com Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1987.

2. Concepção de Escola

A Escola como instituição pode ser compreendida, em primeira instância, em seus diversos âmbitos e especificidades e, nesse sentido, deve se considerar a decadência da escola tradicional inserida no contexto da contemporaneidade. Ainda que promova acesso ao saber historicamente produzido, a Escola deve conferir voz a todos os atores da Comunidade Escolar (educadoras/es, educandas/os, funcionárias/os, pais e seu entorno), construindo, assim, um espaço democrático, laico e dialógico.

Contextos e práticas culturais não podem ser ignorados dentro do currículo e do cotidiano escolar, sob o risco de ferir a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender. Nesse sentido, a realidade social deve emergir no ambiente escolar como objeto de reflexão e problematização, sendo inescapável a abordagem de temas como: relações étnico-raciais, identidade de gênero, direitos humanos, tensões e relações sociais e políticas, entre outros temas transversais, ratificando a concepção sócio-histórica-cultural tendo o trabalho como princípio educativo.

Muito além de fornecer uma educação de qualidade, a Escola deve ser palco da equidade, estimuladora e capacitadora da/o educanda/o para a transformação da realidade, fomentando o desenvolvimento da comunidade e sociedade de um modo geral. Outrossim, tem como objetivo preparar a/o educanda/o para o efetivo exercício da cidadania, bem como promover um ambiente favorável para experiências emocionais e sociais. Ela precisa, ainda, atender as diferentes realidades e necessidades das/os educandas/os e da Comunidade Escolar, promovendo a emancipação de forma integradora de todos os indivíduos que a cercam. No bojo dessas ações, deve estar o caráter reflexivo, problematizador e crítico da própria realidade social.

Em sua prática, a Escola permite-se a construir e mediar o conhecimento, adequando-o com a finalidade de ser compreendido por todos os indivíduos e que possa ser utilizado em sua realidade social. Ainda de acordo com Santos (2007), a Escola deve tornar a educação científica uma cultura científica, desenvolvendo valores estéticos e de sensibilidade, popularizando o conhecimento científico pelo seu uso social como modos elaborados de resolver problemas humanos. Igualmente, deve fazer as conexões do ponto de vista da transversalidade, tendo como eixo o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, ferramentas essas que possibilitam reflexões em si como também combinações possíveis para novas formas de aprendizagem, dinamizando, assim, os diversos conteúdos e disciplinas.

Portanto, “[...] a escola é valorizada como instrumento de apropriação do saber e pode contribuir para eliminar a seletividade e exclusão social, e é este fator que deve ser levado em consideração, a fim de erradicar as gritantes disparidades de níveis escolares, evasão escolar e marginalização [...]” (SAVIANI, 1986). Logo, alcançando-se essas metas, obrigatoriamente a Escola será ferramenta emancipatória dos sujeitos e da própria sociedade.

Entretanto, para atingir tais objetivos, há necessidade de oferecer condições para acesso e permanência, possibilitando a valorização da história, cultura, saberes e experiências da/o educanda/o. É prioritário promover o respeito e valorização das

diferenças, fomentando um espaço acolhedor e inclusivo. A LDBEN nº 9.394/96 nos norteia e estabelece normas para que a Escola seja um espaço de pluralidade de ideias, que valorize a experiência curricular, que considere a diversidade étnica racial e que priorize a liberdade de aprender, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Finalmente, para alcançar o acesso, a qualidade e a permanência é imperativo oportunizar condições concretas de infraestrutura escolar, valorização da carreira docente com a promoção de plano de carreira que contemple salário condizente com o ofício, dedicação exclusiva e formação continuada dentro do horário de trabalho, além da manutenção do vínculo entre educadora/or e educanda/o através da estabilidade na Unidade Escolar, bem como a flexibilização da grade horária, da matriz curricular e da organização do espaço escolar.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, 1996.

SANTOS, Wildson L. P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira Educação** [*on-line*], vol.12, n.36, pp.474-492, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. 10. ed. São Paulo: Cortez,1986.

3. Concepção de Educadora/Educador

Na concepção da EJA é primordial a toda/o educadora/or, levar em consideração as vivências, as diferenças e as potencialidades das/os educandas/os e dentro deste contexto, desenvolver ações pedagógicas na perspectiva sócio-histórico-cultural de educação.

Há que se valorizar nos processos de ensino-aprendizagem as relações existentes entre as/os educandas/os e a sociedade, reconhecendo estas/es em sua totalidade, através de uma prática interativa e dialógica.

A/O educadora/or deve buscar uma aprendizagem significativa, partilhando o protagonismo da construção do conhecimento com suas/seus educandas/os, num processo de mediação, que preze pelo incentivo à autonomia e criticidade.

> [...] Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os constam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 2010, p.23).

Na perspectiva de reciprocidade, elucidada por Paulo Freire (2008), nas mínimas relações que permeiam o espaço educacional há sempre transformação. Ambos, educadoras/es e educandas/os, devem valorizar o diálogo, contribuindo para promoção de um espaço escolar democrático, aberto às discussões de cunho social e, mais ainda, que estas façam parte do PPP da Comunidade Escolar.

É fundamental que os conhecimentos específicos sejam articulados com estes questionamentos da vida social, numa proposta de trabalhado integradora e transdisciplinar. A/O educadora/or deve considerar suas/seus educandas/os como sujeitos de direito, contribuindo para que estas/es se tornem efetivas/os cidadãs/ãos críticas/os, livres e conscientes.

Neste contexto, é essencial planejar estratégias que permitam avanços na construção do conhecimento científico e na desconstrução do senso comum, problematizando sempre a realidade e reconstruindo saberes.

O fazer pedagógico não é estático, é um processo constante de construção e reflexão. Necessita-se, portanto, que a/o educadora/or amplie o escopo de sua formação geral por meio da leitura, pesquisa e estudo, buscando inovações e aperfeiçoamento, ressignificando suas práticas pedagógicas.

> [...] O bem de produção imprescindível para nossa existência é o conhecimento dado que ele por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir (CORTELA, 2008, p.39).

As/Os educadoras/es devem sempre incentivar a permanência das/os educandas/os dentro do espaço escolar, bem como sua efetiva inclusão. Deve-se “fazer ensinar” buscando a emancipação das/os educandas/os para que estas/es sejam capazes de transformar sua realidade, transcendendo seus limites e enaltecendo suas possibilidades.

Cabe à/ao educadora/or, então, pensar nos conteúdos, adaptando-os, se

necessário, às necessidades e particularidades das/os educandas/os, articulando sempre teoria e prática.

> [...] A teoria sem a prática vira „verbalismo", assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com e teoria tem-se a práxis, ação criadora e modificadora da realidade. (FREIRE, 1996, p.25).

Dentro deste contexto e considerando o trabalho como principio educativo da EJA, a/o educadora/or deve buscar contribuir para a qualificação e desenvolvimento profissional de suas/seus educandas/os. Ao que se refere às/aos educandas/os trabalhadoras/es, cabe à/ao educadora/or valer-se das experiências destas/es, relacionando-as com os conhecimentos científicos e pedagógicos da sala de aula.

Considerando as ideias de inclusão e trabalho, tão próprias da EJA, é importante reconhecer no processo de aprendizagem a heterogeneidade peculiar deste público, suas especificidades, necessidades e interesses.

Busca-se, portanto, a integração e ampliação de múltiplos saberes onde a/o educadora/or direcione seu olhar às várias formas de expressão das/os educandas/os, incentivando a formulação de hipóteses, questionamentos e interpretações, valorizando a criatividade e a curiosidade.

Referências

CORTELLA, Mario Sérgio. **A Escola e o Conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. 12. Ed. revisão e ampliação - São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes à prática educativa. São Paulo: Editora Terra e Paz, 2010.

4. Concepção de Educanda/Educando

Dentro da Modalidade de EJA, a formação da/o educanda/o se dará a partir da relação existente entre linguagem, consciência e constituição da identidade. Desta forma, espera-se que a/o educanda/o seja capaz de questionar valores culturais dominantes na sociedade, abandonando a postura passiva e assumindo assim, o papel de protagonista, como produtora/or de cultura.

De acordo com Robin *apud* Antony (2011), só se é um Homem completo quando se é trabalhadora/or e sábia/o ao mesmo tempo. O Ser Humano é o centro do processo formativo, por isso a Escola se aproximará da vida das pessoas considerando todas as suas dimensões: trabalho, cultura, ciência e tecnologia. (ANTONY, 2011). Assim, espera-se que a/o educanda/o seja autora/or e multiplicadora/or de saberes, capaz de construir e de se apropriar de conhecimentos técnico-científicos, sistematizados pela humanidade.

É importante que a/o educanda/o identifique, na formação que recebe, a possibilidade do seu desenvolvimento pessoal, social e profissional, a perspectiva de novas oportunidades à medida que amplia seus conhecimentos, ressignificando seus saberes e fazeres.

Segundo Marchiori (2013), a/o educanda/o procura na Escola, um lugar de recomeço, de possibilidades, de busca, também um lugar de desafios, mas principalmente de perspectiva de um futuro melhor, que para elas/es somente será alcançado através da continuação e conclusão dos estudos e da certificação através de um diploma.

A sociedade atual requer que a/o educanda/o da EJA seja um pesquisadora/or, consiga filtrar informações, checar fontes, inferir, utilizar esses elementos na interação com seus pares e com a Comunidade Escolar sendo capaz de mediar conflitos interno/externos.

O universo deste público deve ser capaz de uma formação crítica a respeito da diversidade que a/o circunda no meio em que convive, entendendo que essa diversidade é parte do processo de ensino-aprendizagem.

O processo pelo qual o indivíduo internaliza a matéria-prima fornecida não é, pois, um processo de absorção passiva, mas de transformação de síntese. Esse processo é, para Vygotsky (1896-1934), um dos principais mecanismos a serem compreendidos no estudo do Ser Humano. É como se, ao longo do seu desenvolvimento, o indivíduo “tomasse posse” das formas de comportamento fornecidas pela cultura, num processo em que as atividades externas e as funções interpessoais transformam-se em atividades internas, intrapsicológicas. (OLIVEIRA, 1992, p.38).

Para Vygotsky, o trabalho que une a natureza ao Homem e cria então a cultura e a história do homem desenvolve a atividade coletiva, as relações sociais e a utilização de instrumentos. Os instrumentos são utilizados pelo trabalho ampliando a possibilidade da transformação da natureza. E entendendo que a gênese da/o educanda/o tem sua construção nas relações sociais e históricas e a interação do sujeito sobre os signos se dá pela mediação do outro.

A/O educanda/o deve desenvolver a capacidade de analisar a vida social com base na leitura do passado, ou seja, é também o caminho para que se estabeleça o pensamento crítico da/o cidadã/ão consciente dos seus direitos e deveres.

Nessa perspectiva, o Ser Humano não pode ser compreendido fora do seu contexto, ele é o sujeito de sua formação e se desenvolve por meio da contínua reflexão sobre o seu lugar no mundo, sobre sua realidade. Essa conscientização é pré-requisito para o processo de construção individual de conhecimento ao longo de toda a vida, na relação pensamento-prática. Visa à consciência crítica, que é a transcendência do nível de assimilação dos dados do mundo concreto e imediato, para o nível de percepção subjetiva da realidade, como um processo de relações complexas e flexíveis ao longo da história. (FREIRE, 1987).

Geralmente, a/o educanda/o de EJA, traz um histórico de vida marcado pela exclusão, não somente dos processos de escolarização, mas também, sociais, políticos entre outros. Em consequência, apresenta baixa autoestima, caracterizada por uma visão distorcida de si mesma/o, relacionada com o fracasso e a inaptidão em diversos aspectos.

Partindo do princípio de que todas/os têm direito à escolaridade entende-se que as/os educandas/os da EJA são pessoas capazes de interagir, de criar, cooperar coletivamente na construção e apropriação do conhecimento, ressaltando que há características específicas, que devem ser consideradas devido à presença de um número significativo de pessoas com deficiências e transtornos.

Referências

ANTONY, Michel. **Os Microcosmos. Experiências Utópicas Libertárias, sobretudo Pedagógicas:** Utupedagogias. São Paulo, Editora Imaginário, 2011.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped** – FACOS/CNECOsório,v. 2,n. 1, 2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-sua_teoria_e_a_influencia_na_educacao.pdf>. Acesso: mar/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LARA, Aline F. L.; TANAMACHI, Elenita de R.; LOPES JUNIOR, Jair. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem no trabalho do professor. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 473-482, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a02>. Acesso: mar/ 2018.

MARCHIORI, Kelli C. **O que é EJA para ti?** Os sentidos da EJA na perspectiva discente, 2013.

OLIVEIRA, Marta K. de. **Teorias Psicogenéticas em Discussão.** 5. ed. São Paulo: Summus, 1992.

COMPONENTES CURRICULARES EJA I / EJA II

COMPONENTE CURRICULAR DE PORTUGUÊS

O ensino da Língua Portuguesa, neste documento, está fundamentado em uma concepção sociodiscursiva da linguagem, que situa a língua como um fenômeno de interação social, construído historicamente pelos sujeitos nas práticas sociais, nos diferentes contextos em que estão inseridos. Ao mesmo tempo, por meio dessas práticas, na interação com o outro, é que nos constituímos como sujeitos sociais, compartilhando e construindo conhecimentos, culturas, valores.

Compreender a língua sob essa perspectiva implica reconhecer a sua natureza dinâmica e valorizar suas diversas formas de expressão, subjetividades e identidades sociais e culturais. Assim, para aprender a língua não basta somente saber ler e escrever palavras, organizando-as em frases ou textos; é essencial compreender que todo texto (oral, escrito, não verbal, multissemiótico) é construído em uma dada situação comunicativa que envolve o lugar (espaço-temporal), o propósito comunicativo, os participantes (autor e leitor alvo) e o gênero discursivo. Todos esses elementos determinam as escolhas de como o texto será estruturado e dos recursos linguísticos utilizados.

Nesse sentido, todo texto pertence a determinado gênero do discurso e é organizado em função das condições de produção. Os gêneros, por sua vez, são as formas de dizer mais ou menos estáveis que circulam em nossa sociedade nas diferentes esferas ou campos da atividade humana: cotidiana, escolar, jornalística, publicitária, literária, religiosa, científica, entre muitas outras.

Tendo, então, os gêneros como objeto de ensino e o texto como unidade de ensino, este documento organiza o componente curricular Língua Portuguesa em quatro Eixos: Leitura, Oralidade, Escrita e Análise Linguística.

O Eixo da Leitura é orientado pela concepção de que ler não envolve apenas o procedimento de decodificação pelo leitor, mas também um trabalho ativo de construção de sentidos do texto, que se inicia bem antes da leitura propriamente dita, exigindo do leitor a mobilização de uma série estratégias que o ajudam a ativar seus conhecimentos prévios, levantar hipóteses, confirmá-las ou refutá-las, realizar inferências a partir das pistas que o texto oferece. Esse eixo visa, portanto, a formação do leitor competente, garantindo a ampliação do repertório do jovem e do adulto, por meio de práticas leitoras de diferentes gêneros textuais que contemplem diversidade cultural e diferentes formas de expressão como a literatura canônica e popular, as produções midiáticas, os diferentes gêneros musicais, entre outras.

O Eixo da Oralidade, não menos importante, compreende as práticas de uso da fala, em situações tanto informais como formais, com destaque para o reconhecimento e respeito às variações linguísticas do Português. O trabalho com as práticas de oralidade também envolve as atividades de escuta atenta, o reconhecimento e uso de elementos paralinguísticos e cinésicos.

O Eixo da Escrita envolve a compreensão tanto da natureza da escrita, isto é, do sistema alfabético da escrita, quanto do funcionamento da linguagem que se usa para escrever. Os jovens e adultos já possuem muitos saberes sobre a escrita, pois estão inseridos em uma cultura marcadamente letrada. O desafio é, portanto,

ampliar o letramento que já possuem inserindo-os em práticas de produção escrita, individual e coletiva, que lhes permitam a constituição da autoria, em situações comunicativas diversas, com diferentes finalidades. A intenção é propiciar situações para que conquistem autonomia para o planejamento, produção e revisão dos próprios textos, fazendo uso das convenções da escrita e dos recursos linguísticos e discursivos adequados às situações de comunicação propostas.

O Eixo da Análise Linguística envolve o estudo e reflexão sobre os aspectos linguísticos e gramaticais utilizados nas práticas de leitura, oralidade e produção escrita. Assim, as atividades de análise e reflexão sobre a língua devem ser realizadas de forma articulada às práticas de leitura e produção de textos orais e escritos, com foco nos usos e funções de categorias gramaticais nos textos, bem como nos aspectos descritivos e normativos da língua.

Em síntese, o trabalho com Língua Portuguesa, neste documento, prevê a articulação entre os quatro eixos, considerando as necessidades e potencialidades dos alunos. Dessa forma, os objetos de ensino são trabalhados em espiral, na perspectiva de progressão, isto é, sendo retomados sequencialmente com maior nível de aprofundamento.

O ensino da Língua Portuguesa tem por finalidade o desenvolvimento das capacidades de uso e compreensão da linguagem, com vistas a ampliar as possibilidades dos jovens e adultos de participação ativa, nas práticas mediadas pela linguagem, nos diferentes contextos da sociedade atual.

COMPONENTE CURRICULAR: PORTUGUÊS
EJA I
OBJETIVO GERAL
✓ Ampliar a oralidade e apropriar-se da leitura e escrita, com ênfase no uso social da linguagem; ✓ Adquirir autonomia para utilizar novas práticas de linguagens e produções das TDIC (tecnologias digitais da informação e da comunicação); ✓ Participar das diversas práticas sociais, de forma autônoma e crítica, permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens; ✓ Ampliar o letramento como ferramenta de emancipação por meio de uma perspectiva identitária, isto é, respeitando a identidade, seja ela individual ou coletiva, em acordo com a realidade social; ✓ Produzir escritas coerentes e adequadas às diferentes situações comunicativas, interessando-se por correções ortográficas e gramaticais; ✓ Integrar uma comunidade de leitores, compartilhando diferentes práticas culturais de leitura e escrita; ✓ Adequar seu discurso às diferentes situações de comunicação oral, considerando o contexto e os interlocutores; ✓ Compreender o mecanismo e os recursos do sistema de representação escrita (Sistema de Escrita Alfabético) em todas as suas diferentes formas e funções; ✓ Ler diferentes textos, adequando a modalidade de leitura a diferentes propósitos e às características dos diversos gêneros; ✓ Escrever diferentes textos, selecionando os gêneros adequados a diferentes situações comunicativas, intenções e interlocutores. ✓ Compreender que não existe neutralidade na linguagem, de modo a identificar ideologias que a perpassam; ✓ Extrair significados dos diferentes gêneros textuais com os quais se defrontarem.
EIXOS
✓ Leitura; ✓ Oralidade; ✓ Escrita; ✓ Análise Linguística.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
LEITURA	✓ Compreender as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/expectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação; ✓ Utilizar estratégias de leitura para apreender sentidos globais do texto; ✓ Identificar as características próprias dos gêneros; ✓ Apropriar-se da leitura multissemiótica, favorecendo a formação do leitor literário; ✓ Compreender os contextos de produção; ✓ Ler com fluência e autonomia; ✓ Apreciar esteticamente textos de diferentes gêneros e estilos; ✓ Apreciar e compreender textos lidos por outros; ✓ Fazer uso da leitura para diferentes finalidades.	✓ Estratégias de leitura (antecipar sentidos, ativar conhecimentos prévios, localizar informações explícitas e implícitas, decodificar, elaborar inferências, reconhecer tema, estabelecer relações de intertextualidade); ✓ Compreensão leitora; ✓ Gêneros textuais; ✓ Leitura multissemiótica (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama, filme, vídeo, música, entre outros); ✓ Contexto de produção (autor, época, lugar, modos de circulação); ✓ Proficiência leitora (fluência, entonação de voz e ritmo); ✓ Apreciação estética; ✓ Leitura para diferentes finalidades.
ORALIDADE	✓ Planejar e produzir a fala individual ou em grupo, adequando-a a diferentes interlocutores em situações de comunicação, mais formais ou menos formais; ✓ Reconhecer e utilizar na fala elementos extralinguísticos; ✓ Reconhecer e respeitar a diversidade linguística presente nas diferentes situações de comunicação oral.	✓ Relato oral; ✓ Escuta atenta; ✓ Intercâmbio Conversacional; ✓ Conversação Espontânea; ✓ Apresentação oral; ✓ Exposição oral de trabalho;

		✓ Argumentação oral e contra argumentação oral; ✓ Formular e responder questões; ✓ Explicar e ouvir explicações; ✓ Manifestar e acolher opiniões; ✓ Elementos extralinguísticos (entonação, expressão facial e gestual e pausas).
ESCRITA	✓ Utilizar ao produzir um texto, as convenções da escrita; ✓ Perceber e utilizar espaço para separar palavras, sem aglutiná-las ou separá-las de forma indevida; ✓ Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); ✓ Compreender o sistema de escrita alfabética considerando sua função social; ✓ Conhecer diferentes portadores textuais; ✓ Perceber e respeitar a diversidade linguística, compreendendo que a norma culta da escrita da Língua Portuguesa se difere da linguagem oral e suas regionalidades; ✓ Produzir e revisar vários gêneros textuais de forma individual ou compartilhada, com coerência e coesão; ✓ Utilizar a reescrita de textos de repertório estável para qualificar suas produções.	✓ Sistema alfabético: alfabeto (maiúsculo e minúsculo), letras (fonemas e grafemas), sílabas e palavras, segmentação das palavras, sentido e posicionamento da escrita na página; ✓ Diferentes gêneros e portadores textuais; ✓ Utilização das convenções da escrita: ortografia, paragrafação, acentuação e pontuação; ✓ Produção de textos verbais e não-verbais; ✓ Comparação e diferenciação de símbolos (desenhos/grafismo) e signos (grafemas/letras).
ANÁLISE LINGUÍSTICA	✓ Refletir sobre os recursos linguísticos que envolvem as práticas da leitura, escrita e oralidade;	✓ Sistema de escrita alfabética (SEA);

	✓ Produzir textos de diferentes gêneros textuais considerando: coerência, coesão e concordância verbal e nominal, pontuação, paragrafação, acentuação, classes gramaticais e suas semânticas; ✓ Conhecer a dimensão histórica cultural das palavras e do texto.	✓ Ortografia; ✓ Coesão; ✓ Coerência; ✓ Função das classes gramaticais no texto; ✓ Concordância Verbal e Nominal; ✓ Função Sintática e Estilística dos pronomes na organização; ✓ Pontuação; ✓ Acentuação; ✓ Semântica; ✓ Morfologia.

SUGESTÃO DE GÊNEROS A SEREM TRABALHADOS					
Linguagem oral			**Linguagem escrita**		
Instrucional			**Instrucional**		
Instruções Solicitações Recados			Bulas Enunciado de questões Formulários	Instruções de uso Receitas	
De interação pessoal			**Correspondência**		
Conversas formais Conversas espontâneas Conversas telefônicas			Bilhetes Cartas comerciais Cartas pessoais	Circulares E-mails Ofícios Requerimentos	
De imprensa			**De imprensa**		
Comentários de assuntos gerais Debate de rádio ou tevê ou presencial Comentários de rádio e tevê			Artigos Carta de leitores Charges		
Publicitário			**Publicitário**		
Jingles Pregões	Propagandas de rádio ou tevê		Anúncios Folhetos de rua	Propagandas Slogans	
De divulgação científica			**De divulgação científica**		
Aulas Debates Exposições	Palestras Seminários Hipertextos		Artigos científicos Autobiografias Biografias Didáticos	Documentos oficiais Relatórios técnicos Relatos históricos Tabelas e gráficos	Verbetes de dicionários Verbetes de enciclopédias
Literário e de entretenimento			**Literário e de entretenimento**		
“Causos” e similares Canções Cordéis Filmes	Recitação de poemas e jogos verbais Relatos de experiências	Reprodução de contos tradicionais Peças de teatro (espetáculos) Piadas	Contos Contos populares Crônicas Diários Fábulas	Lendas e mitos Novelas Peças de teatro (textos) Poemas	Provérbios e ditos populares Quadrinhos Romances Roteiros

Fonte: SANTO ANDRÉ, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: PORTUGUÊS		
EJA II		
OBJETIVO GERAL		
✓ Promover o letramento como ferramenta de emancipação do aluno por meio de uma perspectiva identitária orientada pelo contexto sócio histórico cultural. ✓ Desenvolver a leitura, escrita, oralidade, escuta, interpretação e a análise linguística de forma crítica e reflexiva, considerando o repertório do aluno e a multiplicidade de situações sociais comunicativas, por meio dos gêneros do discurso. ✓ Reconhecer as variedades urbanas de prestígio social como ferramentas importantes para o acesso, produção e expansão do conhecimento científico.		
EIXOS		
✓ Leitura; ✓ Oralidade; ✓ Escrita; ✓ Análise Linguística.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
LEITURA	✓ Compreender as funções sociais e os contextos de produção dos textos literários e não literários; ✓ Identificar e discutir os efeitos de sentido provocados pelos textos; ✓ Promover as estratégias de leitura, tais como: ativação dos conhecimentos prévios, antecipação de sentidos, localização de informações explícitas e implícitas,	✓ As funções sociais dos gêneros em circulação; ✓ O contexto e a intencionalidade na produção dos textos; ✓ A interferência das práticas sociais nas construções enunciativas; ✓ A leitura pela leitura: práticas de aquisição de repertório literário; ✓ A leitura de textos literários como forma de promover o

	estabelecimento de relações de intertextualidade; ✓ Promover o acesso à literatura como direito humano, para fruição e compreensão da realidade; ✓ Construir um percurso de formação do leitor literário e fomentar o diálogo entre autores dos mais diversos âmbitos, da literatura marginal à literatura universal; ✓ Mobilizar, durante os momentos de leitura, os operadores linguísticos necessários para a compreensão crítica do texto.	senso crítico; ✓ O diálogo intertextual entre os gêneros discursivos em diferentes modalidades.
ORALIDADE	✓ Reconhecer a função social da modalidade oral da Língua Portuguesa, de modo a combater o preconceito linguístico; ✓ Compreender a finalidade dos gêneros discursivos orais, das estratégias argumentativas e dos diferentes papéis sociais dos interlocutores; ✓ Construir argumentos para defender seu ponto de vista, expressando- se em diferentes situações; ✓ Compreender e utilizar os elementos linguísticos e extralinguísticos; ✓ Reconhecer diferenças e semelhanças entre as modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa.	✓ Variedades Linguísticas; ✓ Gêneros orais; ✓ Estratégias argumentativas; ✓ Entonação, prosódia, marcadores conversacionais, conectivos, expressões faciais, corporais e gestuais; ✓ Fonética e Fonologia; ✓ Polissemia.
ESCRITA	✓ Identificar a estrutura espacial e teórica dos textos; ✓ Reconhecer e produzir diferentes gêneros textuais em conformidade com o contexto, a finalidade e a intencionalidade; ✓ Selecionar, organizar e aplicar as informações e	✓ Figuras de estilo; ✓ Semântica; ✓ Pontuação; ✓ Paragrafação;

	conhecimentos na construção dos diferentes gêneros; ✓ Identificar o fenômeno da intertextualidade e articulá-lo na produção textual escrita; ✓ Refletir sobre o processo de escrita e utilizar estratégias distintas de planejamento, reescrita, revisão e avaliação dos textos; ✓ Compreender e utilizar os diversos recursos linguísticos e estilísticos; ✓ Usar adequadamente as variedades linguísticas, respeitando o contexto de produção.	✓ Textualização; ✓ Elementos coesivos; ✓ Morfossintaxe; ✓ Tipologia textual; ✓ Gêneros textuais; ✓ Variedades linguísticas; ✓ Intertextualidade; ✓ Estratégias de planejamento, reescrita, revisão e avaliação de textos.
ANÁLISE LINGUÍSTICA	✓ Conhecer as funções das classes gramaticais no texto; ✓ Fazer uso consciente da concordância verbal e nominal; ✓ Empregar adequadamente os sinais de pontuação e os recursos gráficos; ✓ Apropriar-se dos operadores argumentativos; ✓ Produzir textos com coesão e coerência em sua organização; ✓ Identificar a presença dos sentidos denotativo e conotativo nos diferentes gêneros; ✓ Reconhecer e valorizar as variedades linguísticas.	✓ Classes gramaticais; ✓ Estrutura morfossintática em frases, orações e períodos; ✓ Recursos gráficos; ✓ Pontuação; ✓ Ortografia; ✓ Conectivos; ✓ Polissemia das palavras; ✓ Variedades linguísticas.

COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA

O conhecimento matemático é importante na EJA, pois, contribui com a formação do pensamento lógico abstrato das/os educandas/os. Desde a Antiguidade, a Matemática é vista como uma poderosa estratégia de compreensão do mundo. Pela Matemática, o indivíduo consegue resolver problemas cotidianos e exerce de forma efetiva sua cidadania, analisando o mundo por meio de dados, medidas, probabilidades e estimativas.

Com a Matemática é possível transformar as relações do indivíduo com seu entorno, sua cultura, seu papel social, ou seja, todo seu modo de vida. Para o aprendizado de Matemática acontecer plenamente, é fundamental que a/o educanda/o da EJA se aproprie da ideia de que esse conhecimento não está circunscrito ao ambiente escolar, mas deve ser exercido nas mais diversas atividades do dia a dia como no trabalho, na vida social ou familiar.

Ao pensar o currículo de Matemática para a EJA níveis I e II, o Município de Santo André propõe um conjunto de conceitos e procedimentos que englobam métodos de investigação e raciocínio, além de novas formas de representação e comunicação.

A proposta abrange tanto os próprios modos de indagar o mundo, organizá-lo, compreendê-lo e nele atuar, quanto o conhecimento gerado nesses processos de interação entre o Homem e os contextos sociais e culturais. Dessa maneira, a/o educanda/o da EJA terá condições de se tornar agente de transformação de seu ambiente, participando mais ativamente no mundo do trabalho, das relações sociais, da política e da cultura.

A fluência em Matemática é um dos fatores determinantes na vida escolar da/o educanda/o. Por ser um Componente Curricular responsável pela maior parte das reprovações escolares, é também o que mais contribui para a evasão escolar durante a Educação Básica. A Matemática, muitas vezes, é o assunto que mais exige a confiança e autoestima do jovem e adulto que procura a EJA.

Nesse sentido, a discussão de um currículo, em especial do ensino da Matemática, é uma reflexão imprescindível. É a partir dessa reflexão que outra questão importante é evidenciada: como ensinar Matemática às/aos educandas/os da EJA?

A Escola precisaria ser um espaço que valoriza as experiências de vida, a bagagem cultural e o espírito questionador da/o educanda/o. Na EJA, a educação adquire uma função reparadora, equalizadora e qualificadora, justamente por reconhecer o direito da/o educanda/o ao aprendizado, por recolocá-la/o num novo patamar de possibilidades de mudança de vida e por dar sentido à busca pelo conhecimento. Para cumprir tais objetivos, o Município de Santo André propõe os seguintes Eixos Temáticos para o ensino de Matemática da EJA nível I e II:

- Números e operações;
- Grandezas e medidas;
- Geometria (espaço e forma);
- Representações;
- Álgebra;
- Estatística (tratamento da informação);

Por fim, é importante lembrar que os conceitos matemáticos também formam a

base para a construção de outros conhecimentos relacionados às outras Áreas do currículo. A Matemática é importante para o bom aprendizado das Ciências Exatas, das Ciências Naturais e para a compreensão das Ciências Sociais.

O mundo atual nunca nos exigiu tanto conhecimento de criar metodologias, de construir estratégias, de comprovar e justificar resultados. Somado ao contexto da generalização das tecnologias e meios de informação baseados em dados quantitativos e suas diferentes representações, desenvolver o pensamento matemático da/o educanda/o da EJA é fundamental para a reconstrução dessa autoconfiança, da criatividade, iniciativa pessoal, do trabalho coletivo e da autonomia necessárias para enfrentar os mais diversos desafios.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA		
EJA I		
OBJETIVO GERAL		
✓ Ampliar e qualificar a linguagem matemática, compreender fenômenos, construir argumentações, problematizar situações e estabelecer relações entre elementos de um determinado contexto, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá- las; ✓ Relacionar vivências cotidianas na perspectiva sócio-histórico-cultural para formular hipóteses, resolver problemas e cálculos matemáticos.		
EIXOS		
✓ Números e Operações; ✓ Grandezas e Medidas; ✓ Geometria (espaço e forma); ✓ Representações.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
NÚMEROS E OPERAÇÕES	✓ Identificar a presença e significados dos números no cotidiano: identificar, quantificar, sequenciar, comparar, ordenar, medir, estimar, comparar, calcular e localizar; ✓ Ler, escrever e interpretar os números; ✓ Compreender os conceitos das operações fundamentais de adição, subtração, multiplicação, divisão e seus processos aritméticos; ✓ Aplicar as operações fundamentais em situações problemas; ✓ Reconhecer significados numéricos: quantidade, ordem, medida, código, símbolo, entre outros; ✓ Fazer comparações, agrupamentos e simbolizações; ✓ Desenvolver noções sobre o sistema de numeração	✓ Número e numeral; ✓ Sequência numérica; ✓ Aritmética das quatro operações; ✓ Sistema de numeração decimal; ✓ Instrumentos medida e quantificação: régua, calculadora, fita métrica, trena, etc.; ✓ Estimativas (cálculo mental).

	decimal e suas características: decimal e posicional; ✓ Fazer estimativas por meio de estratégias diversas.	
GRANDEZAS E MEDIDAS	✓ Compreender o sentido da medida nas situações do dia a dia; ✓ Comparar as unidades de medida não convencionais; ✓ Compreender o significado do sistema métrico decimal; ✓ Reconhecer e utilizar o sistema monetário; ✓ Identificar e resolver situações problema que envolvam grandezas e medidas; ✓ Identificar as medidas de tempo; ✓ Identificar medidas lineares e de superfície; ✓ Compreender o conceito de área e perímetro em figuras geométricas planas; ✓ Identificar as medidas de temperatura.	✓ Comprimento; ✓ Capacidade; ✓ Temperatura; ✓ Tempo; ✓ Massa; ✓ Sistema monetário nacional.
GEOMETRIA (ESPAÇO E FORMA)	✓ Identificar e reconhecer formas geométricas fundamentais; ✓ Classificar as formas geométricas por semelhanças e diferenças; ✓ Ampliar as noções de ângulo; ✓ Identificar as formas tridimensionais.	✓ Formas geométricas fundamentais; ✓ Noções de ângulo; ✓ Formas tridimensionais.
REPRESENTAÇÕES	✓ Ler e interpretar gráficos e tabelas.	✓ Grafiicos; ✓ Tabelas.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA
EJA II
OBJETIVO GERAL
✓ Construir o letramento matemático do educando da EJA, ou seja, dominar a linguagem matemática, compreender fenômenos, construir argumentações, problematizar situações e estabelecer relações entre elementos de um determinado contexto, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las; ✓ Considerar a perspectiva sócio-histórico-cultural para conhecer, avaliar, decidir, criar e transformar, com intuito de desenvolver a cidadania do indivíduo, ampliando e aprimorando sua leitura de mundo com autonomia e criticidade; ✓ Interagir de maneira cooperativa, através de um trabalho coletivo, respeitando a maneira de pensar dos seus pares e aprendendo com eles; ✓ Experimentar a Matemática em sua plenitude, formulando hipóteses e fazendo conjecturas, observando a presença desta no cotidiano. Há que conceber a Matemática não como ciência ou campo do conhecimento isolado, mas como algo maior, que envolva questões atuais e temas transversais.
EIXOS
✓ Grandezas e Medidas; ✓ Álgebra; ✓ Números e Operações; ✓ Geometria (Espaço e Forma); ✓ Proporcionalidade; ✓ Representações; ✓ Estatística (Tratamento da Informação).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS			
1º. TERMO			
EIXO	**CAMPOS E CONCEITOS**	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ÁLGEBRA	✓ Linguagem algébrica para expressar relações; ✓ Operações inversas.	✓ Generalizar propriedades das operações aritméticas, traduzindo situações- problema na linguagem matemática envolvendo notação literal; ✓ Reconhecer padrões em figuras e sequências numéricas; ✓ Identificar, interpretar, traduzir, formular e resolver equações e sistemas; ✓ Compreender a ideia de variável e função e sua aplicação em gráficos e tabelas.	✓ Linguagem algébrica para expressar relações; ✓ Operações inversas.
ESTATÍSTICA (TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO)	✓ Médias, representação gráfica e tabular.	✓ Construir procedimentos para coletar, organizar, comunicar e interpretar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações, e que seja capaz de descrever e interpretar sua realidade, usando conhecimentos matemáticos, com abordagem investigativa; ✓ Calcular medidas estatísticas como média, moda e mediana fornecendo novos elementos para interpretar dados; ✓ Ler e interpretar informações contidas em imagens; coletar e organizar informações; interpretar e elaborar listas, tabelas e gráficos para comunicar a informação obtida; produzir textos escritos a partir da interpretação de gráficos e tabelas; ✓ Calcular a probabilidade de eventos com base na	✓ Noção de média, moda.

		construção do espaço amostral utilizando o princípio multiplicativo permitindo a tomada de decisões a partir dos resultados.	
GEOMETRIA	✓ Relações espaciais; ✓ Figuras planas, polígonos, ângulos; ✓ Relações angulares; ✓ Geometria 3D.	✓ Identificar e classificar estruturas geométricas (ponto, reta, ângulo, figuras planas e espaciais, entre outros) e suas propriedades; ✓ Reconhecer as figuras planas e os sólidos geométricos, se apropriando de tais conhecimentos para solucionar situações problemas do seu cotidiano; ✓ Utilizar o plano cartesiano para identificar coordenadas, de modo a se localizar e orientar-se no espaço; ✓ Aplicar os teoremas de Tales e de Pitágoras em situações cotidianas.	✓ Polígonos e seus elementos: definição, representação, classificação, propriedades (simetria e convexidade).
GRANDEZAS E MEDIDAS	✓ Lineares; ✓ Massas; ✓ Capacidade; ✓ Superfície; ✓ Volume; ✓ Tempo e temperatura; ✓ Sistema Monetário.	✓ Estabelecer relações de medidas fazendo estimativas simples; ✓ Transformar e comparar diversas unidades de medidas (não convencionais/con vencionais), utilizando-se de objetos relacionados ao cotidiano; ✓ Reconhecer e utilizar medidas e grandezas no cotidiano; ✓ Relacionar as proporções com medidas e escalas; ✓ Reconhecer e calcular as unidades de medidas utilizadas em perímetro, área, volume, capacidade, tempo, temperatura, ângulos.	✓ Conceito de medida: medir é comparar padrões e unidades de medida; ✓ Medidas lineares; perímetro; área por contagem; ✓ Medidas de tempo; ✓ Sistema Monetário.

NÚMEROS E OPERAÇÕES	✓ Naturais; ✓ Frações; ✓ Decimais; ✓ Negativos; ✓ Irracionais; ✓ Conjuntos.	✓ Reconhecer que os números são utilizados para identificar, quantificar, ordenar, medir, estimar, comparar, calcular, localizar, codificar e simbolizar; ✓ Reconhecer e utilizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Estabelecer relações entre os diferentes conjuntos numéricos (naturais, inteiros e racionais); ✓ Reconhecer a existência de números que não são racionais; ✓ Construir novos significados para o uso das operações em todos os conjuntos numéricos; ✓ Identificar e compreender a linguagem matemática na resolução de situações-problema nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Explorar o uso da tecnologia digital.	✓ Sentido Numérico; ✓ Processo de contagem; ✓ Agrupamento; ✓ Operações Básicas; ✓ Tabuada.
PROPORCIONA-LIDADE	✓ Razão; ✓ Proporção; ✓ Porcentagem; ✓ Geometria.	✓ Compreender a ideia de grandezas direta e inversamente proporcionais, sabendo distingui-las; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com o estudo da noção de semelhança de figuras, valendo- se das técnicas de ampliação e redução; ✓ Identificar os conceitos de razão e proporção em situações cotidianas triviais, bem como em problemas mais complexos que envolvam	✓ Escala; ✓ Relação de % com frações especiais (1/2, ¼,3/4, 1/10, 1/5); ✓ Interpretação de significado de % nas médias e outras disciplinas; ✓ Ampliação de figuras no quadriculado.

		noções de escala, densidade demográfica, construção de plantas baixas, velocidade, entre outros; ✓ Utilizar instrumentos adequados para medir e analisar a interdependência entre grandezas e expressá-la algebricamente através da regra de três; ✓ Interpretar e analisar o conceito de proporcionalidade expresso em tabelas, analisando as relações entre as grandezas; ✓ Resolver situações problema que envolva o conceito de probrabililidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com porcetagens, valorizando o cálculo mental.	
REPRESENTAÇÕES	✓ Esquemas, quadros, gráficos e tabelas.	✓ Ler, compreender e interpretar informações de natureza social, obtidas através de gráficos, tabelas, esquemas e quadros; ✓ Construir, diferenciar, comparar e analisar diferentes tipos de representações gráficas; ✓ Compreender a função do primeiro grau e as diversas aplicações no cotidiano; construindo sua representação gráfica.	✓ Interpretação de gráficos da mídia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS			
2º. TERMO			
EIXO	**CAMPOS E CONCEITOS**	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ÁLGEBRA	✓ Linguagem algébrica para expressar relações; ✓ Operações inversas.	✓ Generalizar propriedades das operações aritméticas, traduzindo situações- problema na linguagem matemática envolvendo notação literal; ✓ Reconhecer padrões em figuras e sequências numéricas; ✓ Identificar, interpretar, traduzir, formular e resolver equações e sistemas; ✓ Compreender a ideia de variável e função e sua aplicação em gráficos e tabelas.	✓ Equações do 1º. grau por meio de problemas, uso da balança, expressões numéricas simples.
ESTATÍSTICA (TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO)	✓ Médias, representação gráfica e tabular.	✓ Construir procedimentos para coletar, organizar, comunicar e interpretar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações, e que seja capaz de descrever e interpretar sua realidade, usando conhecimentos matemáticos, com abordagem investigativa; ✓ Calcular medidas estatísticas como média, moda e mediana fornecendo novos elementos para interpretar dados; ✓ Ler e interpretar informações contidas em imagens; coletar e organizar informações; interpretar e elaborar listas, tabelas e gráficos para comunicar a informação obtida; produzir textos escritos a partir da interpretação de gráficos e tabelas; ✓ Calcular a probabilidade de eventos com base na	✓ Interpretação de gráficos; relação tabela – gráfico.

		construção do espaço amostral utilizando o princípio multiplicativo permitindo a tomada de decisões a partir dos resultados.	
GEOMETRIA	✓ Relações espaciais; ✓ Figuras planas, polígonos, ângulos; ✓ Relações angulares; ✓ Geometria 3D.	✓ Identificar e classificar estruturas geométricas (ponto, reta, ângulo, figuras planas e espaciais, entre outros) e suas propriedades; ✓ Reconhecer as figuras planas e os sólidos geométricos, se apropriando de tais conhecimentos para solucionar situações problemas do seu cotidiano; ✓ Utilizar o plano cartesiano para identificar coordenadas, de modo a se localizar e orientar-se no espaço; ✓ Aplicar os teoremas de Tales e de Pitágoras em situações cotidianas.	✓ Relações espaciais (orientação e posição); triângulos e quadriláteros, elementos e propriedades.
GRANDEZAS E MEDIDAS	✓ Lineares; ✓ Massas; ✓ Capacidade; ✓ Superfície; ✓ Volume; ✓ Tempo e temperatura; ✓ Sistema Monetário.	✓ Estabelecer relações de medidas fazendo estimativas simples; ✓ Transformar e comparar diversas unidades de medidas (não convencionais/con vencionais), utilizando-se de objetos relacionados ao cotidiano; ✓ Reconhecer e utilizar medidas e grandezas no cotidiano; ✓ Relacionar as proporções com medidas e escalas; ✓ Reconhecer e calcular as unidades de medidas utilizadas em perímetro, área, volume, capacidade, tempo, temperatura, ângulos.	✓ Medidas de comprimento, de massa, de capacidade, de superfície, medidas de temperatura.

NÚMEROS E OPERAÇÕES	✓ Naturais; ✓ Frações; ✓ Decimais; ✓ Negativos; ✓ Irracionais; ✓ Conjuntos.	✓ Reconhecer que os números são utilizados para identificar, quantificar, ordenar, medir, estimar, comparar, calcular, localizar, codificar e simbolizar; ✓ Reconhecer e utilizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Estabelecer relações entre os diferentes conjuntos numéricos (naturais, inteiros e racionais); ✓ Reconhecer a existência de números que não são racionais; ✓ Construir novos significados para o uso das operações em todos os conjuntos numéricos; ✓ Identificar e compreender a linguagem matemática na resolução de situações-problema nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Explorar o uso da tecnologia digital.	✓ Múltiplos e divisores; ✓ Números Primos; ✓ Operador; ✓ Operações aditivas; ✓ Significados contextualizados.
PROPORCIONA-LIDADE	✓ Razão; ✓ Proporção; ✓ Porcentagem; ✓ Geometria.	✓ Compreender a ideia de grandezas direta e inversamente proporcionais, sabendo distingui-las; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com o estudo da noção de semelhança de figuras, valendo- se das técnicas de ampliação e redução; ✓ Identificar os conceitos de razão e proporção em situações cotidianas triviais, bem como em problemas mais complexos que envolvam	✓ Receita de bolo ½,1/4,3/4; ✓ Relacionar com múltiplos como operador; ✓ Cálculo mental e estimativas com porcentagens notáveis; 50%, 25%, 10%, 20%, 75%, como razão; ✓ Construção de planta baixa.

		noções de escala, densidade demográfica, construção de plantas baixas, velocidade, entre outros; ✓ Utilizar instrumentos adequados para medir e analisar a interdependência entre grandezas e expressá-la algebricamente através da regra de três; ✓ Interpretar e analisar o conceito de proporcionalidade expresso em tabelas, analisando as relações entre as grandezas; ✓ Resolver situações problema que envolva o conceito de probrabililidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com porcetagens, valorizando o cálculo mental.	
REPRESENTAÇÕES	✓ Esquemas, quadros, gráficos e tabelas.	✓ Ler, compreender e interpretar informações de natureza social, obtidas através de gráficos, tabelas, esquemas e quadros; ✓ Construir, diferenciar, comparar e analisar diferentes tipos de representações gráficas; ✓ Compreender a função do primeiro grau e as diversas aplicações no cotidiano; construindo sua representação gráfica.	✓ Construção de gráficos a partir de tabelas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS			
3º. TERMO			
EIXO	**CAMPOS E CONCEITOS**	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ÁLGEBRA	✓ Linguagem algébrica para expressar relações; ✓ Operações inversas.	✓ Generalizar propriedades das operações aritméticas, traduzindo situações- problema na linguagem matemática envolvendo notação literal; ✓ Reconhecer padrões em figuras e sequências numéricas; ✓ Identificar, interpretar, traduzir, formular e resolver equações e sistemas; ✓ Compreender a ideia de variável e função e sua aplicação em gráficos e tabelas.	✓ Expressões algébricas, cálculo de valor numérico, fórmulas; ✓ Sistema de equações (2 equações +2 incógnitas problemas simples).
ESTATÍSTICA (TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO)	✓ Médias, representação gráfica e tabular.	✓ Construir procedimentos para coletar, organizar, comunicar e interpretar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações, e que seja capaz de descrever e interpretar sua realidade, usando conhecimentos matemáticos, com abordagem investigativa; ✓ Calcular medidas estatísticas como média, moda e mediana fornecendo novos elementos para interpretar dados; ✓ Calcular a probabilidade de eventos com base na construção do espaço amostral utilizando o princípio multiplicativo permitindo a tomada de decisões a partir dos resultados.	✓ Construção de gráficos estatísticos.
GEOMETRIA	✓ Relações espaciais; ✓ Figuras planas,	✓ Identificar e classificar estruturas geométricas (ponto, reta, ângulo, figuras planas e espaciais, entre outros) e suas	✓ Relações espaciais; relações angulares; localização (na reta e no sistema cartesiano); ✓ Figuras 3D espaciais (características,

	polígonos, ângulos; ✓ Relações angulares; ✓ Geometria 3D.	propriedades; ✓ Reconhecer as figuras planas e os sólidos geométricos, se apropriando de tais conhecimentos para solucionar situações problemas do seu cotidiano; ✓ Utilizar o plano cartesiano para identificar coordenadas, de modo a se localizar e orientar-se no espaço; ✓ Aplicar os teoremas de Tales e de Pitágoras em situações cotidianas.	representação).
GRANDEZAS E MEDIDAS	✓ Lineares; ✓ Massas; ✓ Capacidade; ✓ Superfície; ✓ Volume; ✓ Tempo e temperatura; ✓ Sistema Monetário.	✓ Estabelecer relações de medidas fazendo estimativas simples; ✓ Transformar e comparar diversas unidades de medidas (não convencionais/con vencionais), utilizando-se de objetos relacionados ao cotidiano; ✓ Reconhecer e utilizar medidas e grandezas no cotidiano; ✓ Relacionar as proporções com medidas e escalas; ✓ Reconhecer e calcular as unidades de medidas utilizadas em perímetro, área, volume, capacidade, tempo, temperatura, ângulos.	✓ Medidas de volume por contagem.
NÚMEROS E OPERAÇÕES	✓ Naturais; ✓ Frações; ✓ Decimais; ✓ Negativos;	✓ Reconhecer que os números são utilizados para identificar, quantificar, ordenar, medir, estimar, comparar, calcular, localizar, codificar e simbolizar; ✓ Reconhecer e utilizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e	✓ Potenciação; ✓ Multiplicação e divisão de frações; ✓ Estimativas; ✓ Multiplicações com calculadora;

	✓ Irracionais; ✓ Conjuntos.	radiciação nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Estabelecer relações entre os diferentes conjuntos numéricos (naturais, inteiros e racionais); ✓ Reconhecer a existência de números que não são racionais; ✓ Construir novos significados para o uso das operações em todos os conjuntos numéricos; ✓ Identificar e compreender a linguagem matemática na resolução de situações-problema nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Explorar o uso da tecnologia digital.	✓ Relação com porcentagens; ✓ Operações de débito e crédito; ✓ Raiz quadrada, noção de raiz cúbica.
PROPORCIONA-LIDADE	✓ Razão; ✓ Proporção; ✓ Porcentagem; ✓ Geometria.	✓ Compreender a ideia de grandezas direta e inversamente proporcionais, sabendo distingui-las; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com o estudo da noção de semelhança de figuras, valendo- se das técnicas de ampliação e redução; ✓ Identificar os conceitos de razão e proporção em situações cotidianas triviais, bem como em problemas mais complexos que envolvam noções de escala, densidade demográfica, construção de plantas baixas, velocidade, entre outros; ✓ Utilizar instrumentos adequados para medir e analisar a interdependência entre grandezas e expressá-la algebricamente através da regra	✓ Regra de 3; ✓ Relação entre % e probabilidade (associada à chance de ocorrência de um evento); ✓ Noção de semelhança; construção de maquetes.

		de três; ✓ Interpretar e analisar o conceito de proporcionalidade expresso em tabelas, analisando as relações entre as grandezas; ✓ Resolver situações problema que envolva o conceito de probrabililidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com porcetagens, valorizando o cálculo mental.	
REPRESENTAÇÕES	✓ Esquemas, quadros, gráficos e tabelas.	✓ Ler, compreender e interpretar informações de natureza social, obtidas através de gráficos, tabelas, esquemas e quadros; ✓ Construir, diferenciar, comparar e analisar diferentes tipos de representações gráficas; ✓ Compreender a função do primeiro grau e as diversas aplicações no cotidiano; construindo sua representação gráfica.	✓ Tipos de gráficos (colunas, barras, linha, ponto, setores).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS			
4º. TERMO			
EIXO	**CAMPOS E CONCEITOS**	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ÁLGEBRA	✓ Linguagem algébrica para expressar relações; ✓ Operações inversas.	✓ Generalizar propriedades das operações aritméticas, traduzindo situações- problema na linguagem matemática envolvendo notação literal; ✓ Reconhecer padrões em figuras e sequências numéricas; ✓ Identificar, interpretar, traduzir, formular e resolver equações e sistemas; ✓ Compreender a ideia de variável e função e sua aplicação em gráficos e tabelas.	✓ Produtos notáveis; operações algébricas (redução de termos semelhantes, cancelamento, simplificação, produto de monômios, propriedade distributiva, etc.); ✓ Equações de 2º grau simples; noção de função afim, problemas simples, gráfico (reta); distinção de modelos linear e a fim.
ESTATÍSTICA (TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO)	✓ Médias, representação gráfica e tabular.	✓ Construir procedimentos para coletar, organizar, comunicar e interpretar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações, e que seja capaz de descrever e interpretar sua realidade, usando conhecimentos matemáticos, com abordagem investigativa; ✓ Calcular medidas estatísticas como média, moda e mediana fornecendo novos elementos para interpretar dados; ✓ Ler e interpretar informações contidas em imagens; coletar e organizar informações; interpretar e elaborar listas, tabelas e gráficos para comunicar a informação obtida; produzir textos escritos a partir da interpretação de gráficos e tabelas; ✓ Calcular a probabilidade de eventos com base na	✓ Noção de amostra, noções de probabilidade.

		construção do espaço amostral utilizando o princípio multiplicativo permitindo a tomada de decisões a partir dos resultados.	
GEOMETRIA	✓ Relações espaciais; ✓ Figuras planas, polígonos, ângulos; ✓ Relações angulares; ✓ Geometria 3D.	✓ Identificar e classificar estruturas geométricas (ponto, reta, ângulo, figuras planas e espaciais, entre outros) e suas propriedades; ✓ Reconhecer as figuras planas e os sólidos geométricos, se apropriando de tais conhecimentos para solucionar situações problemas do seu cotidiano; ✓ Utilizar o plano cartesiano para identificar coordenadas, de modo a se localizar e orientar-se no espaço; ✓ Aplicar os teoremas de Tales e de Pitágoras em situações cotidianas.	✓ Pitágoras, Tales (noções de trigonometria); sistema cartesiano.
GRANDEZAS E MEDIDAS	✓ Lineares; ✓ Massas; ✓ Capacidade; ✓ Superfície; ✓ Volume; ✓ Tempo e temperatura; ✓ Sistema Monetário.	✓ Estabelecer relações de medidas fazendo estimativas simples; ✓ Transformar e comparar diversas unidades de medidas (não convencionais/con vencionais), utilizando-se de objetos relacionados ao cotidiano; ✓ Reconhecer e utilizar medidas e grandezas no cotidiano; ✓ Relacionar as proporções com medidas e escalas; ✓ Reconhecer e calcular as unidades de medidas utilizadas em perímetro, área, volume, capacidade, tempo, temperatura, ângulos.	✓ Área de figuras planas especiais (por decomposição), fórmulas de figuras geométricas (triângulos e quadriláteros); área de figuras curvas (círculos, setores, coroas).

NÚMEROS E OPERAÇÕES	✓ Naturais; ✓ Frações; ✓ Decimais; ✓ Negativos; ✓ Irracionais; ✓ Conjuntos.	✓ Reconhecer que os números são utilizados para identificar, quantificar, ordenar, medir, estimar, comparar, calcular, localizar, codificar e simbolizar; ✓ Reconhecer e utilizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Estabelecer relações entre os diferentes conjuntos numéricos (naturais, inteiros e racionais); ✓ Reconhecer a existência de números que não são racionais; ✓ Construir novos significados para o uso das operações em todos os conjuntos numéricos; ✓ Identificar e compreender a linguagem matemática na resolução de situações-problema nos diferentes conjuntos numéricos; ✓ Explorar o uso da tecnologia digital.	✓ Noção e reconhecimento de dízimas periódicas (noção e reconhecimento de casos especiais); ✓ Noção de números irracionais; ✓ Regra dos sinais; ✓ Pi; ✓ Relação de inclusão entre conjuntos numéricos.
PROPORCIONA-LIDADE	✓ Razão; ✓ Proporção; ✓ Porcentagem; ✓ Geometria.	✓ Compreender a ideia de grandezas direta e inversamente proporcionais, sabendo distingui-las; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com o estudo da noção de semelhança de figuras, valendo- se das técnicas de ampliação e redução; ✓ Identificar os conceitos de razão e proporção em situações cotidianas triviais, bem como em problemas mais complexos que envolvam	✓ Razões constantes; ✓ PI; ✓ Problemas de divisão proporcional; ✓ Juros e desconstos simples; ✓ % como fator multiplicativo (taxa de variação); ✓ Aumento de 20% -> x 1,2; desconto de 25% -> x 0,75.

		noções de escala, densidade demográfica, construção de plantas baixas, velocidade, entre outros; ✓ Utilizar instrumentos adequados para medir e analisar a interdependência entre grandezas e expressá-la algebricamente através da regra de três; ✓ Interpretar e analisar o conceito de proporcionalidade expresso em tabelas, analisando as relações entre as grandezas; ✓ Resolver situações problema que envolva o conceito de probrabililidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão; ✓ Relacionar o conceito de proporcionalidade com porcetagens, valorizando o cálculo mental.	
REPRESENTAÇÕES	✓ Esquemas, quadros, gráficos e tabelas.	✓ Ler, compreender e interpretar informações de natureza social, obtidas através de gráficos, tabelas, esquemas e quadros; ✓ Construir, diferenciar, comparar e analisar diferentes tipos de representações gráficas; ✓ Compreender a função do primeiro grau e as diversas aplicações no cotidiano; construindo sua representação gráfica.	✓ Construção de gráficos associados às funções do 1º. grau.

COMPONENTE CURRICULAR DE ARTE

O ensino da Arte, em suas várias linguagens, tem um papel relevante, na EJA, uma vez que, além de ser um instrumento de ampliação da visão e compreensão do mundo, contribui para a melhoria das aprendizagens, integrando, na organização curricular, conteúdos dos ambientes familiares às/aos estudantes e da diversidade artística e cultural do país.

O Componente Curricular Arte, neste documento, está organizado em quatro Eixos: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. Essas linguagens envolvem conhecimentos, saberes e habilidades construídos por meio de práticas de leitura, compreensão, reflexão, criação, fruição de produtos e fenômenos artísticos. Assim, no processo de aprendizagem em Arte, os jovens e adultos devem ter a oportunidade de manifestar suas emoções, intuições e subjetividades na forma de expressão artística, em um ambiente de experimentação que seja criativo, dinâmico, formador e transformador.

Dessa forma, a Arte, no contexto da EJA, objetiva incentivar o protagonismo da/o educanda/o e o respeito às diferenças, propiciando o exercício do pensamento crítico, diante da complexidade do mundo contemporâneo, por meio de vivências e práticas que envolvam diversidade de expressões cultural, étnica e linguística, essenciais ao exercício da cidadania.

Outro aspecto importante deste Componente Curricular é a estesia, palavra de origem do grego *aisthesis*, que significa a capacidade de sentir, de compreender pelos sentidos. Trata-se de uma experiência essencial aos jovens e adultos, que perpassa os quatro Eixos do Componente Arte, pois remete à percepção sensível das/os estudantes em relação ao som, às imagens, aos movimentos do corpo, à interpretação dos gestos, entre outras ações dos sujeitos. Essa capacidade de compreensão pelos sentidos contribui, portanto, para o conhecimento de si, do outro e do mundo, sendo o corpo como um todo que mobiliza as experiências do sujeito.

O Eixo Artes Visuais, tanto em EJA I quanto em EJA II, contempla as múltiplas expressões artísticas visuais produzidas em diferentes contextos sociais e tempos históricos, possibilitando aos jovens e adultos conhecer e explorar diversos processos e produtos artísticos visuais, para que possam ampliar suas formas de olhar, perceber a diversidade de manifestações expressivas que constituem a cultura visual produzida por materiais convencionais ou tecnológicos e digitais.

O Eixo Teatro remete à experiência da performance, por meio da expressão verbal, não-verbal e física, sendo o corpo que mobiliza e provoca a interação do sujeito com o outro e com si próprio. O trabalho com o Teatro na Escola permite aos jovens e adultos a experiência da produção coletiva e colaborativa, nas práticas de dramatização, improvisação e criação que caracterizam a expressão artística teatral. Além disso, a experiência com o teatro seja como atuante ou espectadora/or, suscita a emoção, desenvolve a percepção estética, amplia a imaginação e o conhecimento do corpo.

O Eixo Música contempla as expressões artísticas que se materializam por meio dos sons, cujos sentidos são subjetivos e construídos interacionalmente, de acordo com os valores, saberes do contexto social em que circulam. A experiência com a música na Escola envolve não apenas a recepção e fruição pelas/os estudantes, mas

também a experimentação, a manipulação e criação de diversos materiais sonoros, desde aqueles já conhecidos por jovens e adultos como aqueles que ainda não lhes são familiares. Tais práticas permitem que as/os educandas/os (re)conheçam a diversidade de expressões culturais veiculadas pela música, valorizem e respeitem as diferenças, eliminando preconceitos e valores pré-concebidos.

O Eixo Dança envolve a articulação entre as expressões do corpo e a experiência estética. Em outras palavras, a dança é concebida neste documento como uma expressão artística que mobiliza experiências corporais, sentimentos e processos cognitivos no ato do movimento dançado. Nesse sentido, a dança no contexto da EJA permite às/aos educandas/os a experimentação e percepção da relação corpo e mente, em diversos movimentos e arranjos, sejam mais técnicos ou mais lúdicos, sejam eruditos ou populares. Com isso, jovens e adultos têm a oportunidade de exercer a criatividade individual ou colaborativamente, desenvolvendo sua autonomia.

Em síntese, ainda que neste documento Artes Visuais, Teatro, Música e Dança sejam abordados separadamente, com destaque para seus aspectos específicos, é essencial que o componente Arte na EJA considere a relação e integração entre essas linguagens, pois, na realidade, não há fragmentação nas experiências dos sujeitos com a Arte. Da mesma forma, a aprendizagem não ocorre de forma linear, mas em uma progressão de forma que um novo conhecimento se relaciona com o anterior e assim as/os estudantes vão ampliando seu repertório de práticas artísticas e, assim, sua visão de mundo e de si mesmas/os.

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE		
EJA I		
OBJETIVO GERAL		
✓ Desenvolver habilidades, conhecimentos, saberes e conceitos próprios da prática artística a partir do protagonismo do educando, por meio da criação, crítica, estesia, expressão, fruição, experimentação e reflexão nas diversas linguagens, estabelecendo relações com o exercício de sua cidadania.		
EIXOS		
✓ Artes Visuais; ✓ Teatro; ✓ Música; ✓ Dança.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ARTES VISUAIS	✓ Identificar e apreciar de formas distintas das artes visuais cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético; ✓ Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais; ✓ Conhecer e compreender a diversidade das formas de Arte e concepções estéticas da cultura: regional, nacional e internacional; ✓ Experimentar diferentes formas de expressão artísticas ✓ Experimentar a criação em artes visuais explorando diferentes espaços; ✓ Dialogar sobre a sua criação e a dos colegas para alcançar sentidos plurais; ✓ Conhecer, vivenciar e valorizar o patrimônio cultural da	✓ Leitura de contextos e criações artísticas; ✓ Ampliação da apreciação critica para além do senso comum (bonito/feio); ✓ Fundamentos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.); ✓ Aquisição de conhecimentos para situar a produção da arte; ✓ Análise e produção visual (pinturas, gravuras, desenhos, imagens digitais, ilustrações, fotografia, vídeos, instalações, animações, cinema etc.); ✓ Procedimentos, técnicas e usos de diferentes materiais; ✓ Projetos e processos de criação; ✓ Acolhimento da diversidade no repertório cultural local.

	comunidade ✓ local e regiões.	
TEATRO	✓ Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações de teatro; ✓ Aprender a ver e a ouvir histórias dramatizadas cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional; ✓ Compreender os elementos na construção de cena teatral: atores, personagens, roteiro, etc.; ✓ Interagir, reconhecer e valorizar a diversidade cultural; ✓ Compreender, conhecer e vivenciar diferentes formas do fazer teatral.	✓ Jogos tradicionais e de improviso; ✓ Leituras dramáticas e diferentes formas de construção narrativa; ✓ Jogos teatrais; ✓ Assistir peças teatrais.
MÚSICA	✓ Desenvolver a percepção auditiva frente aos elementos musicais; ✓ Compreender a linguagem musical como uma expressão artística, valorizando-a como patrimônio histórico, social e cultural; ✓ Analisar a influência da música nos diferentes contextos sociais; ✓ Experimentar as diversas sonoridades através dos diferentes suportes artísticos (instrumental, corporal ou utilização de objetos inusitados); ✓ Utilizar a linguagem musical como meio de estimular bem estar: físico, mental e espiritual; ✓ Ampliar o repertório de gêneros musicais.	✓ Paisagem sonora (verificação do som ambiente no qual o educando está inserido); ✓ Elementos musicais (som, duração e timbre); ✓ Elementos da teoria musical (melodia, harmonia, ritmo); ✓ Interpretação de diferentes gêneros musicais.
DANÇA	✓ Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos;	✓ Desenvolvimento da percepção, do imaginário, da capacidade de simbolizar e do repertório cultural;

	✓ Discutir com respeito e sem preconceito danças vivenciadas.	✓ Construção de vocabulários e repertórios próprios da cultura corporal; ✓ Manifestações culturais e danças regionais; ✓ Dança popular, erudita, moderna e contemporânea.

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE		
EJA II		
OBJETIVO GERAL		
✓ Desenvolver a experimentação artística a partir do protagonismo do educando, por meio da criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão nas diversas linguagens, estabelecendo relações com o exercício de sua cidadania.		
EIXOS		
✓ Artes Visuais; ✓ Teatro; ✓ Música; ✓ Dança.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
ARTES VISUAIS	✓ Compreender os elementos da linguagem visual, contextualizando-os com os momentos históricos; ✓ Identificar, relacionar e compreender as diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas; ✓ Desenvolver a capacidade de apreciar, raciocinar, analisar e conceituar sobre aspectos estéticos; ✓ Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos dentro da linguagem visual/plástica; ✓ Conhecer e compreender a diversidade das formas de Arte e concepções estéticas da cultura: regional, nacional e internacional.	✓ Concepções artísticas ao longo da história da arte; ✓ Fundamentos da linguagem visual (ponto, linha, cor, forma, textura, volume, etc.); ✓ Análise e produção visual (pinturas, gravuras, desenhos, imagens digitais, ilustrações, fotografia, vídeos, instalações, animações, cinema, design, dentre outras); ✓ Análise e produção tridimensional; ✓ Contextualização, releitura e práticas artísticas; ✓ Projetos e processos de criação.
TEATRO	✓ Compreender o teatro em suas dimensões artística, estética, histórica, social e antropológica; ✓ Refletir, relacionar, registrar, participar da produção teatral na escola;	✓ Dimensões artística, estética, histórica, social e antropológica; ✓ Produção e atuação teatral;

	✓ Conhecer sobre as diferentes possibilidades de atuação teatral; ✓ Criar significados no plano sensório corporal no teatro; ✓ Compreender os elementos na construção de cena teatral: atores, personagens, roteiro, etc.; ✓ Interagir, reconhecer e valorizar a diversidade cultural; ✓ Compreender, conhecer e vivenciar diferentes formas do fazer teatral.	✓ História do Teatro; ✓ Jogos tradicionais e de improviso; ✓ Leituras dramáticas e diferentes formas de construção narrativa; ✓ Jogos teatrais; ✓ Construção de esquetes, personagens, cenário, figurino, adereço, iluminação e sonoplastia; ✓ Teatro do oprimido, teatro de animação, Circo teatro, teatro dança, entre outros.
MÚSICA	✓ Desenvolver a percepção auditiva frente aos elementos musicais; ✓ Conhecer elementos da teoria musical no processo de composição e interpretação; ✓ Compreender a linguagem musical como uma expressão artística, valorizando-a como patrimônio histórico, social e cultural; ✓ Analisar a influência da música nos diferentes contextos sociais; ✓ Experimentar as diversas sonoridades através dos diferentes suportes artísticos (instrumental, corporal ou utilização de objetos inusitados); ✓ Utilizar a linguagem musical como meio de estimular bem estar: físico, mental e espiritual.	✓ Paisagem sonora (verificação do som ambiente no qual o educando está inserido); ✓ Elementos musicais (som, duração e timbre); ✓ Elementos da teoria musical (melodia, harmonia, ritmo) ✓ História da música erudita e popular ✓ Convergências e divergências entre o erudito e o popular; ✓ Percussão Corporal; ✓ Criação sonora.
DANÇA	✓ Desenvolver e compreender os elementos de movimento, usos dos espaços e ações; ✓ Experimentar, improvisar e apreciar a composição coreográfica;	✓ Elementos de movimento, usos dos espaços e ações; ✓ História da Dança; ✓ Manifestações culturais e danças regionais;

	✓ Analisar a dança e a sociedade no contexto histórico; ✓ Desenvolver habilidades corporais e reproduzir sequência de movimento, experenciando a poética pessoal; ✓ Conhecer grupos de dança, profissionais da dança do Brasil e do mundo e as profissões relacionadas ao universo da dança; ✓ Promover relação de cooperação e empatia para criação coletiva; ✓ Conhecer as várias simbologias da dança.	✓ Dança popular, erudita, moderna e contemporânea; ✓ Processos de Criação.

COMPONENTE CURRICULAR DE GEOGRAFIA

O ensino de Geografia cumpre uma função social para a compreensão do mundo em razão da complexidade que caracteriza a sociedade capitalista, na contemporaneidade. Essa complexidade ganha força ao estender o olhar para outros lugares e para as relações que são estabelecidas dentro de contextos mais amplos envolvendo Seres Humanos e o espaço geográfico. A Geografia permite refletir sobre as relações dos sujeitos em situações que envolvem política, economia, cultura e meio ambiente.

A Geografia, enquanto ciência que contribui para a ampliação dos conceitos sobre elementos naturais e humanos em espaços diversos, desempenha um papel fundamental na educação de jovens e adultos, permitindo a elas/es que valorizem sua singularidade, mas que possam compreender-se como sujeitos histórico-sociais, inseridas/os no mundo com espaços e tempos diversificados e em constantes processos de transformação. O raciocínio geográfico permite às/aos estudantes, por meio de práticas desenvolvidas com diferentes linguagens e princípios, a apropriação e interpretação do espaço geográfico enquanto manifestação territorial da atividade social, em suas diferentes dimensões e, principalmente, contradições de natureza política, econômica, cultural e ambiental que têm marcado as diferentes sociedades, em especial, a brasileira.

Cabe frisar, que o estudo desse Componente Curricular não prevê a hierarquização dessas dimensões, ao contrário, em respeito à diversidade característica do público da EJA, permite sua flexibilização com o propósito de respeitar as especificidades regionais e locais, bem como a individualidade das/os estudantes e a autonomia da/o educadora/or na elaboração de seu plano de ensino.

Assim, este documento traz uma gama de conteúdos e objetivos educativos que permitirão á/ao educadora/or fazer combinações e, até mesmo, dar ênfases às diferentes dimensões e contradições considerando as características locais, o contexto político do momento, dentre outros aspectos venham demandar outras flexibilizações.

Para tanto, partindo-se do pressuposto de que a EJA, dentre outras especificidades, tem a finalidade de propiciar o desenvolvimento das/os estudantes, qualificando-as/os para a sua inserção no mundo do trabalho, à continuidade de estudos superiores e, paralelamente, capacitando-as/os para uma interação social e política com os diferentes grupos e organizações, sendo propostos os seguintes Eixos Temáticos:

- Construção sócio-histórica das identidades e diversidades;
- Mundo do trabalho;
- Formas de representação e pensamento espacial;
- Relação sociedade e natureza.

Nota-se que, para além da centralidade do espaço como objeto central da ciência geográfica, o Currículo de Geografia para a EJA – níveis I e II – do Município de Santo André traz uma proposta mais abrangente que considera a especificidade desse público sem, contudo, descaracterizar o objeto de estudo desse Componente Curricular.

A intenção é que as/os estudantes da EJA reflitam sobre a dimensão sócio-histórica das diferentes identidades e diversidades, se apropriem das formas de

representação e pensamento social, reconheçam a complexidade das relações da sociedade com a natureza e se qualifiquem para sua inserção no mundo do trabalho. Para tanto, parte-se do princípio de que a/o estudante é um Ser político que se coloca na condição de sujeito capaz de desenvolver-se e transformar a sociedade em que vive.

Assim, a apropriação dos conteúdos e conhecimentos fundamentais de Geografia propostos nesse currículo poderá subsidiar a/o estudante adulta/o a retomar seu potencial, seja em ambientes escolares, seja na vida.

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA		
EJA I		
OBJETIVO GERAL		
✓ Interpretar, compreender e agir no mundo de forma autônoma diante dos fenômenos sociais, políticos, culturais e naturais; ✓ Desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar, interpretar e atuar no mundo que se transforma permanentemente através da relação sociedade natureza por meio do trabalho.		
EIXOS		
✓ Construção sócio-histórica das identidades e diversidades; ✓ Mundo do trabalho; ✓ Formas de representação e pensamento espacial; ✓ Relação Sociedade e Natureza.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS IDENTIDADES E DIVERSIDADES	✓ Entender a sociedade como elemento importante na formação da identidade e reconhecer-se como agente transformador no espaço geográfico; ✓ Reconhecer e refletir sobre o processo de formação do povo brasileiro, miscigenação, cultura, identidade e relações étnico-raciais; ✓ Reconhecer os direitos humanos como elementos fundamentais e inalienáveis para a garantia da vida digna e o pleno exercício da cidadania a todos os indivíduos, bem como, atuar no seu cumprimento e proteção.	✓ Formação do povo brasileiro: matrizes E miscigenação; ✓ O mundo globalizado; ✓ Transformações da paisagem; ✓ Fluxos migratórios/imigratórios; ✓ Demografia; ✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos; Direitos fundamentais dos seres humanos (ECA, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Maria da Penha, entre outros); ✓ Constituição brasileira; ✓ Estrutura do Estado.
MUNDO DO TRABALHO	✓ Entender e refletir as relações de trabalho e a exploração do trabalhador dentro do modo de produção capitalista; ✓ Compreender e refletir sobre a precarização das relações	✓ Modo de produção capitalista; ✓ Terceirização, trabalho informal, trabalho infantil, escravidão

	de trabalho (trabalho não formal); ✓ Compreender as diversas formas de organização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho.	moderna, entre outros; ✓ Movimentos dos trabalhadores; ✓ Direitos trabalhistas; ✓ Globalização; ✓ Emprego, trabalho e renda; ✓ Economia Solidária.
FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL	✓ Localizar-se espacialmente através das diferentes formas de representação cartográfica e dos pontos de orientação; ✓ Compreender as diferentes tecnologias cartográficas aplicadas ao cotidiano; ✓ Desenvolver o pensamento espacial estimulando o raciocínio geográfico para interpretar o mundo em permanente transformação. (BNCC p.358).	✓ Elementos que compõem o mapa; ✓ Pontos de orientação e localização; ✓ Formas de representação espacial (*softwares*, globo, atlas, maquete, plantas, croquis, cartas e outros).
RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA	✓ Relacionar os impactos ambientais com o modo de produção; ✓ Compreender que a relação sociedade - natureza se dá por meio do trabalho; ✓ Compreender como as diversas culturas humanas se relacionam e impactam a natureza; ✓ Refletir sobre as contradições existentes nas relações de produção, consumo e sustentabilidade; ✓ Compreender que a distribuição e a apropriação dos recursos naturais ocorrem de forma desigual; ✓ Conhecer os diversos fenômenos, processos e aspectos dos ambientes naturais.	✓ Espaço geográfico; ✓ Sociedade do consumo; ✓ Efeito estufa, ilhas de calor e aquecimento global; ✓ Poluição (atmosférica, sonora, visual, hídrica e dos solos); ✓ Desenvolvimento sustentável; ✓ Formas de produção agropecuária e extrativista; ✓ Problemas ambientais urbanos e nas áreas mananciais. (APA – área de preservação ambiental, APP – área de preservação permanente, ICMBIO – Instituto Chico Mendes, Créditos de Carbono).

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA		
EJA II		
OBJETIVO GERAL		
✓ Desenvolver capacidade para interpretar, compreender e agir no mundo de forma autônoma diante dos fenômenos sociais, políticos, culturais e naturais; ✓ Desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar, interpretar e atuar no mundo que se transforma permanentemente através da relação sociedade natureza por meio do trabalho.		
EIXOS		
✓ Construção sócio-histórica das identidades e diversidade; ✓ Mundo do trabalho; ✓ Formas de representação e pensamento espacial; ✓ Relação Sociedade e Natureza.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS IDENTIDADES E DIVERSIDADES	✓ Compreender as relações de poder que se dão dentro do território, tal como, sua influência na formação do indivíduo; ✓ Entender a sociedade como elemento importante na formação da identidade e reconhecer-se como agente transformador no espaço geográfico; ✓ Reconhecer e refletir sobre o processo de formação do povo brasileiro, miscigenação, cultura, identidade e relações étnico-raciais; ✓ Conhecer e refletir sobre o histórico de lutas por mobilizações, direitos, reconhecimento e inclusão de grupos estigmatizados – LGBT, índios, negros, mulheres, pessoas com deficiência, diversidade religiosa, vulnerabilidade social - relacionando com o contexto atual; ✓ Reconhecer os direitos humanos como elementos	✓ Formação do território brasileiro: povoamento, interiorização, regionalização, economia e recursos naturais; ✓ Formação do povo brasileiro: matrizes, miscigenação, diversos brasis (cultura), imigração, diáspora africana, imigração na atualidade; ✓ O mundo globalizado; ✓ Transformações da paisagem; ✓ Fluxos migratórios; ✓ Demografia; ✓ Formação do povo brasileiro; ✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos;

	fundamentais e inalienáveis para a garantia da vida digna e o pleno exercício da cidadania a todos os indivíduos, bem como, atuar no seu cumprimento e proteção.	✓ Direitos fundamentais dos seres humanos; ✓ Constituição brasileira, estrutura do Estado brasileiro.
MUNDO DO TRABALHO	✓ Diferenciar trabalho ontológico e histórico reconhecendo-se como sujeito do processo; ✓ Entender e refletir as relações de trabalho e a exploração do trabalhador dentro do modo de produção capitalista; ✓ Associar o processo de industrialização com a produção do meio técnico- científico-informacional no contexto da globalização; ✓ Compreender e refletir sobre a precarização das relações de trabalho; ✓ Compreender as diversas formas de organização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho; ✓ Entender a correlação de forças existentes na relação capital-trabalho.	✓ Revoluções industriais; ✓ O que é trabalho: ontológico *versus* histórico; ✓ Modo de produção capitalista; ✓ Modo de produção socialista; ✓ Taylorismo, fordismo, toyotismo; ✓ Terceirização, trabalho informal, trabalho infantil, escravidão moderna; ✓ Setores da economia ✓ Movimentos dos trabalhadores; ✓ Direitos trabalhistas; ✓ Globalização; ✓ Divisão Internacional do Trabalho; ✓ Demografia: envelhecimento da população, população economicamente ativa, IDH, índice GINI.
FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL	✓ Localizar-se espacialmente através das diferentes formas de representação cartográfica e dos pontos de orientação; ✓ Diferenciar as formas de escala espacial e suas relações hierárquicas; ✓ Compreender as diferentes tecnologias cartográficas aplicadas ao cotidiano; ✓ Utilizar os mapas para analisar diferentes fenômenos geográficos;	✓ Elementos que compõem o mapa; ✓ Pontos de orientação e localização; ✓ Tipos de mapas; ✓ Escala cartográfica; ✓ Escala espacial; ✓ Softwares de representação espacial; ✓ Formas de representação espacial (globo, atlas, maquete,

	✓ Compreender o mapa como um discurso ideológico; ✓ Desenvolver o pensamento espacial estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação. (BNCC p.358)	plantas, croquis, cartas e outros); ✓ Representações cartográficas e suas intencionalidades.
RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA	✓ Identificar e refletir sobre as ações antrópicas e seus impactos nos ambientes naturais; ✓ Relacionar os impactos ambientais com o modo de produção capitalista; ✓ Compreender que a relação sociedade - natureza se dá por meio do trabalho; ✓ Compreender como as diversas culturas humanas se relacionam e impactam a natureza; ✓ Refletir sobre as contradições existentes nas relações de produção, consumo e sustentabilidade; ✓ Compreender que a distribuição e a apropriação dos recursos naturais ocorrem de forma desigual; ✓ Conhecer e caracterizar os diversos fenômenos, processos e aspectos dos ambientes naturais.	✓ Espaço geográfico; ✓ Processos endógenos; ✓ Processos exógenos; ✓ Domínios morfoclimáticos e biomas; ✓ Sociedade do consumo; ✓ Efeito estufa , ilhas de calor e aquecimento global; ✓ Poluição (atmosférica, sonora, visual, hídrica e dos solos); ✓ Desenvolvimento sustentável; ✓ Fontes de energia e matérias-primas; ✓ Formas de produção agropecuária e extrativista; ✓ Problemas ambientais urbanos.

COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA

Discorrer sobre o ensino de História não é uma tarefa fácil tendo em vista que esse Componente Curricular tem o propósito de auxiliar as/os estudantes a compreender que o passado deve dialogar com o presente, tendo assim a responsabilidade de ajudar no processo de apropriação dos acontecimentos históricos e as transformações ocorridas a partir destes.

O ensino de História permite o entendimento das relações de poder e a compreensão sobre os processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo, nos diferentes espaços, para que seja possível às/aos educandas/os analisar, posicionar e intervir no mundo contemporâneo.

Ao fazer uma correlação desse breve preâmbulo acerca do ensino de História com as funções da EJA, entende-se que esse Componente Curricular tem um papel relevante na formação de adultos, na medida em que, permite á/ao estudante o desenvolvimento do pensamento crítico para que ela/e seja capaz de posicionar-se diante da sua própria trajetória escolar, e assim refletir sobre a garantia de acesso e de permanência, seja na idade certa, seja na modalidade da EJA e, por meio do estudo, modificar seu percurso histórico educacional.

É oportuno destacar que, no término da segunda década do século XX, mesmo diante dos avanços científicos e tecnológicos observados no Brasil e no mundo, ainda não foi possível erradicar o analfabetismo. A consequência do não acesso à educação formal na idade certa leva jovens e adultos a não enxergarem a escrita e a leitura como bem social, o que destaca o papel relevante do ensino de História, nessa Modalidade de ensino, que tem a responsabilidade de ajudar a/o estudante na compreensão do mundo para além do sentido da palavra, conforme a perspectiva freireana[4], que entende que o objetivo escolar é ensinar a/o aluno "a ler o mundo" para poder transformá-lo. Cumpre mencionar que Paulo Freire (1921-1997) desenvolveu um pensamento, assumidamente, político por entender que a educação deve ser emancipatória e não alienante.

Diante do exposto e considerando a realidade da sociedade contemporânea, o currículo de História da EJA I e II do Município de Santo André propõe três grandes Eixos Temáticos que se complementam com o intuito de estabelecer relações entre a vida individual e social, em seu próprio grupo de convívio nos diferentes lugares e dimensões (local, regional e nacional) com outras manifestações e em diferentes tempos.

A organização de Eixos Temáticos para o ensino de História, na EJA I e II tem a intenção de superar o enfoque disciplinar que tem caracterizado o ensino de História. Parte-se do pressuposto de que estudar o passado significa referenciar as múltiplas experiências dos Seres Humanos no tempo considerando que o objeto de estudo da História é toda ação humana no tempo. Contudo, não é possível reduzir esse estudo ao um mero recorte disciplinar. Ao contrário, pode-se apoiar em outras ciências como a

[4] Usar o adjetivo “freireana” nesse texto deu-se pelo fato de se ressaltar a importância em se manter a grafia integral do sobrenome de Paulo Freire, de maneira a destacar a proveniência de seus pensamentos e teses acerca da Alfabetização de Adultos. Ou seja, seguiu-se o seguinte critério: acrescentou-se o sufixo “ano” ao sobrenome original do autor. Muitos adeptos das propostas cunhadas por Freire assumem este adjetivo em suas publicações.

Geografia, a Arte, a Filosofia, a Sociologia, dentre outras, buscando uma abordagem interdisciplinar para a compreensão e análise dos fatos históricos com vistas à transformação social.

O primeiro Eixo é o da Cultura enquanto resultado da inserção humana nos diferentes contextos sociais. Por meio do ensino de História, na EJA, busca-se a valorização do patrimônio sociocultural, material e imaterial, bem como o respeito à diversidade social. Esse Eixo proporciona também o estudo da territorialidade e os deslocamentos populacionais naturais e forçados.

O segundo Eixo, ao abordar aspectos inerentes à Sociedade, ao Indivíduo e o Tempo Histórico, intenciona, dentre outras, busca situar as/os educandas/os nos acontecimentos e localizá-las/os numa multiplicidade de tempos na perspectiva sócio-histórica cujo pano de fundo é o materialismo histórico-dialético.

O terceiro Eixo, por sua vez, centra suas atenções nas Relações de Trabalho, de Cidadania e na Compreensão do Poder que, na perspectiva foucaultiana[5] (poder-direito-verdade), pode reprimir, mas também produzir efeitos de saber e verdade sobre as relações de poder. Foucalt (1926-1984) defende que os acontecimentos devem ser situados dentro de seu tempo, história e espaço.

Por fim, foram selecionados conhecimentos fundamentais que estão atrelados aos diferentes Eixos Temáticos, bem como aos objetivos específicos com vistas a oportunizar às/aos estudantes à compreensão do papel da História enquanto instrumento de transformação social.

[5] O filósofo e historiador francês Michel Foucault Poitiers, nasceu no dia 15 de outubro de 1926 e faleceu em 25 de junho de 1984. Em linhas gerais, suas teorias basearam-se em refletir acerca das relações de poder e conhecimento, discorrendo sobre como ambos sempre foram utilizados como mecanismos de controle social dos indivídios por meio das instituições presentes na sociedade. Uma de suas obras mais conhecidas é o livro “Vigiar e Punir” do ano de 1975.

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA		
EJA I		
OBJETIVO GERAL		
✓ Estabelecer relações entre a vida individual e social, em seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, com outras manifestações, em diferentes tempos e espaços.		
EIXOS		
✓ Cultura, território e deslocamento populacional; ✓ Sociedade, indivíduo e tempo histórico; ✓ Relações de trabalho, cidadania e poder.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
CULTURA, TERRITÓRIO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS	✓ Valorizar o patrimônio sociocultural imaterial e respeitar a diversidade social.	✓ Relações socioculturais, formação da sociedade brasileira; ✓ Fluxo migratório e imigratório.
SOCIEDADE, INDIVÍDUO E TEMPO HISTÓRICO	✓ Situar acontecimentos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos; ✓ Refletir sobre as práticas para a transformação da realidade nacional; ✓ Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas.	✓ Tempo cronológico e tempo histórico; ✓ Sociedade brasileira; ✓ Individuo coletividade e história.
RELAÇÕES DE TRABALHO, CIDADANIA E PODER	✓ Identificar e refletir sobre direitos humanos; ✓ Acolher, respeitar e valorizar a multiplicidade de identidades sociais e culturais; ✓ Conhecer e refletir sobre formas político- institucionais e organizações da sociedade civil que permitam atuar sobre a realidade; ✓ Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, grupos e povos, como condição para fortalecer a democracia, respeitando-se as diferenças e lutando contra as esigualdades.	✓ Direitos humanos; ✓ Relações sociais e diversidade cultural; ✓ Cidadania e relações de trabalho; ✓ Democracia; ✓ Diversidade étnica, etária, religiosa, profissional e de gênero existentes no contexto histórico presente; ✓ Formas de organização da sociedade civil; ✓ Os três poderes.

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA

EJA II

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. A EJA da classe trabalhadora é o espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes e culturas. Deve-se pensar a EJA como um espaço que problematize e desestruture a lógica reprodutora de uma estrutura societária brasileira baseada na desigualdade, nos preconceitos, no machismo e no racismo.

Para a EJA é primordial o desenvolvimento de práticas educacionais que possam construir condições de equidade e igualdade para todas/, problematizando as questões que permeiam as concepções étnico-raciais, de gênero e classe, inseridas em uma concepção de uma política pública de ação afirmativa.

Dentro desta perspectiva temos que entender a EJA como elemento essencial na superação da pobreza e da exclusão social. Os jovens e adultos devem ter o direito à educação, garantido pelo Estado, compreendendo-o como direito à educação emancipadora e libertadora.

O aspecto desta visão de educação tem como princípio qualificar os sujeitos para estimular o desenvolvimento de uma qualidade educacional baseada nos contextos das/os educandas/os, pensando suas experiências, trajetórias, conceitos, expectativas, reconhecendo-os como agentes ativos do processo educativo.

Desta maneira, uma orientação curricular para EJA, implica em abordar as temáticas relacionadas aos Mundos do Trabalho, transpondo a perspectiva comum voltada para o abastecimento de mão de obra para o mercado de trabalho. Ao efetuar a reflexão sobre as experiências destes sujeitos nos conteúdos e objetivos escolares impõe-se a necessidade de destacar a EJA como um espaço para as práticas educacionais voltadas para classe trabalhadora.

Ademais cabe observar que a história brasileira é marcada pela exclusão social, pela dominação e pela violência, de modo que se impõe à/ao educadora/or, em diálogo com a/o educanda/o, problematizar tais relações visando o aprimoramento das análises sociais tendo em vista a emancipação e a formação cidadã.

OBJETIVO GERAL

Nesse sentido, o processo de revisão curricular julgou por bem retomar os objetivos gerais formulados no documento *Proposta Curricular para a EJA*, onde consta:

- ✓ Estabelecer relações entre a vida individual e social, identificando relações sociais em seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, relacionando-as com outras manifestações, em outros tempos e espaços; acontecimentos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- ✓ Situar acontecimentos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- ✓ Reconhecer que o conhecimento histórico é parte do conhecimento interdisciplinar;
- ✓ Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;
- ✓ Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que permitam atuar sobre a realidade;

- ✓ Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;
- ✓ Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social;

Em diálogo com os objetivos acima retomados, considera-se importante agregar os propósitos que seguem:

- ✓ Compreender e refletir que a noção de emancipação carrega em si a dimensão de luta e de enfrentamento ao quadro excludente brasileiro objetivando visar a sua superação;
- ✓ Ultrapassar a mera reflexão teórica e abstrata, pensando em estratégias práticas e concretas de ação no real para a transformação da realidade nacional. Dessa forma, faz-se necessário conhecer o papel do sujeito nos processos que geraram o contexto de sua exclusão e marginalização de seus pares no qual se encontram imersos, posto que a/o estudante é um sujeito de seu próprio fazer-se;
- ✓ Acolher, respeitar e valorizar a multiplicidade de identidades sociais e culturais, atentando para a diversidade étnica, etária, religiosa, profissional e de gênero existentes no contexto histórico presente;
- ✓ Garantir a multiplicidade de pensamentos e concepções teórico-filosóficas;
- ✓ Fomentar a valoração dos direitos humanos.

EIXOS

- ✓ Cultura, território e deslocamento populacional;
- ✓ Sociedade, indivíduo e tempo histórico;
- ✓ Relações de poder, cidadania e lutas sociais;
- ✓ Relações de trabalho, riqueza e transformações econômicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS

EIXO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS
CULTURA, TERRITÓRIO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS	✓ Questionar o que são tidos como marcos de memória das instituições hegemônicas contrapondo- as com a sua própria historicidade; ✓ Reconhecer o processo de construção territorial de conjunturas distintas e os possíveis vetores de conflito entre os diversos sujeitos e contextos envolvidos; ✓ Compreender a dinâmica dos processos migratórios através do tempo, demarcando as mudanças que delimitam as questões de território, impactando o âmbito cultural;	**MIGRAR** ✓ Busca pela sobrevivência dos antigos seres humanos; ✓ Pelo mundo: os grandes deslocamentos. **HABITAR** ✓ Sedentarização e as cidades; ✓ A cidade ao longo do tempo e dos espaços; ✓ Inventando um território: a noção de Estado.

	✓ Apropriar-se da ideia de que a cultura é um processo socialmente construído, assim como a noção de território.	**PRODUZIR** ✓ Relações dos seres humanos e a transformação da natureza; ✓ A humanidade como seres culturais e sociais; ✓ As relações de trabalho através da produção de cultura material.
SOCIEDADE, INDIVÍDUO E TEMPO HISTÓRICO	✓ Compreender o processo do fazer historiográfico e papel do historiador na construção do conhecimento histórico; ✓ Refletir sobre seu contexto sócio-político, considerando a história como uma construção permanente e o aluno como sujeito protagonista do meio social; ✓ Conhecer as mudanças e permanências ao longo do processo histórico e perceber-se como inserido em tal contexto; ✓ Perceber-se como ser político e transformador do meio; ✓ Reconhecer a origem e o desenvolvimento dos problemas sociais; ✓ Compreender e respeitar a diversidade e as especificidades.	✓ Introdução à História: papel do historiador, fontes históricas, tempo histórico e cronológico; ✓ Indivíduo como sujeito histórico; ✓ Transformações culturais e tecnológicas; ✓ Papel do Estado e a Centralização do Poder; ✓ Surgimento da desigualdade: produção de excedentes, divisão do trabalho e classes sociais; ✓ Variações das manifestações sócio-históricas-culturais.
RELAÇÕES DE PODER, CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS	✓ Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os impactos da escravidão e discutir a importância de ações afirmativas para construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária; ✓ Valorizar a diversidade cultural dos povos, grupos e etnias; ✓ Compreender o desenvolvimento industrial, lutas sociais, estruturas e relações de poder; ✓ Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo; ✓ Compreender as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na produção das desigualdades regionais	✓ Estruturas sociais e os processos de escravização; ✓ Diversidade cultural (povos indígenas e nativos, afrodescendentes e imigrantes); ✓ Processos de industrialização; ✓ Representação de classe; ✓ Transformações sociais; ✓ Crises cíclicas do capitalismo; ✓ Os regimes totalitários;

	e sociais; ✓ Promover e refletir sobre a construção da cidadania.	✓ Os grandes conflitos mundiais; ✓ Desigualdades regionais e sociais; ✓ Processo de urbanização; ✓ Cidadania.
RELAÇÕES DE TRABALHO, RIQUEZA E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS	✓ Confrontar distintos modos de produção; ✓ Fazer o indivíduo/trabalhador compreender-se enquanto agente do processo histórico; ✓ Associar a conquista de direitos com os mundos do trabalho.	**MODOS DE PRODUÇÃO** ✓ Modo de produção capitalista; ✓ Modo de produção escravista; ✓ Modo de produção comunista. **CLASSES SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER** ✓ Formação das classes sociais; ✓ Propriedade privada; ✓ Movimentos operários e movimentos sociais; ✓ Sociedade civil e formação das hegemonias. **TRABALHO COMO DIREITO** ✓ Direito civil (propriedade privada); ✓ Direito político (participação política do trabalhador); ✓ Direitos sociais (saúde, educação, transporte, moradia na perspectiva dos mundos do trabalho). **GÊNERO, CLASSE, E GRUPOS ÉTNICO-RACIAIS NOS MUNDOS DO TRABALHO** ✓ Formação da classe operária no Brasil; ✓ Política de branqueamento; ✓ Modo de produção escravista e suas implicações na sociedade moderna; ✓ As perspectivas da transição da escravidão para o pós-abolição e a inserção da população negra no mercado de trabalho e na sociedade de classes; ✓ Preconceito de gênero e a inserção da mulher e da população LGBT no mercado de trabalho.

COMPONENTE CURRICULAR DE CIÊNCIAS

A ciência vai além de um conhecimento restrito ao espaço escolar ou acadêmico. Faz parte do repertório social, transforma a cultura, influencia decisões que definem caminhos da humanidade. Os grandes desafios das próximas décadas nunca reivindicaram tanta necessidade de conhecimento científico, e capacidade de antecipação aos problemas, assim como mentalidade ágil, experimental e disruptiva.

A Escola está inserida nesse contexto e tem a responsabilidade de acompanhar as constantes transformações que acontecem. O desafio fundamental do ensino de Ciências é garantir que a/o educanda/o entenda que o conhecimento científico é construído por meio de um processo dinâmico e não deve ser visto como algo pronto, finalizado. Por possuir esse caráter renovador, seus resultados não devem ser encarados como verdades absolutas, mas sim como uma busca constante por compreender a natureza e seus mecanismos.

Quando a/o educadora/or ensina Ciências, seu objetivo é, acima de tudo, consolidar em suas/seus educandas/os uma atitude investigativa. Para que isso se desenvolva, a sala de aula deveria ser um espaço de descoberta, problematização e questionamento. A/O educanda/o, ao se familiarizar com o pensamento científico e seu contexto, torna-se um ser crítico, analítico que aprende a categorizar as informações que recebe de forma objetiva e clara.

Tais habilidades são de grande valia para o indivíduo em qualquer momento da vida e ainda mais para a/o estudante que reingressa na escola como adulto. A/O educanda/o que procura a EJA tem uma série de ambições e expectativas com relação à escola. Sua busca vai além do cumprimento de uma etapa importante da sua vida acadêmica, visa alcançar melhor condição socioeconômica e uma colocação no mercado de trabalho, além de superar sua história de dificuldades na vida escolar.

É fundamental que o currículo desta Modalidade de ensino o ajude a cumprir tais objetivos por meio de experimentos, situações problema e levantamento de hipóteses que incluam sua bagagem cultural e a dinâmica do seu cotidiano. A/O educanda/o da EJA deveria exercitar sua capacidade de concentração, organização, manipulação de equipamentos, ou seja, vivenciar o método científico de maneira que contribua para o fortalecimento da sua autoestima e intelectualidade. Sendo assim, essa proposta deveria seguir Eixos Temáticos que preencham os seguintes assuntos:

EJA I:

- **Saúde coletiva:** compreender o funcionamento do corpo humano e suas transformações durante o ciclo de vida. Fornecer subsídios por meio de informação e conhecimento que contribuam para discussões e entendimento de uma boa saúde.
- **Vida e Ambiente:** compreender o sistema solar e seus componentes (matéria, energia e vida). Entender a origem da vida, sua evolução e posicionar o ser humano nesse contexto. Elaborar um panorama que integre o processo científico que explique tais questões abrangendo os aspectos históricos, culturais e sociais que acompanham o tema.

EJA II:

- **Tecnologia e sociedade:** compreender a importância do uso de ferramentas e recursos naturais para a evolução da humanidade. Relacionar a organização das sociedades em torno desse assunto de modo a posicionar os benefícios e prejuízos para o meio ambiente e apontar desenvolvimentos culturais. Reconhecer a ciência aplicada a solução de problemas e inovação.
- **Vida e ambiente:** compreender o homem como integrante de um ecossistema e suas relações com o meio ambiente. Entender os processos dinâmicos e transformações da ação humana no planeta e as consequências para a vida na Terra.

Por fim, ao entrar no universo da ciência, compreendendo suas descobertas, adquirindo uma nova maneira de pensar seu entorno de forma organizada, analítica e crítica, a/o educanda/o da EJA ganhará um novo acesso à Era do conhecimento. Integrará, assim, suas vivências, seus conhecimentos prévios e sua bagagem cultural nessa ressignificação de saberes que o capacitará para exercício da cidadania.

COMPONENTE CURRICULAR: CIÊNCIAS		
EJA I		
OBJETIVO GERAL		
✓ Desenvolver o letramento científico de forma a possibilitar o acesso a diversidade de conhecimentos produzidos ao longo da história estabelecendo relações entre a ciência, a natureza, a tecnologia e a sociedade; ✓ Assumir uma postura crítica relacionando as atitudes cotidianas à conservação do meio ambiente, se reconhecendo como integrante e agente de transformação do mundo em que vive. (adaptado PCN´s); ✓ Reconhecer a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva.		
EIXOS		
✓ Vida e Ambiente; ✓ Saúde coletiva.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
SAÚDE COLETIVA	✓ Reconhecer a saúde como bem individual e coletivo, que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes; ✓ Identificar as causas e prevenções das principais doenças; ✓ Identificar os principais tipos de nutrientes presentes nos alimentos e entender sua importância para manutenção da saúde e prevenção de doenças.	✓ Sistemas do corpo humano (digestório, respiratório, cardiovascular, nervoso, urinário, genital, locomotor e endócrino); ✓ Vacinas, doenças, prevenção, drogas lícitas e não lícitas e saneamento básico; ✓ Vírus, bactérias, protozoários, fungos, vermes entre outros; ✓ Pirâmide alimentar, classificação dos alimentos, higienização, conservação, alimentação saudável, reaproveitamento, conservantes, alimentos orgânicos e transgênicos.
VIDA E AMBIENTE	✓ Reconhecer a Terra como um componente do Sistema Solar e suas inter-relações dentro do Universo; ✓ Identificar como os componentes da natureza atuam na nossa vida e como o homem é capaz de modificar o meio em que vive; ✓ Reconhecer a necessidade da preservação do meio	✓ Universo e sistema solar; ✓ Terra: biosfera, seus elementos e interações; ✓ Preservação do meio ambiente e dos recursos naturais; ✓ Classificação e Características dos seres vivos; ✓ Cultura popular X Conhecimento Científico.

	ambiente e do uso consciente e responsável dos recursos naturais; ✓ Conhecer as principais características dos seres vivos.	

COMPONENTE CURRICULAR: CIÊNCIAS		
EJA II		
OBJETIVO GERAL		
✓ Desenvolver a alfabetização científica estabelecendo relações entre a ciência, a natureza, a tecnologia e a sociedade; ✓ Assumir uma postura crítica relacionando as atitudes cotidianas à conservação do meio ambiente, se reconhecendo como integrante e agente de transformação do mundo em que vive. (adaptado PCN´s).		
EIXOS		
✓ Tecnologia e Sociedade; ✓ Vida e Ambiente.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
1º. TERMO		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
VIDA E AMBIENTE	✓ Reconhecer a Terra como um componente do Sistema Solar e compreender as interações desse planeta com o Sistema dentro do Universo; ✓ Identificar como os componentes da natureza atuam na nossa vida e como o homem é capaz de modificar o meio em que vive; ✓ Colaborar para a preservação do meio ambiente inferindo a importância de evitar o desperdício dos recursos naturais.	✓ Universo e sistema solar: origens e corpos celestes; ✓ Terra: biosfera, seus elementos e interações.
TECNOLOGIA E SOCIEDADE	✓ Relacionar os componentes bióticos com os abióticos nos ambientes urbano e rural, identificando causas e consequências da poluição; ✓ Confrontar interpretações científicas com interpretações baseadas no senso comum, ao longo do tempo ou em diferentes culturas.	✓ Poluição: prevenção e recuperação ambiental. ✓ Universo e sistema solar: tecnologias espaciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
2º. TERMO		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
VIDA E AMBIENTE	✓ Conhecer e caracterizar a imensa variedade de seres vivos em nosso planeta; ✓ Conceituar as principais doenças causadas por vírus, bactérias, protozoários, fungos e vermes.	✓ Características dos seres vivos; ✓ Diversidade e evolução: características de cada taxon principal ✓ (saúde: doenças causadas pelos principais grupos taxionômicos).
TECNOLOGIA E SOCIEDADE	✓ Identificar as formas de transmissão e as medidas de prevenção das doenças causadas por vírus, bactérias, protozoários, fungos e vermes; ✓ Conhecer a participação de microrganismos na fabricação de determinados alimentos.	✓ Vacinas, soros e medicamentos; ✓ Biotecnologia na produção de alimentos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
3º. TERMO		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
VIDA E AMBIENTE	✓ Reconhecer a saúde como bem individual e coletivo, que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes; ✓ Compreender a organização e o funcionamento do corpo humano, das células até os sistemas; ✓ Compreender que os órgãos dos diferentes sistemas têm funções específicas, atuando em conjunto aos demais, visando à homeostase; ✓ Identificar os principais tipos de nutrientes presentes nos alimentos e entender sua importância para manutenção da saúde e prevenção de doenças.	✓ Citologia e histologia básicas; ✓ Base nutricional; ✓ Sistemas do corpo humano (digestório, respiratório, cardiovascular, nervoso, urinário, genital, locomotor e endócrino); ✓ Doenças associadas a cada um dos sistemas.
TECNOLOGIA E SOCIEDADE	✓ Reconhecer a saúde como bem individual e coletivo, que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes;	✓ Métodos contraceptivos; ✓ Biotecnologia aplicada a medicina (transplantes, fertilização

	✓ Confrontar interpretações científicas relacionadas ao corpo humano com as interpretações baseadas no senso comum; ✓ Apropriar-se de métodos e procedimentos biotecnológicos e relacioná-los em diferentes contextos.	in vitro, inseminação artificial, cirurgia bariátrica etc.).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
4º. TERMO		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS**
VIDA E AMBIENTE **TECNOLOGIA E SOCIEDADE**	✓ Distinguir matéria e energia, diferenciando fenômenos físicos e químicos em situações do cotidiano; ✓ Compreender o conceito de transformação de energia e diferenciar seus tipos e usos; ✓ Conhecer processos de obtenção, transformação, utilização ou reciclagem de recursos naturais, energia, processos biológicos, químicos ou físicos neles envolvidos; ✓ Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas.	✓ Conceito de química e física; ✓ Matéria e suas propriedades; ✓ Fenômenos físicos e químicos; ✓ Elemento químico, átomos e tabela periódica; ✓ Misturas e combinações; ✓ Mecânica; ✓ Conceito e formas de energia (fontes e tipos de energia, transformação de energias, propagação de calor etc.).

COMPONENTE CURRICULAR DE INGLÊS

Aprender uma língua estrangeira, direito básico de todas as pessoas, tem papel fundamental na EJA, contribuindo não apenas para a inserção no mundo do trabalho, mas também para a participação social.

Tendo isso em vista, o Componente Curricular Inglês, organizado em cinco Eixos – Conhecimento Linguístico; Escrita; Oralidade; Leitura; Dimensão Intercultural – busca ampliar as possibilidades de conhecimento e compreensão de outras culturas, como também de outras formas de comunicação e expressão. De um lado, permite aos jovens e adultos maior compreensão do mundo em que vivem; de outro lado, contribui para o aperfeiçoamento de suas práticas de leitura e escrita, na medida em que compreendem as estruturas linguísticas e discursivas não só da língua estrangeira, mas também da Língua Portuguesa. Em ambas as dimensões, a Linguagem é entendida como forma de interação e de inserção cultural, social e histórica.

Sendo assim, para a aprendizagem da língua estrangeira, é essencial (re)conhecer os diversos usos dessa língua, as funções sociais dos textos, sua estrutura e forma de organização, seus meios e modos de circulação. Aprender uma segunda língua não significa apenas dominar a decodificação de uma língua para outra, é preciso fazer uso de estratégias que o sujeito já utiliza em sua própria língua, como na leitura, por exemplo: antecipar conhecimentos prévios sobre o assunto de um texto, sobre o gênero textual, sobre o autor, etc.

Essa perspectiva exige que o ensino da língua estrangeira seja realizado por meio de textos autênticos/reais, para que as/os estudantes possam identificar e compreender os elementos que compõem a situação de produção: quem produz o texto, para quem produz, com qual o objetivo. Para isso, é importante utilizar materiais na língua estrangeira que sejam acessíveis, que possam ativar os conhecimentos prévios das/os educandas/os, levando-as/os a inferências a partir de pistas que os textos oferecem, enfim, para que possam construir sentidos.

No mundo atual, com as tecnologias digitais de informação e comunicação, os textos estão cada vez mais híbridos, multimodais, articulando múltiplas linguagens: som, imagem, cor, vídeo, escrita, gestos, movimentos, etc. Esses elementos que constituem os textos multimodais ou multissemióticos, pois são carregados de sentidos e constituem multissemioses.

Nos últimos anos, os gêneros multimodais/multissemióticos vêm conquistando cada vez mais espaço no contexto escolar, principalmente no ensino de línguas, materna e estrangeira. A relevância da inserção desses textos no ensino da Língua Inglesa, sobretudo na EJA, é a possibilidade que eles trazem de compreensão das informações, por meio de outras formas de representação (imagens, por exemplo). Um texto em inglês constituído somente pela escrita (uma única forma de semiose), por exemplo, pode não contribuir para o levantamento de inferências pela/o aprendiz, estratégia essencial na construção de sentidos do texto. Ao passo que um texto multimodal pode contribuir para que a/o leitora/or faça antecipações, ative os seus conhecimentos prévios sobre o assunto do texto, potencializando a aprendizagem da língua estrangeira.

Do mesmo modo, para a produção escrita e oral em língua estrangeira, na EJA, cabe considerar a multimodalidade (imagens, fotografias, gestos, música, entre outros)

na constituição dos textos. A produção de textos multimodais em Língua Inglesa pode contribuir, assim, para que os jovens e adultos mobilizem diferentes linguagens e mídias específicos, estabeleçam comunicação, construindo sentidos e representando diferentes contextos sociais e culturais.

Em síntese, o Componente Curricular Inglês, neste documento, partindo do pressuposto de que a EJA, dentre outras finalidades, visa à emancipação do sujeito crítico, à ampliação das possibilidades de ascensão profissional, das opções de lazer e do interesse pela leitura e pela escrita, propõe que os jovens e adultos aprendam a língua estrangeira, principalmente, por meio de gêneros multimodais, conhecendo-os e analisando-os para, a partir deles, cheguem a produzir textos em Inglês e sejam criadores de sentidos constituídos pela multimodalidade e a multiculturalidade.

COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS

EJA II

OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender a língua estrangeira como prática social que visa à emancipação do sujeito crítico, contemplando a heterogeneidade, a linguagem contextualizada, a construção de sentidos, a aprendizagem situada, contrapondo a reprodução acentuada em outras vertentes educacionais;
- ✓ Ampliar a compreensão do aluno sobre si mesmo na comunicação com o outro, vivenciando a experiência com a língua estrangeira (relação identidade-alteridade), refletindo de forma crítica sobre o seu *locus* social;
- ✓ Expandir a perspectiva do aprendiz sobre a pluralidade e diversidade presentes na sociedade atual (formas de comunicação, culturas e identidades, linguagens e sua multimodalidade);
- ✓ Utilizar a língua inglesa na sua multimodalidade de comunicação na sociedade escrita e digital.

EIXOS

- ✓ Conhecimento Linguístico;
- ✓ Escrita;
- ✓ Oralidade;
- ✓ Leitura;
- ✓ Dimensão Intercultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS

EIXO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONHECIMENTO FUNDAMENTAIS
CONHECIMENTO LINGUÍSTICO	✓ Construir repertório lexical para desenvolver um bom vocabulário na língua inglesa; ✓ Conhecer e utilizar os casos genitivos („s); ✓ Fazer inferência lexical; ✓ Reconhecer e utilizar os cognatos para aprimorar sua leitura e escrita; ✓ Reconhecer e utilizar os tempos verbais para relatar fatos pessoais; ✓ Conhecer categorias de palavras;	✓ Repertório lexical (saudações, despedidas, cumprimentos etc.); ✓ Casos genitivos („s); ✓ Inferência lexical; ✓ Cognatos verdadeiros e falsos; ✓ Tempos e formas verbais; ✓ Categorias de palavras (numeral, data, hora, número etc.); ✓ Linguagem digital

	✓ Conhecer e utilizar a linguagem digital; ✓ Conhecer sintaxe da língua estrangeira.	✓ Sintaxe da língua estrangeira; ✓ Linguagem formal e informal.
ESCRITA	✓ Estimular a produção escrita através das práticas de leitura, escuta e produção oral; ✓ Construir um conhecimento sistêmico para que o aluno possa organizar orações simples, períodos compostos e pequenos textos; ✓ Produzir textos, explorando a diversidade de tipos e gêneros e compreender a função comunicativa deles; ✓ Utilizar os tempos e formas verbais e aplicá-los de acordo com o contexto; ✓ Estimular e desenvolver a criticidade do aluno na própria produção textual; comparar e se posicionar diante do tema apresentado; ✓ Valorizar a diversidade entre os povos.	✓ Apresentações e cumprimentos formais e informais; ✓ Números ordinais e cardinais: datas, números de telefone, comparação entre moedas internacionais e operações básicas de matemática aplicadas na vida cotidiana do aluno; ✓ Descrição de si mesmo, família, trabalho, escola utilizando adjetivos e substantivos; ✓ Tempos verbais: Presente, Passado e Futuro; Singular e Plural: a flexão ap regionais e socioculturais: o uso de palavras e expressões por diferentes falantes (nativos e não- nativos); ✓ Gêneros textuais e o mundo do trabalho (*résumé, forms, job interviews).*licada nos substantivos, artigos, pronomes, adjetivos e verbos; ✓ Variantes linguísticas e aspectos
ORALIDADE	✓ Interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua inglesa; ✓ Solicitar esclarecimentos em língua inglesa sobre o que não entendeu e o significado de palavras e expressões desconhecidas; ✓ Antecipar o sentido global de textos em língua inglesa por inferências, com base em leitura rápida, observando títulos, primeiras e últimas frases e parágrafos e palavras chaves; ✓ Conhecer a organização de um dicionário bilíngue (impresso ou on-line) para construir repertório lexical; ✓ Reconhecer estratégias orais usando conhecimento prévio;	✓ Funções e usos da língua inglesa em sala de aula (classroom language); ✓ Estratégias de compreensão de textos orais, palavras organizadas e pistas do contexto; ✓ Práticas investigativas; ✓ Estratégias de compreensão de textos orais: conhecimentos prévios; ✓ Compreensão de textos orais e multimodais; ✓ Produção de textos orais com mediação do professor; ✓ Uso de recursos linguísticos e paralinguísticos no

	✓ Identificar a língua inglesa como parte integrante do mundo visualizando seu uso no cotidiano formal e informal.	intercâmbio oral; ✓ Função e uso da língua inglesa; ✓ Situações de comunicação oral (apresentações, perguntar onde mora, fazer convites, conversar sobre o cotidiano, discutir sobre trabalho/profissões, contar sobre planos futuros, dar e comparar opiniões etc.).
LEITURA	✓ Desenvolver estratégias de reconhecimento textual; ✓ Buscar informações específicas no corpo do texto; ✓ Construir habilidade leitora ✓ Refletir com criticidade sobre temas propostos; ✓ Coletar dados na *web.*	✓ Hipóteses sobre a finalidade de um texto a partir da leitura sensível de seus elementos constituintes (*skimming*); ✓ Pré-semantização textual e construção de repertório lexical; ✓ Compreensão específica (*scanning*) por intermédio da busca de termos cognatos (palavras-espelho); ✓ Construção de competência linguística através do cotejamento entre a língua estrangeira e a materna; ✓ Reflexão pós-leitora sob a forma de debates, dramatizações, atividades artísticas e declamações; ✓ Coleta de informações em ambientes virtuais.
DIMENSÃO INTERCULTURAL	✓ Resgatar valores sócio- históricos culturais. ✓ Compreender o intercâmbio cultural presente nas linguagens que compõem a sociedade atual; ✓ Refletir criticamente acerca da adoção, composição e especificidades da língua inglesa nesses países; ✓ Discutir as ideologias que estão culturalmente, socialmente e economicamente presentes nas diferentes sociedades do mundo; ✓ Construir o repertório artístico-cultural e perceber o impacto de aspectos culturais na comunicação.	✓ Colonização/ Imperialismo Americano/ Globalização; ✓ Anglicismo/ Estrangeirismos; ✓ Países que têm o inglês como língua oficial; ✓ Datas comemorativas (Holidays); ✓ Sociedade digital (tecnologia, estereótipos e multimodalidades); ✓ Impacto nas relações trabalhistas (relações trabalhistas, leis e diferenças direitos trabalhistas).

A PROFISSIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA FIC

Trabalho e educação são atividades exclusivamente humanas. Não há humanidade sem trabalho, não há trabalho sem educação e não há educação sem trabalho. Portanto, não existe projeto de educação que não forme os indivíduos para algum tipo de trabalho, por mais que esta ideia não esteja explícita.

O trabalho é a atividade que constitui e forma os Seres Humanos e que os distingue dos demais seres naturais. Isto porque é através do trabalho que os indivíduos superam os limites determinados por sua condição natural. Com o trabalho, ao invés de se adaptar à natureza os Seres Humanos fazem a natureza adaptar-se às suas necessidades.

A relação de paridade apresentada entre educação e trabalho ocorre devida justamente a este elemento da produção da vida. O Ser Humano não nasce humano, mas torna-se humano, através do trabalho. De forma que, para cumprir esta tarefa, necessita "[...] aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência [...]" (SAVIANI, 2007, p.154). Aí está o papel da educação.

O processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos chamar de “trabalho material”. Entretanto, para produzir materialmente, o Ser Humano precisa antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos de suas atividades. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Uma vez que estes são também produtos da atividade e preocupação humana, são também qualificados como produtos do trabalho humano, neste caso: “trabalho não-material”. Tratam-se aqui da produção de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes e habilidades.

A educação se situa nessa categoria do trabalho não-material, como forma de produção de conhecimento (científico, artístico e de valores) e a transmissão deste conhecimento aos demais indivíduos. É o trabalho necessário para a produção de indivíduos aptos a existirem em determinada sociedade e, consequentemente, a reproduzirem, a desenvolverem e até mesmo a transformarem.

Na sociedade, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos indivíduos, inclusive os próprios indivíduos.

Nas palavras de Saviani (2015, p. 13)

> [...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos Seres Humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

Contudo, historicamente o trabalho e alguns aspectos da educação foram separados devido à divisão da sociedade em classes e à divisão do trabalho. Nessas condições, a produção do gênero humano passa a formar não apenas indivíduos, mas

indivíduos divididos em classes sociais, onde cada qual assume um papel e um espaço específico na organização social.

Uma das principais facetas desta divisão da sociedade é a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Ou seja, uma parcela da população possui sua atividade restrita à produção direta da vida, ao trabalho material, sendo a sua educação restringida ao processo específico de seu trabalho e à reprodução de sua vida particular. Enquanto, de outro lado, há um agrupamento social desvinculado da relação direta da produção, que exerce trabalho intelectual mais universal, de pensar não só a produção das coisas como também a organização da sociedade.

Esta divisão é uma característica social que está presente desde as primeiras formas de sociedades escravocratas, até a organização do capitalismo contemporâneo, guardadas suas muitas e significativas diferenças. Por isso é um elemento central, que precisa ser destacado para podermos pensar a formação para o trabalho, ou a formação profissional na EJA.

As/Os educandas/os da EJA são, em sua maior parte, trabalhadoras/es, ou seja, indivíduos que possuem vivência no mundo do trabalho material, mas foram excluídas/os do processo de educação formal. Significa que possuem conhecimento implícito, oriundo da sua cultura, vida diária e profissional, mas foram cerceadas/os de participação nos espaços onde se pensam as relações mais abrangentes de funcionamento das tecnologias e das organizações sociais. Neste sentido, uma das tarefas da EJA é fazer a rearticulação entre o trabalho prático e a atividade reflexiva, ou seja, o pensar e o fazer.

Nossas/os educandas/os, além de separadas/os do trabalho intelectual também estão cada vez mais distantes do próprio trabalho material. Trabalham nas franjas do processo (Ferrari, 2008), ou sequer entraram no mercado de trabalho. De um lado assumem profissões que cada vez mais exigem um nível mais baixo de capacitação e de outro lado se deparam com a exigência da educação técnica e científica básica – leitura e escrita –, para o desenvolvimento de algumas profissões.

A partir desta realidade, a EJA FIC se apresenta como proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e materiais que favoreçam a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento da/o estudante nas dimensões ética, estética, cultural e científica.

O compromisso maior para cumprir estas finalidades deve ser o de promover educação para todas/os, entendida como direito humano. Aliás, o Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas, devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na busca de consolidação de uma cultura democrática e cidadã, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, s/n)

> [...] Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Entretanto, não nascemos cidadãs/ãos, nos tornamos cidadãs/ãos. Construímos a ideia de cidadania e estamos em busca de uma prática cidadã plena e efetiva que esteja diretamente ligada ao bem estar, ao bem viver e à dignidade humana. Portanto, educar para a cidadania é garantir o acesso e permanência de todaas/os a uma Escola democrática e participativa que possibilite o exercício contínuo e reflexivo da própria cidadania.

Nas palavras de Freire (1992, p. 97)

> [...] Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu "caminho" que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao "caminho" que estão fazendo e que assim os refaz também.

Para Freire (1992), educar para cidadania significa possibilitar que os indivíduos se conscientizem de sua condição histórica social. A conscientização só é possível por meio de uma educação dialógica, humana e libertadora, fundamental para formar uma sociedade aberta e crítica, ou seja, com características democráticas, construída a partir da realidade histórico-cultural brasileira.

Considerando essa concepção, a Formação Inicial e Continuada – FIC na EJA não se reduz a si mesma. Ela está inserida no processo de formação integral, abrangendo os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que permeiam o trabalho como princípio educativo.

A EJA FIC promove compreensão das/os educandas/os acerca das relações que se estabelecem no mundo do trabalho, ampliando a leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Assim, o que se aspira é uma formação que possibilite mudança de perspectiva de vida por parte das/os educandas/os.

Para tanto, é preciso compreender a Escola como "[...] instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais, não alheia às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sócio-cultural-econômica-ambiental" (BRASIL, 2007, p.7).

Cabe à profissionalização na EJA possibilitar a apropriação de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, atitudes e posturas necessárias para o exercício das ocupações pertencentes aos ramos das atividades profissionais organizados nos Arcos Ocupacionais.

Cabe a cada *Arco Ocupacional* estimular o desenvolvimento da capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios possibilitando que as/os educandas/os desenvolvam, signifiquem e ressignifiquem a atuação profissional com flexibilidade, autonomia e resiliência, diante das incertezas do mundo contemporâneo. Em outras palavras, criar condições de empregabilidade e estimular a capacidade empreendedora.

O empreendedorismo pode estar em qualquer Área e está em crescimento constante nas ultimas décadas, especialmente o empreendedorismo por necessidade, tendo uma relação direta com a transformação do mercado de trabalho.

Com isto, a função da FIC é orientar para uma autonomia, onde a/o educanda/o possa desenvolver e expandir habilidades, técnicas e tecnologia, criatividade e adaptar as próprias forças produtivas na realização do trabalho,

contemplando os aspectos legais e éticos, de forma a atender os princípios de sustentabilidade e cidadania.

Referências

BRASIL. PROEJA. Programa Nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. **Formação inicial e continuada/Ensino Fundamental.** Documento base. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em 20/07/18.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação.** 2ª ed. São Paulo: Coletivo Editorial, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação.** jan./abr .2007, v. 12, n. 34, p.152 - 180.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

O ARCO OCUPACIOINAL – IMAGEM PESSOAL

O Arco Ocupacional Imagem Pessoal prevê a formação profissional para os serviços de embelezamento e cuidados pessoais, embasado pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO[6]. A temática, assim como as Áreas profissionais a que ela faz referência, possui características que facilitam a integração curricular a partir dos conceitos de saúde e embelezamento. Mas, por outro lado, são verdadeiros desafios quando se pensa em outros aspectos da formação profissional pretendida, em termos de desvelamento de relações da sociedade de mercado e das possibilidades de uma prática plena da cidadania.

Segundo a Lei nº 9.394/96, Art. 37, "[...] a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento [...]", aumentando assim a demanda de jovens e adultos matriculados. A busca pelo ensino profissional e técnico aumentou significativamente devido ao alto índice de desemprego.

O ramo da estética e imagem pessoal permite a percepção cultural do capitalismo, visto no que se diz respeito à caracterização da sociedade brasileira. Poucos são os campos que oferecem a possibilidade de articular uma leitura crítica das relações sociais e culturais. Partindo deste pressuposto, como explicar a importância de se formar profissionais voltadas/os para o ramo da imagem pessoal? Como questionar a demanda da necessidade de se clarear ou alisar os cabelos?

A capacidade de uma leitura ampla da realidade, neste contexto, propicia uma visão transformadora da formação profissional destinada ao Campo da Imagem Pessoal. Cada novo conhecimento adquirido e cada novo passo na compreensão das dimensões da vida – trabalho, cultura, ciências e tecnologia – proporcionam uma releitura crítica das atividades desse Arco Ocupacional. Embora seja possível, ainda que empobrecedor, um ensino voltado exclusivamente ao domínio das técnicas relevantes às atividades da imagem pessoal, há, no Arco, a possibilidade de reflexão pedagógica importante sobre a integração entre conhecimentos gerais e específicos, formação básica e profissional. As práticas, desvinculadas da reflexão geral e humanista, converter-se-iam em meros instrumentos de reprodução de ideias excludentes e naturalizadas. Do mesmo modo, a formação geral, desvinculada do aprendizado da técnica, não é suficiente para garantir a necessidade no universo do

[6] A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento que busca apresentar o rol de profissões presentes no mercado de trabalho brasileiro. Foi instituído com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002, tem o reconhecimento, em termos básicos, acerca da classificação da existência ou não do reconhecimento de determinada ocupação, bem como sobre sua regulamentação. Este documento não tem o poder de regulamentar profissões e/ou ocupações, pois quem pode fazê-lo é o Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, com submissão à sanção presidencial. A CBO serve como base estatística de trabalho e como subsídio para a formulação de políticas públicas de emprego. As/Os trabalhadoras/es sentem-se amparadas/os e valorizadas/os ao terem acesso a um documento, elaborado pelo governo, que identifica e reconhece seu ofício. As inclusões das ocupações na CBO têm gerado, tanto para categorias profissionais quanto para as/os trabalhadoras/es, uma maior visibilidade, um sentimento de valorização e de inclusão social. A atualização da CBO ocorre em geral, anualmente e tem como foco revisões de descrições com incorporação de ocupações e famílias ocupacionais que englobem todos os setores da atividade econômica e segmentos do mercado de trabalho, e não somente canalizados para algum setor específico. (Portal Emprega Brasil – Ministério do Trabalho. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em dezembro de 2019).

trabalho. Resta fundamentalmente, portanto, a interação dialética entre os dois conjuntos de saberes.

Passando aos conhecimentos e práticas deste Arco, vejamos alguns passos básicos da formação prática apresentada às/aos educandas/os. Destaquemos, em primeiro lugar, a coordenação motora, essencial para a prática profissional futura e que carrega em si variadas técnicas e conhecimentos a serem aprendidos. Importante considerar, aliás, que um dos aspectos mais problemáticos da negação do acesso à educação básica, em tempos considerados adequados, diz respeito às deficiências no desenvolvimento da coordenação motora dos indivíduos. O que pode acarretar problemas diversos, nos processos de escrita á atuação profissional. A prática da coordenação motora é um exemplo claro de conhecimento que não deve ser tratado, isoladamente, como geral ou específico. Trata-se, afinal de uma capacidade que será utilizada desde a caligrafia até o correto uso de uma tesoura.

O conhecimento da história da ocupação e a caraterização da profissão de cabeleireira/o norteia os conhecimentos vinculados à leitura e escrita, ampliando o repertório lexical da/o educanda/o.

Nos trabalhos realizados para identificação e alcance dos conceitos e percepção do binômio assimetria/simetria, as/os educandas/os necessitam se familiarizar e aplicar na prática noções de físicas e matemáticas. Deverão lidar com a compreensão de formas geométricas, de volume e densidade, luz e sombra, frações e proporções e estudo das cores.

A tipologia dos cabelos exige conhecimentos sobre origens étnicas, que remetem a uma formação da sociedade brasileira e suas influências raciais devido a imigração, partindo inicialmente do reconhecimento de si valorizando sua própria identidade e caracterização, tornando-se assim um profissional capacitado a ter um olhar diferenciado, ou seja, um olhar holístico.

A tricologia exige conhecimentos de estrutura celular, estrutura dos fios e couro cabeludo, doenças e fungos – nesse caso, fica evidente a importância dos conhecimentos sobre biologia. O que demanda, por sua vez, o aperfeiçoamento em hábitos de leitura e pesquisas na internet, aprofundando práticas de aquisição independente de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos no processo.

Elementos químicos e composições de produtos, processos puramente químicos e sua reação serão abordados durante a aprendizagem. Descobertas e avanços científicos estão presentes em pesquisas, mas também nas visitas presenciais a feiras e eventos comerciais da área, dando a oportunidade de contato com novas tecnologias e tendências.

Durante o curso de cuidado de mãos e pés se faz necessários o conhecimento das partes das mãos e pés, suas estruturas e funções. Questões voltadas para cuidados pessoais desde escolha de produtos adequados para realizar higienização a noções anatômicas relacionando com os conhecimentos das disciplinas específicas.

Todas as questões relativas à higiene pessoal e à saúde e segurança de trabalho (espaço, instrumental utilizado, técnicas de higienização e práticas de descarte) envolvem conhecimentos das Áreas de Saúde e Legislação. Neste tópico, podemos notar a junção entre o conhecimento cientifico e normas de convívio social cristalizadas no aparato jurídico – o conjunto de leis que regulariza atividades sociais, de interação humana e impactos ambientais. Fica evidente que abordagem de noções

de Direito, Saúde, Política e Ética são fundamentais.

A organização e o planejamento do trabalho trazem sistematização de atividades que influem diretamente sobre as práticas cotidianas das/os educandas/os. Vão além de tornar o trabalho efetivo: criam uma logística e organizam ações preparatórias para um objetivo final, criam um método, trazendo decorrências em outros afazeres comuns e diários. No que diz respeito à prática profissional mais diretamente, nos cursos de administração de salão e cabeleireiro há um conjunto de conhecimentos e técnicas que precisam ser considerados: a correta leitura de prazos de validade; a organização de diferentes tipos de produtos; a montagem e gestão de um estoque; o planejamento para compra de insumos e equipamentos de trabalho e; a prática de controle financeiro da atividade, o que inclui noções de faturamento, recolhimentos de impostos etc. Essas práticas são importantes não só para quem possui negócio próprio, mas para as/os trabalhadoras/es que precisam do controle de suas contas pessoais e desenvolver uma compreensão mais profunda do mercado.

Por fim, há que se tratar da inserção das práticas profissionais em nossa sociedade, pois, temos um conjunto de regras que regulam a vida da/o profissional. O entendimento das leis trabalhista que circundam a profissão e como aplicá-las na sua prática profissional.

O Arco de Imagem Pessoal possui uma característica que exige a precaução por partes das/os educadoras/es, coordenadoras/es e assessoras/es pedagógicas/os: a reprodução de parâmetros ideológicos presentes na construção de ideais de beleza. Mas, não se ausentando de considerar as tendências de moda respeitando as diferenças de etnias e critérios estéticos regionais. Deve haver constante reflexão para não reforçar preconceitos e explicar a bagagem histórica e cultural que levou ao estabelecimento de determinados padrões. Beleza é uma percepção individual caracterizada pelo que é agradável aos sentidos, e esta percepção depende do contexto e do universo cognitivo do indivíduo que a observa.

A exclusão associada a padrões estéticos se manifesta na autoestima – a visão de si que é trazida não só pelas/os educandas/os, mas também pelas/os educadoras/es. Qualquer processo de formação que tenha por objetivo a autonomia do individuo precisa levar cada um de seus atores, de alguma forma, a reconhecer-se como portadora/or de valor – inclusive estético. Esses indivíduos precisam se ver como cidadãs/ãos que não podem ser vítimas de uma visão de mundo ou mesmo por uma estética ditada pela mídia (sistema capitalista). Cabe neste momento à valorização cultural brasileira respeitando suas características e particularidades, desconstruindo essas visões de mundo pré-estabelecidas.

Os conhecimentos desta Área são particularmente difíceis de classificar como gerais e específicos. Vejamos um exemplo. O desenvolvimento da coordenação motora é claramente uma capacidade que não pode ser classificada apenas como geral ou especifica – ela é fundamental desde o desenvolvimento da escrita até o uso correto de instrumentos de trabalho. Desse modo, a divisão a seguir, embora demasiado simplificadora, tem por objetivo facilitar a leitura do conjunto de conhecimentos que se pretende abordar neste Arco Ocupacional.

Referências

BRASIL. Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

FREITAS, Giuliano Martins de. **A EJA e o preparo para o trabalho.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/a-eja-preparo-para-rabalho.htm>. Acesso em 14 de agosoto de 2018.

ARCO OCUPACIONAL – IMAGEM PESSOAL

EIXOS

- ✓ Geometria aplicada;
- ✓ Ética e postura profissional;
- ✓ Legislação;
- ✓ Gestão e organização do trabalho;
- ✓ Mercado profissional e suas tendências;
- ✓ Biossegurança;
- ✓ Procedimentos e técnicas profissionais;
- ✓ Tricologia e patologias da pele e do cabelo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS

EIXOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS
GEOMETRIA APLICADA **ÉTICA E POSTURA PROFISSIONAL** **LEGISLAÇÃO** **GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**	✓ Apropriar o conceito de simetria/assimetria; ✓ Perceber o binômio assimetria/simetria; ✓ Compreender a relação entre formas geométricas, de volume e densidade, de luz e sombra; ✓ Ampliar o repertório lexical; ✓ Conhecer e praticar a éticca e a postura profissional; ✓ Estabelecer relações interpessoais; ✓ Conhecer a legislação, com ênfase em Leis Trabalhistas (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT); ✓ Conhecer o Código Sanitário Estadual – Lei nº 10.083/98; ✓ Conhecer a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 162 de 11/09/2001; ✓ Conhecer os regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; ✓ Montar e gerir estoque; ✓ Apropriar procedimentos de pesquisa e aquisição autônoma	✓ Noções de simetria, assimetria, volume, densidade. ✓ Formas geométricas. ✓ Caracterização da profissão. ✓ A história da profissão de cabelereira/o. ✓ Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ✓ Lei nº 10.083/98. ✓ Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 162 de 11/09/2001. ✓ Tipologia dos cabelos. ✓ Tricologia. ✓ Colorimetria. ✓ Segurança do trabalho. ✓ Higiene e saúde.

MERCADO PROFISSIONAL E SUAS TENDÊNCIAS **BIOSSEGURANÇA** **PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS PROFISSIONAIS** **TRICOLOGIA E PATOLOGIAS DA PELE E DO CABELO**	de informações; ✓ Desenvolver noções de Biologia com ênfase em saúde e higiene pessoal; ✓ Identificar lesões por movimentos repetitivos / doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (LER/DORT); ✓ Conhecer referenciais culturais e étnicos na caracterização de beleza; ✓ Aprimorar a coordenação motora; ✓ Conhecer a história da profissão Cabeleireira/o; ✓ Desenvolver noções de química; ✓ Conhecer e realizar processos e reações químicas; simetria e assimetria; ✓ Realizar processos para organização e gestão do trabalho; ✓ Organizar e planejar o trabalho, sistematizando atividades; ✓ Conhecer e realizar logísticas e ações preparatórias; ✓ Realizar gestão empreendedora; ✓ Identificar prazo de validade de produtos específicos; ✓ Organizar diferentes tipos de produtos e materiais; ✓ Planejar compras de insumos e equipamentos de trabalho; ✓ Ter controle financeiro da atividade – faturamento, recolhimento de impostos; ✓ Conhecer o mercado destinado às atividades do Arco de Imagem Pessoal; ✓ Conhecer as tendências no ramo da beleza; ✓ Estudar cores;	

	✓ Conhecer e diferenciar cores primárias e secundárias; ✓ Conhecer e diferenciar cores quentes e frias; ✓ Compatibilizar produtos e teste de mecha; ✓ Neutralizar cores; ✓ Misturar cores básicas e nuances; ✓ Conhecer fundos de clareamento; ✓ Conhecer Estrela de Oswald; ✓ Realizar reflexos, luzes e mechas; ✓ Conhecer e aplicar técnicas de aplicação de coloração; ✓ Identificar e diferenciar tipos de cabelos: lisos, cacheados, ondulados e crespos; ✓ Conhecer e realizar Tricologia; ✓ Conhecer a história do cabelo; ✓ Dividir pelos; ✓ Dividir haste pilosa; ✓ Identificar PH dos fios; ✓ Conhecer a composição química dos cabelos; ✓ Identificar características dos cabelos; ✓ Conhecer componentes dos cabelos; ✓ Reconhecer as fases de crescimento dos cabelos; ✓ Identificar doenças capilares; ✓ Analisar os fios dos cabelos: porosidade, elasticidade, resistência e densidade; ✓ Produzir e utilizar Ficha de Avaliação Capilar;	

	✓ Identificar componentes dos cabelos; ✓ Realizar diagnóstico do couro cabeludo; ✓ Conhecer e aplicar Técnicas de Higienização Capilar; ✓ Realizar hidratação capilar; ✓ Conhecer a anatomia e fisiologia das mãos e pés; ✓ Conhecer e aplicar técnicas de corte das Lâminas Ungueais; ✓ Realizar higienização, esfoliação e hidratação das mãos e pés; ✓ Conhecer produtos aplicados à higienização, esfoliação e hidratação das mãos e pés.	

O ARCO MULTIMÍDIA: CONHECIMENTOS TECNOLÓGICOS LIVRES

> *"Criar meu web site, fazer minha home page, com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje [...]"*
> (GIL, Gilberto. *"Pela Intenet"* – Álbum Quanta, 1995)

Se analisarmos a evolução dos computadores, é possível perceber que ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano e a necessidade crescente de se ter uma ferramenta que auxilie tanto nos cálculos matemáticos quanto no gerenciamento de grandes quantidades de informações, tanto no campo profissional como pessoal.

A informática deve ser privilegiada como recurso para a apropriação e construção do conhecimento e assim, como estímulo para o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa das pessoas. A integração das mídias e tecnologias no currículo da EJA deve ampliar, além do previsto e do determinado, o universo intelectual, social, estético, ético e tecnológico das/os educandas/os, visando não só a qualificação profissional, mas o desenvolvimento da cidadania.

Na medida em que os conteúdos do Arco Multimídia integram-se aos conteúdos do currículo propedêutico[7], parte-se do princípio de que a formação profissional não pode ser desvinculada da reflexão geral e humanista, convertendo-se em mera instrumentalização e reprodução de ideologias e técnicas. Do mesmo modo, a formação geral, desvinculada da apropriação das técnicas, não é suficiente para garantir a elevação da escolaridade, a profissionalização e a formação cidadã das/os educandas/os. Assim, o Arco propõe a interação dialética entre os saberes, transformando o currículo em instrumento de formação integral e contínua das/os educandas/os.

As/Os educandas/os não estão mais reduzidas/os à tarefas repetitivas e á subordinação, elas/es criam, modificam, constroem, aumentam e, assim tornam- se co-autoras/es dos saberes, já que a/o educadora/or configura o conhecimento em estados potenciais. (Silva, 2000). A inserção da multimídia na educação possibilita o uso de vários meios de comunicação relacionados e controlados através do computador, facilitando o processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Moran (1998, p. 148)

> [...] A construção do conhecimento, a partir do processamento multimídico, é mais "livre", menos rígida com conexões mais aberta, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização racional; uma organização provisória, que se modifica com facilidade, que cria convergências e divergências instantâneas, que precisa de processamento de múltiplos instantâneos e de resposta imediata.

Portanto, estudar multimídia é importante para os novos processos de comunicação, incluindo meios físicos ou digitais de expressão, como textos, imagens, animações, áudios e vídeos. O *design* multimídia está comprometido com o visual e a

[7] A palavra "propedêutica" é de origem grega e se refere ao ensino. Pode-se dizer que se refere à parte de um curso que diz respeito a introdução ou mesmo a tudo aquilo considerado como "básico". Diz respeito às Áreas de Arte, Ciências, Língua Portuguesa, dentre outras disciplinas que suprem as necessidades básicas de conhecimento, mas sem uma especificidade profissional. (Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-e-propedeutica/%2051484> / <https://www.dicionarioinformal.com.br/proped%C3%AAutica/>)

interatividade, ampliando, assim, as práticas sociais das/os educandas/os.

Uma das grandes vantagens do uso dos computadores na educação é o acesso a Internet, o que permite fazer *upload* e *download* de vários recursos e informações de qualquer lugar e a qualquer momento. Outra vantagem é o interesse que desperta nas/os educandas/os, permitindo que elas/es se sintam motivadas/os e com iniciativa para aprender e se comunicar. A aprendizagem passa a ser significativa, à medida que a informação é pesquisada, analisada e transformada em conhecimento produtivo.

A multimídia não resolverá todos os problemas educacionais, cujas causas também estão fora da Escola. Mas, não devemos esquecer que seu forte potencial interativo oferece grandes possibilidades de atendimento da diversidade e das diferentes formas de aprender.

SOFTWARE LIVRE NA EDUCAÇÃO

Segundo Silveira e Cassino (2003), o Software Livre representa uma opção pela criação, pela colaboração e pela independência tecnológica e cultural, uma vez que é baseado no princípio do compartilhamento do conhecimento e na solidariedade praticada pela inteligência coletiva conectada na rede mundial de computadores. Desta forma, o Software Livre apresenta um caráter libertário, pois permite a democratização do conhecimento, a construção coletiva, o estímulo à colaboração, à autonomia e a independência tecnológica, pois não podemos nos limitar a ser apenas consumidoras/es de produtos e tecnologias proprietárias.

Corroborando com este pensamento, Nunes et al (2008, p.15) acredita que "[...] as quatro liberdades propostas pelo software livre – conhecer, copiar, distribuir e modificar – favorecem sua adoção do contexto da escola pública". É, portanto, o Software Livre um instrumento de inclusão social. Em um país em que muitas/os vivem no limite da pobreza existencial, a concentração de pesquisadoras/es em torno de um projeto que está voltado para a diminuição dos custos de softwares sinaliza a solidariedade para com as/os excluídas/os, pois quanto mais a tecnologia estiver acessível a todas/os, mais teremos apoiadoras/es dos projetos de inclusão social, que passa diretamente por ações educacionais.

O Software Livre não é simplesmente uma questão técnica, é uma questão ética, social e política.

CREATIVE COMMONS

Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos. As licenças *Creative Commons* não são contrárias aos direitos de autoria. Elas funcionam complementarmente aos direitos autorais e permitem que os termos desses direitos sejam modificados, possibilitando maior flexibilização em relação ao uso de produções culturais e cientificas, preservando a autoria e criando uma possibilidade jurídica de utilização das produções adaptadas à sociedade em rede na era pós-industrial. Os conteúdos são acessados além da necessidade dos suportes físico-materiais e, com isso, são permitidas novas possibilidades criativas de fusão, recreação e remixagem.

O Marco Civil da Internet, oficialmente chamado de Lei n° 12.965/14, é a Lei que

regulamenta o uso da Internet no Brasil, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado. Diante do cenário de ameaças a direitos fundamentais que acontecem na Internet, temas como a massiva coleta de dados das/os usuárias/os para fins comerciais ou de controle social; espionagem; vigilantismo e experiências sociais feitas por grandes corporações; estabelecimento de critérios pouco democráticos no fluxo de dados, entre outros, são relevantes no processo formativo da/o profissional de multimídia.

Outra questão fundamental é o uso da criptografia como a forma de garantir a privacidade das/os internautas. O conceito da criptografia é bem antigo: executam-se algumas técnicas pelas quais a informação pode ser transformada da sua forma original para outra ilegível, de forma que seja conhecida apenas por sua/seu destinatária/o (detentora/or da chave secreta).

No contexto do uso dos computadores, a formação passa pelo uso de sistemas operacionais GNU/Linux e ferramentas como o PGP (*prettygoodprivacy*), ferramenta para criptografar (codificar) textos, e-mails, mensagens e arquivos de usuários da internet.

Problematizar essas e outra questões faz parte do processo de formação de cidadãs/ãos críticas/os, capazes de compreender que a comunicação é um direito humano fundamental, como reconhece a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura – UNESCO.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.965/14. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 20/08/18.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

NUNES, J.B.C et al. Levantamento de Softwares Educativos Livres. *In*: **Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino.** Porto Alegre, 2008. SILVA, Marco. Sala de aula interativa. São Paulo: Quartet, 2000.

SILVEIRA e CASSINO. **Software Livre e Inclusão Digital.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

UNESCO. **Relatório Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento de mídias.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/unesco_in_brazil_launches_portuguese_version_of_the_report_w/>. Acesso em 20/08/18

ARCO MULTIMÍDIA: CONHECIMENTOS TECNOLÓGICOS LIVRES		
EIXOS		
✓ Informática e comunicação; ✓ Internet.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	✓ Refletir sobre as relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia; ✓ Apropriar-se do uso da Informática como ferramenta para o enriquecimento do processo educativo, conhecendo as ferramentas tecnológicas que possam auxiliar na construção de conhecimentos; ✓ Conhecer os recursos básicos relacionados à Internet, dialogando com as transformações tecnológicas e as novas formas de comunicação, visando à apropriação de ferramentas e aplicativos para a utilização no cotidiano do trabalho e da vida; ✓ Compreender a utilização do equipamento, ligando e desligando corretamente; ✓ Explorar o teclado estimulando a digitação e o uso das teclas: SHIFT, CAPS LOCK, acentos e pontuações; ✓ Utilizar o mouse e seus botões de ação; ✓ Compreender a utilização dos botões de janela: maximizar, minimizar, restaurar e fechar; ✓ Identificar ícones dos aplicativos e ferramentas dos editores; ✓ Reconhecer as partes do computador: monitor, teclado e mouse; ✓ Selecionar e arrastar objetos, dar clique duplo, abrir e fechar programas.	✓ Navegação na internet. ✓ Softwares educacionais. ✓ Sistema Operacional. ✓ História dos computadores. ✓ Edição de textos. ✓ Power Point. ✓ Software livre. ✓ Software GIMP. ✓ Edição de imagem. ✓ Criação e edição de vídeo. ✓ Planilha Eletrônica. ✓ Sistema Android. ✓ Smartphones.

INTERNET	✓ Transitar em ambientes de aprendizagem interativos tais como navegadores, editores e softwares educacionais específicos; ✓ Conhecer o ambiente gráfico operacional e suas ações de entrada e saída de informação; ✓ Realizar buscas utilizando os navegadores de Internet; ✓ Conhecer os conceitos básicos do Sistema Operacional e as ferramentas de edição de dados simples do Pacote Escritório; ✓ Editor de Texto e Slides; ✓ Conhecer a evolução e história dos computadores; ✓ Editar textos aplicando os recursos básicos de formatação de fonte, alinhamento, parágrafo, tamanho, cor e inserção de imagens; ✓ Editar apresentações de slides básicas formatando textos e imagens; ✓ Conhecer os conceitos fundamentais do Software Livre; ✓ Compreender o que é Software Livre, sua história e sua importância na manutenção da liberdade de escolha, liberdade de expressão e de conhecimento e inclusão digital; ✓ Compreender o que é um sistema operacional e o GNU/Linux; ✓ Manipular imagens no software gráfico GIMP utilizando os recursos básicos tais como correção de imagens, tratamento de imagens em camadas, inclusão de partes, criação de textos, remoção de partes da imagem; ✓ Capturar, manipular e tratar imagens com base em processos de indexação, classificação e armazenamento, utilizando recursos tecnológicos disponíveis, na Unidade	

	Escolar; ✓ Criar ou modificar qualquer tipo de imagem, para combiná-lo em qualquer projeto infográfico; ✓ Criar imagens e elaborar layout, considerando conhecimentos da Arte, Design e Comunicação Visual, utilizando-se de repertório iconográfico; ✓ Conhecer a criação e edição de vídeos digitais para as áreas de multimídia, utilizando as tecnologias livres; ✓ Criar enredo para animação e roteiro por meio de técnicas de roteirização, narrativa textual, *storyboard* e animação com respeito aos princípios da ética e da cidadania responsável; ✓ Conhecer e saber utilizar planilhas eletrônicas; ✓ Conhecer o sistema operacional *android* e as possibilidades de pesquisas de registros audiovisuais com aplicativos livres em celulares; ✓ Utilizar a função multimídia do celular/smartfhon para a captura de fotos e vídeos.	

O ARCO OCUPACIOINAL – ALIMENTAÇÃO

A Culinária é a arte de cozinhar ou de confeccionar alimentos que fazem parte do acervo cultural de cada pessoa e de diferentes grupos sociais. Os utensílios e técnicas utilizados nessa arte foram evoluindo e se transformando no decorrer do tempo e se aperfeiçoando de acordo com as mudanças comportamentais da humanidade.

O Arco Ocupacional Alimentação tem como proposta promover situações de aprendizagem, relacionando trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Articula técnicas de preparo de alimentos e o contexto sócio-histórico-cultural de modo que a Alimentação seja compreendida como um elemento que representa circunstâncias e condições de vida social.

As referências gastronômicas oferecidas às/aos educandas/os valorizam os ingredientes disponíveis na diferentes regiões do país, os modos de fazer e até mesmo os utensílios usados no preparo dos alimentos. Assim, é possível valorizar o lugar de origem e de vivência das/os educandas/os.

Os cursos contidos no Arco Alimentação concebem em suas interfaces diversos campos do conhecimento, possibilitando a integração da formação inicial e continuada de trabalhadoras/es com a Etapa do Ensino Fundamental. Assim, é possível conferir maior significado a essa formação, incidindo diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina.

Para além da variedade de técnicas propriamente ditas, o Arco Ocupacional Alimentação traz em seu bojo a formação integral do Ser, de modo que as/os educandas/os possam compreender, organizar e executar atividades básicas relacionadas ao planejamento, elaboração e base de confecção e venda de produtos alimentícios. Visa à qualificação profissional considerando a possibilidade de oportunidade de trabalho, geração de renda e melhoria na qualidade de vida.

Referências

BEZERRA, L. P.; PINHEIRO, A. N.; SILVA, G. C. **Manipulação segura de alimentos.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

BEZERRA, L. P.; PINHEIRO, A. N.; SILVA, G. C. **Boas práticas na manipulação de alimentos.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012.

MONTEIRO, R. Z. **Cozinhas profissionais.** São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2013.

PEREIRA, L.; PINHEIRO, A. N.; SILVA, G. C. **Alimentos seguros:** higiene e controles em cozinhas e ambientes de manipulação. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2010.

RODRIGUES, D. **Arte de cozinha, 1680**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2008.

ARCO OCUPACIONAL: ALIMENTAÇÃO		
EIXOS		
✓ Alimentação e cultura; ✓ Alimentação e saúde; ✓ Alimentação e tecnologia; ✓ Empreendedorismo.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ALIMENTAÇÃO E CULTURA	✓ Conhecer a história e a evolução da alimentação; ✓ Reconhecer a diversidade cultural gastronômica; ✓ Reconhecer os hábitos alimentares como um fator importante da identidade cultural.	✓ História da alimentação. ✓ Segurança alimentar. ✓ Descarte de resíduos. ✓ Armazenamento de alimentos. ✓ Técnicas culinárias
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE	✓ Aplicar as ações preventivas de segurança no ambiente de trabalho; ✓ Conhecer e aplicar procedimentos sanitários pautados pela portaria CV55 de 09 de abril de 2013; ✓ Conhecer as formas de descarte de resíduos de materiais provenientes dolocal de trabalho; ✓ Identificar métodos adequados de seleção, classificação, aquisição e armazenamento de gêneros perecíveis e não perecíveis.	
ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA	✓ Conhecer aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação dos diversos gêneros alimentícios; ✓ Elaborar instrumentais que facilitem o aperfeiçoamento no ambiente de trabalho, a fim de padronizar produtos, calcular custo, controlar estoque e qualificar compras; ✓ Conhecer e assimilar as técnicas essenciais utilizadas em diversas preparações alimentícias; ✓ Identificar os métodos sensoriais e as transformações físico-	

	químicas sofridas pelos alimentos nos processos de preparo e de conservação; ✓ Conhecer aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação dos diversos gêneros alimentícios.	
EMPREENDEDORIS-MO	✓ Aprender noções básicas de administração, marketing e empreendedorismo.	

O ARCO OCUPACIOINAL – CONSTRUÇÃO CIVIL

> Os oprimidos, nos vários movimentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais (FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*, 1970).

O Arco Ocupacional Construção Civil compreende um vasto campo de conhecimentos, pois, possibilita às/aos educandas/os integrar as mais diversas Áreas do conhecimento, integrando saberes das Ciências e suas tecnologias, tais como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas ao universo da cultura popular sobre o trabalho de construir.

O intuito é expandir as práticas educativas que envolvem cada ocupação do Arco, aspirando por uma formação que propicie uma mudança de olhar para a vida e sua relação com o trabalho. Trata-se de uma forma de agir e estar no mundo, a partir do manejo de conhecimentos unitários, integrais e universais do campo da Construção Civil. Parte-se do princípio da indissociabilidade entre trabalho e educação, que se baseia na aquisição e produção de conhecimento pelas/os trabalhadoras/es no e para o processo de trabalho. Essa é à base das sociedades humanas e nos tempos atuais, mais do que nunca, isso significa uma forte relação entre a tecnologia e a vida humana, o que tem reflexos sobre a Educação. Para se (re)inserir no mundo do trabalho numa perspectiva emancipada é preciso conhecer as tecnologias para saber aplicá-las, usá-las criticamente, o que pressupõe uma formação integral. (BRASIL, 2007, p. 3)

Nas palavras de Saviani (2007, p. 154)

> [...] No ponto de partida, a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando- se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie.

O Arco Ocupacional Construção Civil assume o compromisso de promover apropriação e aplicação de conhecimentos teóricos e práticos pertinentes às principais atividades da Área, tais como: planejamento, projeto, acompanhamento e orientação técnica à execução e à manutenção de obras civis.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª. ed. 1970.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 20/08/18.

ARCO OCUPACIONAL: CONSTRUÇÃO CIVIL		
EIXOS		
✓ Arquitetura e cultura; ✓ Legislação; ✓ Edificações.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ARQUITETURA E CULTURA	✓ Analisar e identificar-se com o processo da evolução da arquitetura em consonância com a História da Humanidade.	✓ Evolução da arquitetura. ✓ Topografia. ✓ Projetos. ✓ Técnicas de trabalho. ✓ Materiais de construção.
LEGISLAÇÃO	✓ Conhecer e aplicar a legislação e as normas técnicas regulamentadoras (Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT) seguindo a CBO; ✓ Conhecer e identificar possíveis causas de patologias na construção geradas pelos efeitos da insolação, do vento e da iluminação; ✓ Conhecer o efeito dos elementos arquitetônicos na acústica dos ambientes.	
EDIFICAÇÕES	✓ Levantar e analisar dados topográficos para construções; ✓ Elaborar e realizar projetos arquitetônicos executivos de edificações residenciais; ✓ Identificar e executar os serviços, materiais e mão de obra envolvida em cada uma das fases de um projeto de construção; ✓ Realizar levantamentos altimétricos e planialtimétricos; ✓ Aplicar e selecionar corretamente as normas de procedimentos técnicos de segurança, higiene, saúde e qualidade; ✓ Especificar e selecionar os materiais de construção utilizados em cada etapa das edificações.	

O ARCO OCUPACIOINAL – ADMINISTRAÇÃO

No mundo de constantes mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais, este novo Século traz a necessidade de se refletir sobre a Educação e o individuo sob um novo olhar. É preciso pensar em uma formação para a vida; em possibilitar a ampliação dos conhecimentos, considerando o meio e cultura. É preciso valorizar a história pessoal e social. É preciso valorizar a identidade e as potencialidades de cada educanda/o.

Considerando que o Arco Ocupacional de Administração, integrado ao currículo da EJA, tem como ponto de chegada o "conhecimento", a proposta do Arco é que, a partir de conteúdos técnicos pertinentes ao Campo da Administração, a formação profissional das/os educandas/os tenha como linha mestra a importância do planejamento e da administração para o seu dia a dia, relacionando-a com suas vivências, e que a partir dessa aprendizagem se qualifique para o trabalho. Parte-se do princípio de que educar para a profissão é educar para aprender a ser.

O Arco tem como objetivo proporcionar às/aos educandas/os formação básica, compreensão e vivências nos assuntos relacionados aos conteúdos administrativos, abordando conceitos referentes às relações inter e intrapessoal, incluindo reflexões sobre ética pessoal e profissional, qualidade de vida e saúde. Visa proporcionar o entendimento das transformações nas relações sociais e no mundo do trabalho, a evolução das inovações tecnológicas e alternativas de geração de renda.

Referências

BRASIL. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas.** Brasília, 2017. 189 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/tabela-completa-da-cbo>. Acesso 20/08/18.

KUBICA, Fabio, CARVALHO, Lilian S.P. **Básico em Administração.** São Paulo: SENAC Editoras, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRE, Secretaria de Educação, Departamento de Jovens e Adultos. **Movimento de Orientação e Reorientação Curricular da EJA.** Santo André, 2016.

ARCO OCUPACIONAL: ADMINISTRAÇÃO		
EIXOS		
✓ Administração; ✓ Logística; ✓ Recursos Humanos.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
ADMINISTRAÇÃO	✓ Conhecer o histórico da administração nas organizações, o contexto atual, identificando e relacionando com a vida cotidiana e profissional; ✓ Conhecer as características e rotinas da área administrativa. ✓ Compreender e utilizar elementos da comunicação e suas linguagens; ✓ Identificar as características e a forma de relacionamento com os clientes; ✓ Conhecer diferentes tipos de classificação econômica das organizações; ✓ Conhecer diferentes modelos organizacionais e processos de gestão nas organizações; ✓ Triar, classificar e arquivar documentos; ✓ Conhecer a estrutura básica dos diversos tipos de correspondência; ✓ Interpretar contextos da linguagem organizacional; ✓ Conhecer o empreendedoris mo como origem de negócio e oportunidade de trabalho e geração de renda; ✓ Utilizar a tecnologia como ferramenta para pesquisas, edição de textos e planilhas; ✓ Reconhecer conceitos de orçamento doméstico e administração de recursos financeiros.	✓ História da Administração. ✓ Noções básicas de Administração. ✓ Comunicação. ✓ Tipos de organização. ✓ Empreendedorismo. ✓ Administração Financeira. ✓ Gestão de pessoas. ✓ Ocupações. ✓ Legislação trabalhista. ✓ Processos de contratação. ✓ Segurança do trabalho.

LOGÍSTICA	✓ Conhecer os conceitos básicos de Logística; ✓ Conhecer ferramentas utilizadas como facilitadores no processo logístico; ✓ Conhecer o conceito de logística reversa e compreender a importância das ações sustentáveis; ✓ Compreender a estrutura organizacional e de gestão de pessoas, bem como suas rotinas associando com seu cotidiano; ✓ Conhecer as atribuições das funções de acordo com a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.	
RECURSOS HUMANOS	✓ Conhecer a legislação trabalhista vigente no País; ✓ Conhecer os processos de seleção e tipos de contratação; ✓ Conhecer legislação relativa aos programas de segurança e saúde ocupacional.	

FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL (FTG)

A disciplina de Formação Técnica Geral – FTG compõe, junto com a FIC, o percurso da formação profissional oferecida às/aos educandas/os da EJA do Município de Santo André, ao lado da elevação de escolaridade. Seu conteúdo, teórico e reflexivo, complementa e dialoga com os saberes específicos desenvolvidos pelos mais diversos Arcos Ocupacionais, a fim de garantir uma formação profissional substantiva, que relacione o fazer e o pensar, a teoria e a prática.

Desde 2015, quando a proposta da EJA FIC passou a ser implementada pela PSA, a FTG é pensada como um importante Eixo desta política. Por não haver precedentes em sua realização no município, a FTG assumiu o caráter de ser uma Disciplina em construção, moldada e aprimorada pela prática e pela reflexão. Um processo bastante rico, no qual participaram instrutoras/es, gestoras/es, educadoras/es e, especialmente as/os educandas/os.

Em princípio, a Disciplina de FTG foi elaborada a partir do referencial teórico fornecido pelo professor Fábio Zamberlan (2015), segundo o qual há categorias técnicas gerais presentes em todos os tipos de trabalho, que podem ser mapeadas, discutidas e estudadas para uma boa formação profissional.

Nas palavras de Zamberlan (2015, p. 25):

> [...] o trabalho estará dividido em três tempos, ou quatro tempos, sendo mais preciso: concepção; preparação; execução e avaliação. Isso está presente em qualquer trabalho, no trabalho de um astronauta, de um ascensorista ou de uma pessoa que vende chiclete na rua, é o mapeamento do conhecimento técnico que existe em todo trabalho humano.

Neste sentido, a perspectiva da FTG seria explorar estes conhecimentos técnicos gerais, necessários a todas/os profissionais interessadas/os em inserir-se em um processo de trabalho, em diálogo com os distintos Arcos Ocupacionais presentes na Rede. Articular e sistematizar os quatro tempos/conhecimentos, presentes em qualquer trabalho, em uma nova disciplina na estrutura dos cursos da EJA FIC.

Contudo, o desenrolar prático metodológico da Disciplina levou a sua formação para outro caminho, considerada mais fundamental e abrangente. A FTG manteve-se na perspectiva de uma formação geral complementar aos Arcos Ocupacionais, mas seu foco pela técnica foi substituído por uma perspectiva de estudo reflexivo acerca de categorias do mundo do trabalho. Pois, fundamentar no mapeamento técnico a disciplina de FTG reduz a possibilidade única da questão ontológica do trabalho, que deve ser ampliada pela discussão filosófica, sociológica, antropológica e histórica.

Por esse caminho assumiu-se a premissa de que a importância fundamental da FTG seria estimular as/os educandas/os a refletirem de maneira substancial sobre o caráter ontológico e histórico do trabalho, em acordo com a perspectiva do trabalho como princípio educativo assumido pela Rede Municipal de Santo André.

A Disciplina FTG propõe-se como um instrumento interessado em auxiliar as/os educandas/os a pensar o trabalho e a condição da/o trabalhadora/or, especialmente na realidade brasileira. Com isto, almeja-se construir uma formação profissional que garanta à/ao educanda/o uma capacitação dentro de determinado Arco Ocupacional, aliada à possibilidade de reconhecer o ambiente socioeconômico no qual este Arco se

realiza. Espera-se, também, que o FTG auxilie a/o educanda/o a reconhecer a si mesma/o dentro do mundo do trabalho, seus espaços, direitos e possibilidades.

Uma vez que a/o própria/o educanda/o traz e contextualiza os temas através de uma fala caleidoscópica, onde as/os estudantes trazem de sua experiência no mundo do trabalho e são protagonistas das Unidades de discussão em sala.

Conforme Freire (2006, p. 16)

> [...] A prática educativa, reconhecendo-se como prático política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

Dentro dessa proposta espera-se educar indivíduos conscientes da centralidade do trabalho para a produção da vida humana, as distintas perspectivas sobre as quais o trabalho foi realizado ao longo da história e sua relação com as demais estruturas sociais. Procura-se, também, discutir as recentes alterações vividas no mundo do trabalho, diante de um contexto de globalização, emergência das redes sociais e flexibilização das instituições sociais. Observar os impactos sociais e ambientais do atual modelo produtivo e discutir as novas formas de trabalho, que passam pelas ideias de empreendedorismo, cooperativismo, sustentabilidade e economia solidária.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. ALVES, Giovanni. O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2000.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.– (Série legislação; n. 125).

BRONZATE, Sandra Torquato. **A Educação Profissional nas Políticas Públicas:** uma breve reflexão para o Município. Brochura Box EJAFIC. Santo André. 2013.

FERRETI, Celso J. **Opção:** Trabalho. Editora Cortez, 1988.

FERRETI, Celso. **O que é trabalho?** IIEP, 2007.

FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL: **Livro do Aluno/Coordenação e elaboração:** Laboratório Trabalho & Formação/COPPE – UFRJ. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam.

21 ª ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em: mar/2018.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** Prentice Hall, Inc., 2000. KUBICA, Fabio. E CARVALHO, Lilian S.P. Básico em Administração. SENAC Editoras, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Bomtempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica de Economia Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **Trabalho como princípio educativo.** In: Coleção EJA-FIC-Projeto Escola de Gestores. Santo André: PSA, 2015.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **Trabalho como princípio educativo.** Brochura Box EJAFIC. Santo André, 2013.

NOZAKI, William Vella. **A organização do capitalismo através da organização do trabalho.** São Paulo: CUT, 2007.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Plano de Educação de Santo André – Metas 2015-2025.** Lei nº 9723, 20/06/2015. Santo André: PSA, 2016.

RAMOS, Marise. **Currículo Integrado.** In: Coleção EJA-FIC- Projeto Escola de Gestores. Santo André: PSA, 2015.

SEBRAE/SP. **O céu e o inferno do empreendedorismo:** Empreendedorismo, tipos de empreendedores e as vantagens e desvantagens de empreender. São Paulo: Sebrae/SP, 2017.

SINGER, Paul. **A recente ressureição da economia solidária no Brasil**, 2008.

ZAMBERLAN: Fabio. **FTG e Arcos ocupacionais.** Formação Técnica Geral e Arco Ocupacional: Livro 1 do Educador / Coordenação e elaboração: Laboratório Trabalho & Formação / COPPE – UFRJ. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL (FTG)		
EIXOS		
✓ Trabalho e história; ✓ Legislação.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS / CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS		
EIXO	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**
TRABALHO E HISTÓRIA	✓ Refletir sobre o Trabalho em sua natureza sociológica, filosófica, histórica e material e suas contradições e transformações observadas ao longo da história do Brasil; ✓ Entender a relação entre educação e trabalho; ✓ Compreender o processo de inserção no mundo do trabalho; ✓ Entender o conceito de trabalho; ✓ Identificar as formas e relações de trabalho no processo histórico e suas principais categorias; ✓ Compreender as características do trabalho assalariado.	✓ Natureza do trabalho. ✓ Educação e trabalho. ✓ Categorias de trabalho. ✓ Trabalho assalariado. ✓ Direitos trabalhistas. ✓ Mercado de trabalho. ✓ Mundo do trabalho. ✓ Projeto de vida profissional.
LEGISLAÇÃO	✓ Conhecer e refletir sobre os direitos trabalhistas no Brasil e sua relação com a formação educacional e profissional e mercado de trabalho; ✓ Conhecer, interpretar e avaliar os principais pontos das Leis Trabalhistas; ✓ Conhecer, interpretar e avaliar a história e o desenvolvimento dos direitos trabalhistas no Brasil; ✓ Compreender o processo metodológico do mercado de trabalho; ✓ Compreender a importância da formação educacional e elevação da escolaridade para um futuro profissional digno; ✓ Compreender as necessidades individuais e as possibilidades sociais para inserção no mundo do trabalho; ✓ Planejar seu futuro pessoal e profissional.	

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O PAPEL DA OBSERVAÇÃO E DO REGISTRO

Sistematização na perspectiva do Currículo Integrado – Escuta das/os Educandas/os

A construção do currículo para a EJA de Santo André parte da premissa que se tenha por objetivo a perspectiva integradora como norteadora do processo de ensino-aprendizagem deve pautar seus registros, bem como seus instrumentos avaliativos em coerência com tais anseios.

Um currículo verdadeiramente e de fato integrador deve transbordar os conhecimentos específicos, trazendo discussões e questões sociais para a sala de aula, estimulando as/os educandas/os a desenvolverem uma postura crítica e reflexiva.

Trabalhar fora dos limites disciplinares é um desafio para qualquer educadora/or. Extrapolamos as barreiras do que é tradicional e confortável, nos aventurando pelo desconhecido. Não é possível prever quais temas ou quais questões serão suscitadas num processo onde escutar a/o educanda/o e suas indagações será primordial.

> [...] A ação de recuperar refletindo, descrever relacionando, perguntar centrado num foco que demarca o que mais se quer conhecer, argumentar com outros, ouvir suas razões, contrapô-las com as próprias, discutir para melhor entender, leva-nos a uma vinculação diferenciada com nossas práticas e também com o mundo (FALKEMBACH, 2000, p.17).

Visando transcender os limites das práticas disciplinares, dentro da concepção sócio-histórica-cultural de ensino, devemos aprimorar as capacidades de observar e escutar. Há que se educar nosso olhar para enxergar o mundo, as realidades que existem além do ambiente escolar e que impactam a sociedade atual, seja num contexto político, econômico ou social.

O ver e o escutar, de forma atenta e paciente, são partes fundamentais do trabalho integrador. As/Os educadoras/es e a Equipe Gestora devem buscar uma prática onde sejam valorizados – os conhecimentos prévios e espontâneos das/os educandas/os, suas vivências, experiências e histórias, para que estes possam enriquecer o aprendizado num processo coletivo de construção de conhecimento significativo e contextualizado.

Este sentido tão próprio e peculiar dado ao ato de escutar a si e ao outro, problematizando realidades, requer uma capacidade educadora de interpretar e discutir o que for trazido pelas/os educandas/os, sem juízos de valor ou julgamentos, mas com o ímpeto de ir além do senso comum, numa ação altamente reflexiva e movimentada.

Neste contexto deve-se sempre se ter respeito às diferentes formas de expressão e pensamento. Há que se considerar a/o educanda/o em sua totalidade, seus limites e suas possibilidades. O que vemos ou lemos não é só o pensamento das/os educanda/os, mas de fato sua expressão, que evolui e se aprimora no decorrer da sua vivência no ambiente escolar.

Mesmo que surjam imprevistos ou entraves no diálogo entre educadoras/es e educandas/os, estes devem ser considerados como positivos na busca por uma reciprocidade, estimulando questionamentos e se tornando motivadores. Nestas interações sempre haverá ambiguidades, inseguranças e indefinições, mas estas

enriquecem as discussões trazidas à sala de aula.

Toda/o educadora/or deve, fundamentalmente, conhecer suas/seus educandas/os de alguma forma e saber ler com atenção as observações espontâneas destas/es. Na busca por compreender cada vez melhor as/os educandas/os poderemos avaliar o que estas/es sabem para realizar planejamentos e registros, tarefas essenciais da/o educadora/or.

Este diagnóstico não deve se findar na caracterização das/os educandas/os, mas permear todo processo de aprendizagem, num constante. É a partir das informações que se tem, do que se infere ou se interpreta é que as/os educadoras/es podem aprimorar suas práticas pedagógicas e sistematizar o trabalho de fato de forma integrada.

O ato de sistematizar implica, segundo Souza (2000, p. 33):

> [...] Refletir ordenadamente a partir da nossa prática, submetendo tudo a uma crítica, problematizando e identificando os conflitos e contradições analisando tudo o que fizemos, buscando os porquês e as relações entre as coisas.

Por meio da sistematização reúnem-se informações, experiências e conhecimentos, para analisá-las e interpretá-las de forma a oferecer possíveis caminhos para problematizar questões que versem sobre a atualidade e suas problemáticas ou aquilo que seja considerado pelos discentes algo essencial para sua formação integral e crítica.

Durante o acompanhamento de todas as etapas do processo de aprendizagem torna-se necessário registrar o que se observa de significativo como um recurso de memória diante a grande diversidade, num exercício atento que vá além de tarefas mecânicas com fins meramente práticos e descontextualizados.

Registros enriquecem as práticas pedagógicas, seja pelo viés da memória bem como pelo seu caráter documental que imortaliza os entraves e superações que fizeram parte do percurso de aprendizagem trilhado pelas/os educandas/os, ambas as perspectivas são necessárias para a educação e seu aprimoramento.

> [...] Escrever é muito difícil. Compromete mais que falar. Escrever deixa marca, registra pensamento, sonho, desejo de morte e vida. Escrever dá muito trabalho porque organiza, articula o pensamento na busca de conhecer o outro, a si, o mundo. Envolve, exige exercício disciplinado de persistência, resistência, insistência, na busca do texto verdadeiro, aquele que o homem escreve com o seu próprio sangue (FREIRE, 1996, p.39).

Qualquer que seja a forma ou modelo escolhido para sistematização e organização das práticas pedagógicas faz-se necessário que estas abram caminhos para estratégias e reflexões, em vez de, predominantemente burocratizar as relações interpessoais.

Deve-se haver democratização e cumplicidade pedagógica na construção de todo e qualquer projeto ou trabalho, que venha a ser desenvolvido dentro do ambiente escolar. Educandas/os, educadoras/es, equipes gestoras e famílias devem se sentir parte das discussões e dos trabalhos a serem desenvolvidos, norteando o caminho a ser trilhado com suas contribuições

O registro deve ser praticado por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, tendo como objetivos principais fundamentar as práticas pedagógicas, buscando contribuir para a avaliação da aprendizagem de forma significativa. A partir

desta perspectiva, o registro possibilita:

> […] uma percepção mais sensível, crítica e apurada dos progressos, obstáculos, retrocessos, conquistas, limites e desafios de e para nossas ações. Ao mesmo tempo, nos permite tanto vislumbrar intervenções mais imediatas quanto planejar ou apontar a médio e longo prazo, possíveis encaminhamentos para a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico – seja da sala de aula, seja da equipe de profissionais (SANTO ANDRÉ, 2008, p.5).

Cada sujeito tem um percurso único, seja de aprendizagem ou vivência, e as formas de registro devem se dar de forma coerente e respeitosa, levando em consideração os princípios da concepção na qual a Rede de Santo André construiu ao longo do processo.

> [...] Dizia o grande educador brasileiro, Paulo Freire, que a gente pensa melhor quando pensa a partir do que se faz da prática. Mas, pensar sobre a prática sem registrá-la tem muitas limitações. O pensamento acaba se tornando mais uma lembrança, e por ficar só na oralidade, perde a possibilidade de ser repensado e revisto. O registro escrito mostra o pensamento de seu autor. O próprio ato de escrever já leva o (a) professor (a) a certo distanciamento de seu fazer, dando-lhe um olhar mais amplo e facilitando a escrita do seu pensamento (BRASIL, 2006, p. 11-12).

O ato de registrar deve ser um exercício, contínuo, não estático, mas dinâmico, prezando pela organização do trabalho pedagógico e com foco no acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem das/os educandas/os. O processo não é finito, deve-se sempre se permitir reescritas advindas de reflexões que forem sendo suscitadas no espaço escolar.

> [...] Além disso, como toda escrita, o texto pode ser revisto, ter algumas das suas ideias aprofundadas e outras corrigidas. Tudo isso faz com que o (a) professor (a) ao registrar suas reflexões vá se tornando autor (a) do que se pensa e, em consequência, autor (a) do seu jeito de fazer (BRASIL, 2006, p.12).

É próprio do Ser Humano registrar desde os primórdios da história seus pensamentos, suas ações e suas realidades. É evidente a primazia da escrita, mas há que se considerarem outras formas de expressão que enquadrem os ideais e visões de mundo, da Escola e da própria prática pedagógica, que enalteçam valores estéticos, artísticos e culturais.

> [...] As possibilidades reflexivas se encontram desde as escolhas das ferramentas narrativas, como, por exemplo, vídeos, imagens, produção textuais coletivas, que provocarão releituras perante as práticas explicitadas, até através da mediação do professor (CRUZ, 2012, p.85).

A sistematização, documentação e registro devem estar presentes em todas as etapas de planejamento docente, das atividades cotidianas às tomadas de decisão. O ato de planejar possibilita momentos que necessitem de maior atenção ou intervenção da/o educadora/or, bem como uma maior organização de seu trabalho dentro da sala de aula.

O planejamento deve prezar por esta organização mencionada, elencando quais os objetivos deverão ser alcançados e, principalmente, os meios para sua execução, valendo-se de múltiplas estratégias e metodologias de ensino que busquem contemplar a diversidade e as necessidades tão próprias da educação de jovens e adultos.

Apesar do seu caráter documental, o planejamento não pode ser algo imutável e

inerte às questões e objetivos sociais, principalmente numa Rede de Ensino que preze pela perspectiva de um currículo efetivamente integrado. Deve-se contemplar como, por que e para quem se ensina, necessitando de um conhecimento minucioso e zeloso pelos saberes de cada educanda/o.

> […] Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos (LIBÂNEO, 1994, p. 228).

Nesse sentido, José Carlos Libâneo (2003, p. 470-471) afirma que o planejamento:

> [...] É pedagógico porque formula objetivos sociais e políticos e meios formativos para dar uma direção ao processo educativo, indicando por que e como se ensina e, sobretudo, orientando o trabalho educativo para as finalidades sociais e políticas almejadas pelo grupo de educadores.

Não podemos nos afastar do caráter social de cada documentação que irá compor os registros das ações pedagógicas e de gestão, constituintes do ambiente escolar. A Escola não deve pautar seus alicerces na mera transmissão ou absorção de informações, mas que esta seja e se constitua como um espaço de e para todos.

> [...] O planejamento é um importante instrumento de gestão que auxilia consideravelmente o administrador educacional em seu processo decisório, como também todo o corpo docente na escola, na busca de resultados mais efetivos e competitivos para a instituição de ensino. [...] A educação é concebida como fator de mudança, de renovação e progresso (NASCIMENTO, 2009, p. 36).

O ato de planejar requer também que se articule de forma eficiente a teoria com as práticas. Não se pode planejar aquilo que efetivamente não seja realizável ou aplicado, daí a importância de se rever e se reavaliar continuamente conceitos, atitudes e procedimentos.

> [...] O planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino. Mesmo porque a elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos estejam continuamente ligados às práticas, de modo que sejam sempre revistos e refeitos […]. Agindo assim, o professor usa o planejamento como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de tornar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada ano ou semestre, começar tudo do marco zero (LIBÂNEO, 1994, p.225).

A/O educadora/or é a/o autora/or de sua prática e seu “fazer ensinar” está carregado de significados que se constroem e se reconstroem continuamente. Há que ensinar com compromisso com as/os educandas/os, sua aprendizagem, com respeito mútuo por suas visões de mundo e realidade, que também se movem neste processo de aprendizagem dinâmico, vivo, colaborativo e participativo. Tudo isso precisa ser registrado, por isso, refletir sobre a documentação é importante.

> [...] A documentação pode ser guardada e reexaminada, devendo ser encarada o tempo todo como um registro vivo da prática pedagógica, o processo de documentação também pode funcionar como uma maneira de revistar e rever experiências e eventos anteriores; desse modo, não apenas cria memórias, mas também novas interpretações e reconstruções do que aconteceu no passado (DAHBERG, G. et al., 2003, p.201).

Não há como a/o educadora/or planejar ou registrar se esta/e não conhecer profundamente suas/seus educandas/os. Para se conhecer é preciso estar aberto à

observação e a escuta. "[...] A Pedagogia da Escuta tece uma rede de observação da prática propulsora e mediadora dos sujeitos [...], já que esta proporciona o revistar das experiências e o diálogo" (CRUZ, 2012, p.86).

Para Nelson Piletti (2000), o planejamento ideal deve, principalmente:

> [...] Ser elaborado em função das necessidades e das realidades apresentadas pelos alunos; ser flexível, isto é, deve dar margem a possíveis reajustamentos sem quebrar sua unidade e continuidade, podendo ser alterado se necessário; ser claro e preciso, isto é, os enunciados devem apresentar indicações bem exatas e sugestões bem concretas para o trabalho a ser realizado; ser elaborado em íntima correlação com os objetivos visados e ser elaborado tendo em vista às condições reais e imediatas de local, tempo e recursos disponíveis (PILETTI, 2000, p.75).

O autor destaca ainda etapas que não podem ser desconsideradas na elaboração dos planejamentos que seriam o conhecimento da realidade das/os educandas/os e seu ambiente, anseios, questionamentos e necessidades, a elaboração do plano em si, dada e construída a partir da caracterização realizada a priori, a execução do plano com a descrição minuciosa das atividades e procedimentos a serem desenvolvidos e as múltiplas estratégias avaliativas escolhidas, coerentes com os objetivos levantados. (PILETTI, 2000). Deve se ter claro que todas estas etapas podem ser revistas, modificadas ou aperfeiçoadas segundo o que se é visto ou inferido no cotidiano escolar. Estas atividades devem ser colaborativas, pois não é possível realizar um planejamento sozinha/o, o trabalho coletivo e cooperativo precisa ser incentivado, as etapas devem ser revistas a partir da sua aplicação no grupo, para que possam assim, serem modificadas ou aperfeiçoadas.

> [...] A atividade de planejar é uma atividade coletiva, uma vez que o ato de ensinar na escola, hoje, é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social como seres humanos, mas, mais que isso, devido ao fato de que o ato escolar de ensinar e aprender é coletivo. Os alunos não trabalham isolados; atuam em conjunto. Os professores não o agem sozinhos, mas articulados com outros educadores e especialistas em educação (LUCKESI, 2005, p.164).

Dentro da diversidade que surge quando se trabalha com a EJA não pode caber somente à/ao educadora/or o protagonismo, seja da aprendizagem, seja do próprio ato em si de planejar, daí a razão de se elencar conhecimentos que possuam efetivo significado e contextualização com seus saberes trazidos à sala de aula.

O PPP é o documento que traz a singularidade da Escola, nele está expresso a visão crítica e política da U.E., as particularidades da Comunidade, das/os educadoras/es, das/os educandas/os, das/os gestoras/es e funcionárias/os, as metas e objetivos a serem alcançados, ou seja, é um documento em constante transformação e que destaca o papel das Escolas.

> [...] Toda organização precisa de um plano de trabalho que indique os objetivos e os meios de sua execução, superando a improvisação e a falta de rumo. A atividade de planejamento resulta, portanto, naquilo que aqui denominamos de projeto pedagógico curricular. "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica ao trabalho escolar, formular metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação" (LIBÂNEO, 2003, p.470).

Este documento de grande importância deve buscar em sua escrita, possíveis respostas para as seguintes indagações: O que se espera de uma Escola? O que educandas/os e seus familiares podem contribuir para sua organização? Quais características definem e norteiam o espaço escolar? Quais metas e ações podem e

devem ser traçadas a fim de se aperfeiçoar a gestão da Unidade de Ensino? Diante destas questões, Libâneo (et al. 2012, p.421) destaca que:

> [...] Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens.

Devemos registrar no PPP metas, ações e projetos que pretendem ser desenvolvidos ou aplicados durante o ano letivo e, apesar do caráter burocrático desta documentação, esta não pode estar inerte a questões que versem sobre a realidade e suas problemáticas. Para sua efetiva implantação deve-se prezar pela qualificação docente, com projetos curriculares e metodologias coerentes com as necessidades da/o educanda/o e a Comunidade na qual esta/e se insere e pela harmonia entre os diversos setores do espaço educacional, incluindo gestoras/es, funcionárias/os operacionais, educadoras/es, educandas/os e seu entorno, todas/os zelando pelo bom funcionamento da U.E.

Há que ter uma estrutura organizacional, onde o papel dos gestoras/es seja sempre articulado com o trabalho pedagógico das/os educadoras/es, disponibilizando condições físicas e recursos que visem a qualidade da aprendizagem, possibilitando a vinculação da teoria com a prática. Não são contemplados apenas aspectos pedagógicos, engloba-se também a questão financeira e administrativa da U.E.

> [...] Fazer o PPP implica planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das previstas, avaliação do processo e retomada. Isso somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele (FERREIRA, 2009, p.1).

Todas as etapas constituintes do PPP não podem ser colocadas de forma acrítica, com preenchimentos mecânicos e sem reflexão, para posterior engavetamento. Este deve sempre ser revisto, reavaliado e colocado em discussão, buscando estratégias que visem seu aprimoramento, tomadas de decisão qualificadas e metas condizentes com o contexto da escola atual.

> [...] No contexto da sociedade contemporânea, a educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudanças, capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia; trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas; preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-los positivamente (LIBÂNEO, et al, 2012, p. 133).

Devem-se estabelecer metas que valorizem a inclusão e que busquem a permanência da/o educanda/o dentro do espaço escolar. Evasão e heterogeneidade de educanda/o são características ímpares da EJA e dentro deste documento deve haver ações que, em primazia, valorizem e contemplem esta grande diversidade de educandas/os e que estas/es se sintam partes fundamentais do ambiente escolar.

> [...] Ou seja, o grande desafio é incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação (LIBÂNEO, et al., 2012, p.133).

Devemos incluir não somente pessoas, mas sonhos e anseios em suas entrelinhas. Deve-se manter a sede em “fazer ensinar” e “fazer aprender”, de forma crítica e comprometida. Em sua totalidade o PPP deve além de valer-se da perspectiva teórica escolhida, contemplar orientações filosóficas e sociais que norteiam as práticas

educativas, buscando seu constante aperfeiçoamento. Educar, planejar, problematizar com observação e escuta atenciosa, são ações que sempre farão parte do cotidiano escolar, que devem ser feitas e refeitas num processo contínuo e reflexivo.

Por fim, a organização curricular não está dada a priori. Essa é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam. A respeito da organização curricular, considera-se que a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. A desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade da/o educanda/o, promovem a ressignificação de seu cotidiano (BRASIL, 2007).

Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não formal, além do respeito à diversidade (BRASIL, 2007).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Observação e Registro.** Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2006.

BRASIL. PROEJA. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso: out/ 2018.

CRUZ, Raquel C.. Documentação Pedagógica: de Reflexões à Narrativas Singulares e Coletivas.In:GONÇALVES, Ana do Carmo Goulart et al**. Contribuições da didática para a construção dos saberes pedagógicos.** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Documentação Pedagógica: uma Prática para a Reflexão e para a Democracia. In: **Qualidade na Educação da Primeira Infância:** perspectivas pós-modernas*.* Porto Alegre: Artmed, 2003.

FALKEMBACH, Elza M. F.. Sistematização... Juntando cacos, construindo vitrais. In: **O que é sistematização:** uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

FERREIRA, Isaac. **Projeto político-pedagógico.** Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp. Acesso em: 18 set. 2018.

FREIRE, Madalena. **Observação, Registro, Reflexão.** Instrumentos Metodológicos I. Série Seminário Espaço Pedagógico. São Paulo, 1996.

LIBANEO, José Carlos. **Didática.** (Coleção Magistério. 2º grau. Série Formação de Professor). São Paulo: Cortez, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Educação Escolar:** Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José. C; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHE, Mirza S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ Coordenação Selma Garrido Pimenta.

LUCKESI, Cipriano C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/6084/597694.html>. Acesso: out/ 2018.

NASCIMENTO, J. **A Prática do Planejamento de Ensino na Educação de Jovens e Adultos.** Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2009.

PILETTI, C. **Didática Geral.** São Paulo: Ática, 2000.

SANTO ANDRÉ, Prefeitura de Educação de Santo André. **Ressignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos Tempos e Espaços Escolares.** Caderno Planejamento, Registro e Avaliação. Santo André: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

SOUZA, João F. Sistematização. In: **O que é sistematização:** uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O processo de avaliação sempre esteve ligado historicamente às questões relacionadas ao ensino-aprendizagem. Num conceito mais clássico, a avaliação se apresenta como processo de construção e apropriação do conhecimento, é um instrumento que auxilia na prática de examinar a aprendizagem ao longo das atividades realizadas: produções, comentários, apresentações, criações e trabalhos em grupos, objetivando o replanejamento, a autoavaliação e a observação dos avanços das/os educandas/os em relação ao que lhes é proposto. De uma forma geral, o ato de avaliar pode ser definido como:

> [...] dar valor de uma realidade com referência a uma expectativa ideal. A definição pode parecer complicada, mas de uma forma ou de outra todos nós nos envolvemos, frequentemente, com algum tipo de avaliação. (BRASIL. 2006, p. 04)

A LDBEN nº 9394/96, no Art. 24, inciso V, define a avaliação contínua e cumulativa do desempenho da/o educanda/o como um dos critérios a ser utilizado, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, além disso, os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Jussara Hoffmann, por sua vez, complementa que:

> [...] o privilégio aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sugerido pela LDB, é ainda fator de não-entendimento entre muitos que trabalham em educação. Acrescenta-se às considerações anteriores, o fator complicador de compreender-se „aspectos qualitativos" como aspectos relacionados às atitudes dos alunos na escola. (HOFFMANN. 2001. p. 50)

Como observado nas citações acima, o processo avaliativo é uma ferramenta importante para mediar as relações entre educandas/os, educadoras/es, conhecimento e o planejamento, uma vez que todos esses aspectos compõem e se somam no processo educacional.

Práticas tradicionais de avaliação

Faz-se necessária a reflexão constante sobre a avaliação das aprendizagens e sua função social. De acordo com Vasconcelos (2014), a relevância do tema consiste em apontar caminhos e evitar práticas classificatórias, que acabam por inverter as finalidades da Escola e da avaliação escolar. Romão (2011) alerta que, apesar das ideias progressistas, a avaliação ainda continua ocorrendo nos moldes tradicionais, baseados em erros e acertos, com enfoque em prêmios e castigos. Ideias recorrentes permeiam o imaginário dos atores escolares que veem a avaliação como prova, nota, conceito, boletim, aprovação, recuperação, reprovação etc.

Nessa perspectiva, a avalição, mesmo que abastecida de novos conceitos, acaba direcionada pelo próprio processo de ensino-aprendizagem que, na prática, ainda se dá de forma autoritária e tradicional. Nesse contexto, toda Comunidade Escolar acaba consagrando o sistema classificatório, rotulador e meritocrático. Luckesi (1994, p. 18) aponta para a "pedagogia do exame", onde "[...] o que predomina é a nota: não importa como elas foram obtidas e nem por quais caminhos [...]".

> [...] Tal contradição nasce da autocensura gerada pelo descompasso entre uma imagem idealizada de avaliação [...] e a realidade cotidiana das escolas,

> condicionadas, estruturalmente, pelo sistema de promoção e seriação e, conjunturalmente, pelas péssimas condições concretas de trabalho e pelas determinações dos superiores de plantão. (ROMÃO. 2011. p. 57)

Para Luckesi (1994), esse pensamento atinge fortemente a/o educadora/or que, no problema da indisciplina, recorre por vezes à avaliação como um instrumento de ameaça e tortura, alegando ser de fator motivador da aprendizagem, procurando assim exercer o controle da turma. Contudo, a apropriação do conhecimento não acontece de maneira efetiva visto que, nesse sistema, as/os estudantes não estarão no processo de construção do conhecimento, por conscientização da importância do aprender, pelo prazer dos estudos, pela ampliação da visão de mundo, mas sim, por consequência da ameaça da reprovação.

Em geral, os pais das/os alunas/os adolescentes que frequentam a EJA não pensam diferente, já que "o importante é que [as/os filhas/os] tenham notas para serem aprovados". O processo de ensino-aprendizagem fica negligenciado, pois quando as/os "[...] filhas/os apresentam notas significativas, não sentem necessidade de conversar com as/os professoras/es" deixando claro que o mais importante acaba sendo o resultado final (LUCKESI. 1994. p. 19). O mesmo ocorre com as/os educandas/os adultas/os, que direcionam todo seu foco para as notas e a promoção de uma série para outra em detrimento do conhecimento a ser construído.

Logo, a avaliação como processo de medição, através da aplicação de testes e provas subjetivas e artificiais, que nem sempre conseguem avaliar a capacidade da/o educanda/o e o que realmente foi apropriado, já não pode ser considerada um instrumento eficaz que possa contribuir ao aprendizado. Esse é um dos motivos pelos quais muitas Escolas e Sistemas de Ensino têm insistido na ideia de uma forma que considere o processo de ensino-aprendizagem visando suplantar o modelo tradicional, pois segundo Luckesi (2011, p. 21),

> [...] a pedagogia tradicional fundamenta-se num olhar estático a respeito do educando e por isso sustenta bem a prática de exames na escola – cuja função é classificar o que já foi dado, o já acontecido –, mas não a prática da avaliação da aprendizagem, que opera subsidiando o que está por ser construído ou em construção.

Avaliação na perspectiva do Currículo Integrado

A avaliação na EJA, no Município de Santo André, busca transcender os aspectos quantitativos e classificatórios, devendo ter um caráter voltado a auxiliar, incluir e servir de base para reformular práticas aplicadas e atender as demandas apresentadas, sempre questionando "O que avaliar? Quando avaliar? Como avaliar?" visando a/o educanda/o que desejamos formar.

Diante da necessidade de ultrapassar o modelo tradicional de avaliação dentro da perspectiva aplicada ao Currículo Integrado, trataremos a seguir de algumas possibilidades para atingir tal objetivo. Tais modelos não se caracterizam por limitar a atuação docente e tampouco rotular e classificar a/o educanda/o diante apenas dos resultados finais. Cabe ressaltar que a intenção aqui não é fornecer etapas ou explicar como avaliar dentro dos modelos propostos, e sim, propiciar um contato inicial para que ele sirva como ponto de partida para a/o educadora/or, servindo como mais uma ferramenta objetivando a execução do Currículo Integrado.

A avaliação dialógica, proposta por Romão (2011), visa romper com as práticas

tradicionais de ensino-aprendizagem. A função do processo avaliativo, neste conceito, é de verificar os rumos que estão sendo tomados a fim de promover as alterações necessárias. Como o próprio nome diz, ela está permeada de participação das/os estudantes junto aos outros atores escolares no planejamento e execução do processo.

Ainda, segundo Nascimento (1999), dentro de uma concepção de uma educação libertadora, devemos atuar sob o princípio do diálogo permanente. Educadoras/es e educandas/os são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os objetivos traçados para cada período devem ser resultado do diálogo entre educadora/or e todas/os as/os educandas/os.

Portanto, o planejamento é parte fundamental da avaliação dialógica e deve ser realizado junto às/aos educandas/os com o objetivo de decidir “o quê” e “como” será avaliado. Longe de ser um “documento de gaveta”, o planejamento é um momento muito importante que deve ser feito com tempo e dedicação. (ROMÃO, 2011).

As/Os educandas/os também devem ser ouvidas/os na hora de definir os instrumentos de medição e avaliação. Esses devem ser diversificados, indo além da memorização, como ocorre nas provas tradicionais. Ao avaliar devem ser consideradas as especificidades de cada educanda/o, a fim de produzir uma metodologia que realmente verifique seus avanços e dificuldades.

Ao fim do processo, todas/os devem participar da correção e análise dos resultados para diagnosticar eventuais falhas e decidir pela continuidade ou não do cronograma de conteúdos. Caso identifique que boa parte da turma não alcançou os objetivos propostos, os atores participantes podem decidir pelo replanejamento para que a metas sejam atingidas por todas/os, pois “[...] se a maioria dos alunos de uma determinada turma, não está conseguindo acompanhar a matéria, de acordo com o que ficou demonstrado na avaliação levada a efeito, de nada adianta o professor, avançar com o programa” (ROMÃO. 2011. p. 120).

Outro modelo sugerido é o da avaliação diagnóstica que não consiste um instrumento apenas para coletar conhecimentos prévios. Ela tem o objetivo primário de diagnosticar pontos em que as/os educandas/os precisam melhorar. E nesse contexto, os avanços devem se dar durante o processo e não apenas no final do bimestre ou ano letivo, servindo como base para que a/o educadora/or possa reconhecer o que foi aprendido e o que deve ser retomado para atingir os objetivos propostos.

Aplicado no contexto de ensino-aprendizagem, esse processo avaliativo tenta mensurar se as/os educandas/os possuem os conhecimentos e aptidões que lhes possibilitem iniciar novas aprendizagens, identificar problemas, e superá-los através de uma adequação do que é ensinado ante suas características, dando-lhe a perspectiva de início de uma nova aprendizagem.

Qualquer que seja a solução, no decorrer do curso, buscamos verificar se todas/os estão acompanhando-o, com mais ou menos dificuldades, para aplicar os “remédios saneadores" (estratégias e procedimentos) que permitam um melhor acompanhamento do curso por todas/os. (ROMÃO. 2011. p. 67).

Conceitualmente, conclui-se que a avaliação diagnóstica apresenta-se como um processo direcionado a coletar das/os educandas/os aquilo que foi apropriado durante o processo de aprendizagem, dando à/ao educadora/or a oportunidade de se replanejar, objetivando atingir as potencialidades propostas em seu planejamento para o público em questão, num processo de construção do conhecimento em espiral.

Quanto à avaliação formativa que pauta-se no objetivo de desenvolver aprendizagens e situa-se no centro da ação da informação. Segundo Hadji (2001) é o modelo que proporciona a captação de informações relevantes no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo efetivamente para o conhecimento.

Em complemento, Cardinet, destaca que a avaliação formativa:

> [...] visa orientar o aluno quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para o ajudar a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem. A avaliação formativa opõe-se à avaliação somativa que constitui um balanço parcial ou total de um conjunto de aprendizagens. A avaliação formativa se distingue ainda da avaliação de diagnóstico por uma conotação menos patológica, não considerando o aluno como um caso a tratar, considera os erros como normais e característicos de um determinado nível de desenvolvimento na aprendizagem (CARDINET, 1986. *apud* CASEIRO; GEBRAN, 2008, p.14).

Para Hadji (2001), a avaliação formativa, vai além da diagnóstica por mostrar um caráter informativo, no qual a/o educadora/or tem muito claro os efeitos de sua ação e intervenção junto aos atores do processo, enquanto a/o educanda/o consegue vislumbrar suas dificuldades, objetivando ser capaz de corrigir os próprios erros. Para o autor, é algo intrínseco ao processo a/o educanda/o entender suas limitações e potencialidades. Além de contribuir para a regulação das atuações pedagógicas e, portanto, interessa-se, fundamentalmente mais, pelos procedimentos, do que pelos resultados.

Outra característica encontrada na avaliação formativa é a capacidade de gerar, com rapidez, informações úteis sobre etapas vencidas e dificuldades encontradas, estabelecendo um retorno contínuo sobre o andamento do processo de ensino-aprendizagem, e com isso os fatores endógenos, ou seja, os fatores internos à situação educacional são levados em conta para proceder à avaliação. Por se dar durante todo o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação formativa se caracteriza por possibilitar a proximidade entre educadora/or e educanda/o.

Por fim, a avaliação processual está intimamente ligada às avaliações já apresentadas, ela, por sua vez, agrega em suas análises o respeito ao tempo e ritmos das aprendizagens individuais. Pauta-se na visão de mundo, para permitir que a/o educanda/o adquira consciência sobre seu percurso de aprendizagem, construindo senso crítico sobre os conteúdos específicos, dificuldades enfrentadas, desafios a serem superados, além de objetivos alcançados.

Lordêlo, Rosa e Santana (2010, p. 18), definem essa avaliação em três aspectos:

> [...] 1) Fazer um acompanhamento do ritmo da aprendizagem; 2) Ajustar a ajuda pedagógica às características individuais dos alunos, e, 3) Modificar estratégias do processo. Ela ocorre, portanto, ao longo do processo ensino e aprendizagem e não ao final do ciclo ou da unidade.

Sendo assim, a autoavaliação, por exemplo, poderá acontecer ao longo do bimestre, levando a/o educanda/o a refletir sobre seus avanços e dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem.

> [...] A autorregulação se baseia na autoavaliação; leva o aluno a perceber melhor as modificações que tem que introduzir para atingir um determinado objetivo e selecionar estratégias que permitam agir de acordo. A autoavaliação, a autorregulação, a autoaprendizagem, a autonomia pessoal são passos sucessivos que contribuem decisivamente com um melhor desenvolvimento

> educacional dos alunos, que se traduz em atitudes formadoras permanentes. (CASTILO ARREDONDO; CABRERIZO DIAGO, 2009, p. 161 apud LORDÊLO; ROSA; SANTANA, 2010, p. 18).

Entende-se, portanto, que a avaliação na EJA é muito importante no sentido de mediar a construção do conhecimento, oferecendo a recuperação e a percepção de seus progressos individuais, respeitando o tempo de cada uma/um. Neste sentido, a superação de uma pedagogia ultrapassada tonar-se fundamental para reduzir a evasão escolar e promover uma educação libertadora, que permitirá à/ao educanda/o se apropriar do conhecimento e adquirir autonomia, ferramentas necessárias para a desconstrução de um sistema de dependência de uma elite intelectual, pois "[...] o processo de desalienação inicia-se com a consciência dos próprios limites ou com a apreensão crítica da própria realidade alienada" (ROMÃO. 2011. p. 94).

Para Vasconcellos (2014) nenhuma prática tomada de forma isolada fará a revolução acontecer. Contudo, ao observá-las atentamente é possível iniciar a transformação que ajudará a qualificar o trabalho docente, compreender melhor a realidade, criar situações que viabilizem este processo, "[...] manter acesa a chama da esperança e elaborar novas mudanças [...]" (VASCONCELLOS, 2014, p. 54).

Esse processo de desconstrução passa por aspectos ideológicos e subjetivos, abrangendo inclusive a própria estrutura escolar – segmentada, fragmentada e burocratizada –, que aliena os processos avaliativos, colocando-os dentro dessa organização, que se limita a emitir certificados, a fim de "atestar conhecimento".

Para promover tais transformações é necessário mudar a concepção de avaliação, rompendo com os padrões histórico-elitistas e desiguais, que será possível apenas com o envolvimento de toda a Comunidade Escolar. Para tanto, mudanças nas práticas habituais tornam-se urgentes, mesmo podendo ser um obstáculo por gerar angústias e inseguranças dos atores envolvidos. Contudo, se nosso objetivo é a transformação da realidade da sociedade a partir da Educação, é imperativo pensar novas alternativas de avaliação, quebrando paradigmas e mudando nossas práticas.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 25 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação e planejamento.** Brasília, 2006.

CARVALHO, Lizete M. O. de; MARTINEZ, Carmem L. P. Avaliação formativa: a auto-avaliação do aluno e a autoformação de professores. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 133-144, 2005.

CASEIRO, Cíntia C. F.; GEBRAN, Raimunda A. Avaliação formativa: concepção, práticas e dificuldades. **Nuances:** estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 141-161, jan./dez. 2008.

GREGO, Sonia M. D. **Avaliação formativa:** ressignificando concepções e processos. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65810/1/u1_d29_v3_t05.pdf>. Acesso: set/2018.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** *as setas do caminho.* 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth P. Avaliação da aprendizagem como construção do saber. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL: Poder, governo e estratégias nas universidades da América do Sul. Mar del Plata. 5, 2015. **Anais Eletrônicos...**
Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96974>. Acesso: set/2018.

LORDÊLO, José Albertino C.; ROSA, Dora L.; SANTANA, Lisa de A. Avaliação processual e regulação pedagógica no Brasil: implicações no cotidiano docente. **Revista FACED**, Salvador, n.17, p. 13/33, jan-jun. 2010.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Maria de Fátima L. **Avaliação diagnóstica:** a sua influência na prática letiva na disciplina de Biologia e Geologia. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/9054>. Acesso em: 10 set. 2018.

NASCIMENTO, Luiz M. J. do. Avaliação em Educação de Jovens e Adultos. In: **Educação de Jovens e Adultos:** planejamento e avaliação. São Paulo: IPF, 1999. (Série Cadernos de EJA n. 3).

RIBEIRO, Ledacy P. Avaliação diagnóstica: uma breve reflexão. In PARANÁ. Secretaria De Estado Da Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2010.** Programa de Desenvolvimento Educacional. – Curitiba: SEED – Pr., 2014.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica:** desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Adriano Larentes da. **Currículo integrado.** Florianópolis: IFSC, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. As finalidades da escola e da avaliação escolar. In: Cláudia de O. Fernandes (Org.). **Avaliação das aprendizagens:** sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014. p. 17-56.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura de
Santo André